

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Mabel Luz Zeballos Videla

Elo Dourado ou Elo Perdido?
Práticas cotidianas, agência e memória em uma vila da
Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS)

Porto Alegre, março de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Mabel Luz Zeballos Videla

Elo Dourado ou Elo Perdido?
Práticas cotidianas, agência e memória em uma vila da
Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal de Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Antropologia
Social

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre, Março de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Mabel Luz Zeballos Videla

Elo Dourado ou Elo Perdido?
Práticas cotidianas, agência e memória em uma vila da
Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal de Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Antropologia
Social

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Steil – PPGAS – UFRGS

Profa. Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha - PPGAS – UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva – PPGS, PPGDR – UFRGS

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa foi possível graças ao apoio do CNPq, na forma de Bolsa de Mestrado, o que permitiu uma maior dedicação ao trabalho de campo na etapa final do curso.

Foi fundamental também a aprendizagem junto a todos os professores do PPGAS-UFRGS. Agradeço a eles pelo profissionalismo e pela dedicação e também pela receptividade para as questões, as ideias e para meu olhar estranhado de recém-chegada.

À professora Dra. Cornelia Eckert agradeço por sua infinita paciência, pela paixão em cada leitura, por colocar sempre perguntas instigantes e me ajudar a transitar pela aventura etnográfica.

Ao professor Renzo Pi, da Facultad de Humanidades no Uruguai, agradeço sua insistência de anos para me empurrar a esta aventura.

A todos os colegas da turma de mestrado 2007, pelo espírito de grupo que me manteve em momentos difíceis, pelas ricas discussões e as inquietações em aula e fora de aula, pelas sugestões e pelos conselhos me fazendo sentir em casa na minha nova cidade, Porto Alegre.. Tudo isso fez dessa turma um rico espaço de crescimento profissional, além de um grupo humano maravilhoso.

Aos colegas Anna Theotônia, Guilherme Heurich e Rafael Derois por me conduzirem até as portas do Elo Dourado.

A Sebastián, “la tia Mari”, Fabiela, Thais, Maria Paula, Pati, Nadia, Pilar, Nati e Álvaro e Tincho, pelos aportes cotidianos.

Finalmente, sou infinitamente grata aos moradores do Elo Dourado e da parada 6. Agradeço especialmente ao Brilho, sempre disposto a colaborar com “sua amiga uruguaia”. É especial também o agradecimento às mulheres que me receberam na cooperativa, a Estela, que desde o primeiro dia abriu as portas da sua casa sempre cheia de crianças e parentes. A dona Rosana, a dona Luziane e aos moradores “da parte de baixo” pela coragem e vontade de narrar a memória do local.

Agradeço a todas as pessoas com as quais interagi no Museu, técnicos e não técnicos. Todos foram fundamentais. À “meninada” em volta do Museu –Taygo, Rafa e os outros– pela sua receptividade e disponibilidade e pelas caminhadas no bairro.

Agradeço em particular pelas fotografias da atividade de educação patrimonial e ambiental que o pessoal do Museu me forneceu, reunidas aqui na Imagem 4, p. 77.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de pesquisa etnográfica desenvolvida de setembro de 2007 a dezembro de 2008, junto aos moradores da vila Elo Dourado e outros atores, na antiga região rural chamada de Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre, RS. As questões que orientaram a pesquisa são relativas às configurações de uma memória da cidade. Procurou-se dar conta dessas questões por meio da compreensão interpretativa das práticas cotidianas e das narrativas do grupo estudado. Esta compreensão foi construída na interlocução etnográfica, entendida como um “caminhar juntos” no esforço de imaginar o espaço urbano tal como vivido pelos sujeitos do estudo. O lugar da pesquisadora foi entendido também como o lugar do narrador, bosquejando mapas junto aos seus interlocutores e deslocando-se com eles através de fronteiras e paisagens imaginárias. Tanto as práticas observadas quanto as narrativas ouvidas foram consideradas constituintes e constitutivas de uma memória partilhada e de formas de agência que incluem maneiras de imaginar e de atuar.

Palavras-chaves: Antropologia Urbana; Memória; Práticas cotidianas; Narrativa; Agência; Imaginação; Paisagem

RESUMEN

Esta disertación es el resultado de la investigación etnográfica realizada entre setiembre de 2007 y diciembre de 2008 entre los habitantes del asentamiento Elo Dourado y otros actores, en una antigua región rural de la ciudad de Porto Alegre llamada Lomba do Pinheiro. Las preguntas que orientaron la investigación refieren a las configuraciones de una memoria de la ciudad. Se buscó dar respuesta a estas preguntas a través de la comprensión interpretativa de prácticas y narrativas observadas y oídas en el grupo estudiado. Esta comprensión fue construida en la interlocución del trabajo de campo, entendido como un “caminar juntos” en el esfuerzo de imaginar el espacio urbano tal como lo viven los sujetos de estudio. El lugar de la investigadora también fue entendido como el lugar del narrador, esbozando mapas junto a sus interlocutores y desplazándose con ellos a través de fronteras y paisajes imaginarios. Tanto las prácticas observadas como las narrativas escuchadas fueron consideradas constituyentes y constitutivas de una memoria compartida y de formas de agencia que implican maneras de imaginar y de actuar.

Palabras clave: Antropología Urbana; Memoria; Prácticas cotidianas; Narrativa; Agencia; Imaginación; Paisaje

ABSTRACT

The present dissertation is the result of the ethnographic research carried out between September 2007 and December 2008 among inhabitants and other actors of “Vila Elo Dourado” in the former rural region of Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. The questions that guided the research refer to the configuration of city memories. The objective was to provide answers through an interpretative comprehension of practices and narrations of the studied group. This comprehension was built from the interaction based on fieldwork assumed as a “walk together” towards the urban landscape as the actors experience it. The researcher point of view was just one in the narrative, figuring out maps, frontiers and imaginative landscapes. All the observed and the narrated narratives were considered as constituent and constitutive of a shared memory and as forms of agency which imply ways of imagining and acting.

Key words: Urban Anthropology, Memory, Everyday practices, Narrative, Agency, Imagination, Landscape

Índice de imagens

Imagem 1. O território por dentro.	51
Imagem 2. Invasões na parada 6, segundo ex-aluna da escola	74
Imagem 3. Espaços da casa - Museu	76
Imagem 4. Patrimônio – Memória - Ambiente	77
Imagem 5. Memória no pedaço	108
Imagem 6. Artes de fazer	109
Imagem 7. Agencia e memória	136

ÍNDICE DE IMAGENS	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
CRIANDO ELOS ANTROPOLÓGICOS	17
1.1. DESLOCAMENTOS DE UMA INICIANTE: A CIDADE PELO OLHO DA ANTROPOLOGIA	17
1.2. O RECONHECIMENTO DO OUTRO E A EXPERIÊNCIA DE INSERÇÃO ETNOGRÁFICA	20
1.3. A CIDADE DO OUTRO: DESLOCAMENTOS E DESCOBERTAS	22
1.4. UM ESPAÇO CONCEITUAL EM UM BAIRRO REAL: PRÁTICAS COTIDIANAS, AGÊNCIA E MEMÓRIA DA E NA CIDADE	27
1.5. TEMPO DE OLHAR, TEMPO DE ESCUTAR E TEMPO DE ESCREVER	34
CAPÍTULO 2	
DESCOBRINDO ELO DOURADO: DO TERRITÓRIO À PAISAGEM	37
2.1. O TERRITÓRIO POR DENTRO	37
2.2. UM MUSEU ÀS PORTAS DA VILA, A ENCRUZILHADA DA PARADA 6	42
2.3. ENTRANDO NO ELO DOURADO PELAS PORTAS DE UM “BRIQUE”	45
2.4. MEMÓRIA HISTÓRICA E MEMÓRIA COLETIVA	47
CAPÍTULO 3	
OS NOVOS E OS ANTIGOS: COSTURANDO MEMÓRIAS	52
3.1 O MUSEU NA ENCRUZILHADA. PRÁTICAS SOCIAIS LOCAIS E REPRESENTAÇÕES DE MEMÓRIA	52
3.2. A ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO EVENTO PERFORMATIVO	55
3.2.1. SEU HONÓRIO	60
3.3. DO ARMAZÉM VENCEDOR AO MUSEU COMUNITÁRIO	63
3.4. DE HERÓIS A VILÃOS: VILAS IRREGULARES E MEMÓRIA COMUNITÁRIA	69
CAPÍTULO 4	
DE PERTO E DE DENTRO	78
4.1. DONA ROSANA: UMA ESTRANHA NO BAIRRO?	79
4.2. ESTELA, MÔNICA E ROSÂNGELA: PARENTESCO, VIZINHANÇA. MULHERES EM VOLTA DA COOPERATIVA	86
4.2.1. FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO LUGAR. O QUE FOI DO CAMPO DO PINHEIRENSE FUTEBOL CLUB?	92
4.3. O ESPAÇO DO BRILHO: ETNOGRAFIA DAS TROCAS EM UM MICROMUNDO	99
4.3.1 EVENTO PERFORMATIVO NO BRIK: “BOM PARA TROCAR”	101
CAPÍTULO 5	
ENTRE CONTROVÉRSIAS DE SENTIDO: MEMÓRIAS EM CONFLITO	110
5.1. LÓGICAS DE CHEGAR, MOTIVAÇÕES PARA FICAR	111
5.2. “CHICO PEDALADA” E SEU OSMAR	118
5.2.1. SEU OSMAR EM CENA	122
5.3 INTERREGNO: UMA FESTA JUNINA	126
5.4 OS DE CIMA E OS DE BAIXO	128
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS	142

Introdução

Porto Alegre é a capital do estado brasileiro situado mais ao sul do território nacional, Rio Grande do Sul, Estado que faz fronteira com Argentina e Uruguai. Esta cidade, situada às margens do Lago Guaíba, apresenta um relevo ondulado e uma cadeia de morros que delimita a chamada de “Área Urbana de Ocupação Intensiva”. Com superfície de 470,25 Km², o Município de Porto Alegre conta atualmente com população de 1.360.590 habitantes que, juntamente com os Municípios da Região Metropolitana, totalizam aproximadamente 3.200.000 habitantes.¹

Antigo território das colônias portuguesas na América, Porto Alegre tem como antecedente a cidade que existiu desde começos do século XVIII como “Capela de Viamão”, a qual era ligada à economia pecuária. Seus primeiros povoadores foram tropeiros e militares provenientes das ilhas Madeira e Açores, portugueses do continente ou brasileiros de outras capitanias (PM, SMC, 2000: 16). Em 1773, a capital da província foi deslocada para as proximidades do Lago, em função da necessidade do porto para o comércio; assim a cidade sede da capitania passou a ser a “Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre” (PM, SMC, 2000: 20).

Já no período republicano do Brasil, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul receberam importantes contingentes de imigrantes. Em decorrência de uma série de fatores como “o surto industrial” que vivia o país, a expansão da base econômica sulina que vinha ampliando o mercado consumidor e o crescente investimento de capital acumulado pelos comerciantes recém-chegados às proximidades da cidade, Porto Alegre alcançou depois da Primeira Guerra “o apogeu na sua trajetória urbana”, “com importantes reflexos em sua infraestrutura” (PM, SMC, 2000: 22).

Trajectoria histórica semelhante tem Montevideú, cidade de onde venho e onde cursei o Bacharelado em Antropologia, sendo esta cidade o cenário das minhas primeiras experiências de pesquisadora em antropologia. Ambas são cidades modernas das quais é possível compreender as configurações espaciais em função das suas formas peculiares de “desenvolvimento”. Enquanto cidades da chamada periferia do sistema mundial, é possível traçar paralelos entre seus processos de inserção no sistema capitalista internacional. Estes processos são relativos, tanto para Montevideú como

¹ Dados tomados de PM Porto Alegre: *Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro*, Porto Alegre, 2003. p. 4

para Porto Alegre, aos seus papéis de enclaves portuários de antigas economias agropecuárias e às tentativas diversas de “modernização”, especialmente no século XX. Esses espaços urbanos são cenários de processos de industrialização, inicialmente sistema de fábricas, que cresceram dando lugar a complexos industriais de diferentes escalas, com seus conseqüentes impactos ambientais. Nessas capitais concentrou-se uma densa população, inicialmente nos territórios centrais e em bairros próximos ao centro, ambos com crescente valorização imobiliária. Essas dinâmicas econômicas impactaram as chamadas de esferas culturais e os arranjos da vida social, desde a “proletarização” do trabalho, passando pelas novas formas de sociabilidade e de ordenamento do espaço público. No entanto, os paralelismos mostram seus limites quando ambas as cidades são olhadas “de perto e de dentro” (Magnani, 2002). Assim, a experiência de estudar em Porto Alegre colocou-me diante de um desafio: ao mesmo tempo em que fui me familiarizando com esta cidade também fui construindo um estranhamento peculiar atravessado não apenas pela cultura antropológica à qual estava aderindo, mas também pelo contraste com minha cidade de origem. Em princípio, há diferenças de escala. Com populações quantitativamente semelhantes, Montevidéu é a capital de um país que conta com quase o mesmo número de habitantes que Porto Alegre, que é capital de um Estado federativo, e de toda sua área metropolitana². Para além da enorme diferença de tamanho entre um país e o outro, as diferenças histórico-políticas entre Brasil e Uruguai fazem-se visíveis nas suas formas diversas de construir cidade e cidadania.

Cheguei a Porto Alegre com questões relativas aos crescentes processos de “fragmentação social” e “segregação residencial”³ que em uma trajetória de 15 ou 20

² O Uruguai é um país de pequenas dimensões (176.200 km²) que historicamente desenvolveu uma economia agroexportadora com ênfase na exploração pecuária extensiva. Vinculado a este tipo de desenvolvimento está o fato de este ser um país de baixa densidade demográfica e alto nível de urbanização (91,8% de população urbana em 2004). Situada na costa sul, sobre o Rio da Prata, a cidade capital, Montevidéu, conta com um porto natural que a converteu no ponto de saída dessa produção. Isto fez com que nessa cidade se concentrasse a maior parte dos investimentos públicos e privados (Caetano e Rilla, 1994: 76. Apud Fostik, 2005: 41-42). Além disso, nela se concentra 41% da população total do país: de 3.200.000 habitantes em todo o território, 1.300.000 vive em Montevidéu. No entanto, Montevidéu é o menor dos 19 municípios uruguaios: 52.800 há (Fostik, 2005: 41-47).

³ No ingresso ao novo milênio, o impacto sobre a configuração social urbana de uma polarização crescente na distribuição do ingresso e da riqueza e algumas mudanças associadas no consumo e no trabalho, constituem-se focos de pesquisa e reflexão sociológica. Estes fenômenos “novos” na paisagem sociológica uruguia são focados por meio de categorias como “segregação residencial” e “fragmentação social”. Na segregação residencial, associa-se a desigualdade no acesso à terra urbana e na estabilidade e conforto da vivenda ao fenômeno da fragmentação social (Katzman, 2001; Veiga e Rivoir, 2001). Segundo Katzman et al. (2004), na década de 1950, a configuração urbana de Montevidéu correspondia a uma situação de bem estar geral do país como consequência de uma alta incorporação da população ao

anos transformariam Montevideu de forma visível para mim. Cotejando, percebi que esses processos recebem há muito tempo a atenção das ciências sociais brasileiras e da antropologia em particular, por meio de diversas abordagens das formas peculiares de vida que esse tipo de desenvolvimento urbano produz. Na medida em que me formava como antropóloga, eu aderiria cada vez mais a uma pesquisa sobre diferenças sociais, ou junto ao “lado fraco” dessas diferenças, aderindo teórica e metodologicamente à abordagem do tema da desigualdade social no acesso à cidadania e, em particular, no uso e na apropriação do espaço urbano. Para firmar este interesse, busquei conhecer diversos trabalhos sobre as denominadas “periferias urbanas”, sendo o trabalho de Teresa Caldeira (1984) um estudo orientador para pensar antropologicamente essas formas de “alteridade desigual”. Desta forma, uma nova bagagem conceitual passou a permear minhas perguntas, abandonando um olhar mais macro, informado pelo urbanismo e pela sociologia, a fim de aderir às formas de olhar e de pensar a cidade próprias da antropologia urbana brasileira: mais “de perto e de dentro”, parafraseando mais uma vez Magnani (2002).⁴

Minha entrada antropológica na cidade de Porto Alegre deu-se a partir de um exercício etnográfico, parte do acompanhamento da disciplina de Antropologia Visual e da Imagem (Departamento de Antropologia – IFCH / UFRGS, 2007/2). Este exercício foi realizado junto a Anna Theotônia, Guilherme Heurich e Rafael Derois, de setembro a novembro de 2007, e visava a busca de imagens da cidade nas narrativas dos moradores, com especial atenção às configurações de memória e às formas de

modelo de acumulação sustentado pelo Estado. Já no período 1950 a 1970, começam a se observar índices de esgotamento do modelo. No mapa urbano, isso é visível com o crescimento de “cangreiros” nas margens da cidade, nos quais moram “trabalhadores de subsistência”. Esse processo tornou-se mais agudo de 1970 a 2000, mudando radicalmente “a geografia urbana, a morfologia do trabalho e as formas e magnitudes de integração e desintegração social do Uruguai em conjunto e de Montevideu em particular” (Katzman et al., 2004). Segundo Katzman et al. (2004), nos anos oitenta é notável a transformação da cidade antigamente baseada em bairros operários e bairros heterogêneos, “essência da geografia urbana do Montevideu popular”. Esta paisagem dá lugar à proliferação de grades, ao uso de serviços diferenciados, ao abandono dos espaços públicos por parte das camadas médias e ao surgimento de ocupações irregulares do solo, produto da expulsão da cidade e já não mais da migração do campo para a cidade.

⁴ Os trabalhos etnográficos sobre essa alteridade construída nas grandes cidades brasileiras, “a periferia”, são numerosos e todos aportam perspectivas inspiradoras para o trabalho de projetar uma pesquisa, tirando-nos da ignorância e da inocência de acreditar que estamos diante de um fenômeno novo (Cf. Zaluar e Alvito, 1999). A ação dos diversos grupos que compõem as periferias brasileiras desdobra-se, por exemplo, na participação nas chamadas comunidades eclesiais de base (Macedo, 1986), nos movimentos pela regularização fundiária (Silva, 2007), ou nas performances de gangues e galeras de jovens (Diógenes, 1998), sem contar as táticas menos visíveis mediante as quais os moradores de periferia constroem sua experiência particular da cidade (Duarte, 1986; Fonseca, 2004; Giacomazzi, 1997; Sant’Ana, 1997). Essa multiplicação de pesquisas tem em comum o destaque à densidade da experiência vivida pelos etnógrafos e pelos etnografados, fornecendo pistas metodológicas para a minha abordagem.

sociabilidade. Foi assim que cheguei à Parada 6 da Estrada João de Oliveira Remião, na região (hoje bairro) da Lomba do Pinheiro (POA-RS). A descoberta desse local da cidade implicou na descoberta de um grupo social em volta de um personagem que nos fascinou e motivou à produção audiovisual pedida pela professora⁵ como exercício. O dono de uma loja de eletrodomésticos e aparelhos de som foi nosso primeiro interlocutor. E continuou sendo-o para mim na pesquisa posterior. O grupo em torno dele é constituído por alguns moradores de uma “vila irregular” ali situada: o Elo Dourado, local de periferia, “problema” do ponto de vista do ordenamento urbano e da regularização fundiária e “solução” para ao menos 250 famílias de pobres urbanos diante da desigualdade no acesso ao solo e à moradia.

Assim, minha escolha etnográfica manteve-se sobre esse lugar enquanto espaço social atravessado por conflitos, formas de sociabilidade, configurações de memória, formas sociais de viver na cidade. Meu objeto de pesquisa passou a tratar das formas de apropriação do espaço urbano por parte dos moradores da vila Elo Dourado, focando suas práticas cotidianas (Certeau, 1994) e narrativas, sob a perspectiva da “agência” (Ortner, 2006). Entendi tais práticas e narrativas como constituintes de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) sobre o bairro e a cidade.

Constituíram o universo da pesquisa os moradores da vila Elo Dourado e outros atores situados na estrada João de Oliveira Remião, no ponto de acesso à vila. Lá se localizam lojas e outros espaços de troca e sociabilidade. Além da heterogeneidade do interior dessa população, é possível considerar o universo estudado como sendo parte dos chamados “grupos populares”⁶. Tal consideração exige levar em conta a problematização dessa categoria feita por outros etnógrafos que pesquisaram estes universos.⁷

Cláudia Fonseca chama de “grupos populares” as escalas inferiores da sociedade de classe, também denominadas classes subalternas, trabalhadores ou pobres (2006: 14), e chama atenção para a especificidade do Brasil, onde quase um terço da população vive em situação de pobreza crônica e onde a distância entre rico e pobre é comparada ao fenômeno do Apartheid na África do Sul (2006: 14-15). A autora sublinha a

⁵ A disciplina foi ministrada pela Profa. Dra. Cornelia Eckert.

⁶ A Lomba do Pinheiro é uma área de 2.455 hectares, no limite leste de Porto Alegre com o município de Viamão, e concentra 30.388 habitantes (Censo 2000), a maioria oriunda do interior do Estado. Esta população é de baixa renda, sendo a média de ingressos por chefe de domicílio de 2.92 salários mínimos (Urbanizador Social, 2006: 201-02). No Elo Dourado moram em torno de 250 famílias com estas características (Porto Alegre, PM, SMC, 2000).

⁷ Ver particularmente Fonseca (2006).

importância do trabalho etnográfico para atingir as especificidades destes grupos e evitar as definições a priori que os reificam tanto no extremo da despossessão quanto na resistência e reação. No primeiro caso, corre-se o risco de habilitar intervenções disciplinadoras. No segundo, pode se perder de vista a complexidade interna aos grupos em questão (2006: 22).

Assumo que as formas que a vida social adquire nesses grupos, mesmo que diversas e heterogêneas, têm em comum a situação de desigualdade perante outros grupos sociais, constituindo-se no lado fraco dessa assimetria. Segundo Carmen Cinira Macedo (1986: 22), a categoria “classes populares” perpassa a divisão entre classe trabalhadora e classe capitalista, e o que as pessoas nela compreendidas têm em comum é “a condição de explorado e expropriado” sendo a renda e o consumo os principais diferenciais entre eles.

Dessa forma, construí o objeto de pesquisa a partir do conceito de “artes de fazer”, de Michel De Certeau (1994). Isto é, da ideia de que existem maneiras específicas que assumem a forma de táticas astuciosas, “artes de fazer” que se desenvolvem no dia a dia dos chamados grupos populares. Uma das questões que me nortearam foi como as práticas cotidianas dos indivíduos e grupos presentes no Elo Dourado se constituem ações guiadas por uma agência ou formas determinadas de agência (Ortner, 2006) e quais tipos de agência estão sendo constituídos, por sua vez, por meio dessas práticas, ou seja, uma análise enquadrada na trilha da teoria da prática⁸, na busca dos insumos para construir um olhar intermediário entre o fenômeno da cidade como um todo e as ações microscópicas dos sujeitos que nela vivem.

Além disso, esta é uma etnografia sobre imaginação e memória da e na cidade, a qual é atravessada, nas diversas narrativas que a constituem, por eventos e práticas relativos aos processos de urbanização e transformação de paisagens outrora não construídas, em áreas não centrais da cidade. Esta diz respeito também a experiências relativas à regularização fundiária em meio a disputas pelo direito de posse e a certas ambiguidades ou vazios na normatização jurídica ou no alcance do poder estatal. No entanto, não se trata de uma etnografia sobre a via militante de ação e sobre movimentos organizados da sociedade urbana. As práticas e os eventos focados nesta pesquisa são aqueles de dimensões microscópicas, onipresentes na vida cotidiana dos indivíduos, mas não por isso carentes de efetividade.

⁸ Sigo particularmente Sherry Ortner (2006) na sua crítica aos primeiros teóricos “da prática”, tal como Bourdieu (1997, 2002) no que diz respeito à sujeição do ator às “estruturas sociais”.

Seguindo a linha desenvolvida por Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano* (1994), considero essas práticas minúsculas e disseminadas para além, muitas vezes, do controle dos poderes instituídos eficazes na concretização dos projetos dos sujeitos que as executam. Isto não impede, no entanto, que muitas vezes se disseminem em sentidos diversos, até contrapostos, dando lugar ao que entendo como formas diversas de agência (Ortner, 2006). Trata-se de uma invenção constante, na qual os diversos atores podem mudar de papel, de ideias, abandonar um projeto por outro. Isto, é claro, dentro de um determinado campo de possibilidades (Velho: 1994). De outra parte, nada garante o consenso. Os conflitos também se recriam. No entanto, entendo seguindo Georg Simmel (1983) que o conflito não é mais do que uma forma de interação que não carrega em si um signo negativo. Pelo contrário, a sociedade precisa para alcançar uma determinada configuração de “quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis” (Simmel, 1983: 124).

A pesquisa da qual resulta esta dissertação implicou, portanto, em uma continuidade e uma ruptura com minha primeira inserção em campo. De um lado, permaneci no local ao qual cheguei para o exercício coletivo e continuei relacionando-me com os primeiros interlocutores contatados. De outro lado, a pesquisa abriu-se para outras redes sociais, e questões não atingidas pelo exercício inicial foram levadas em conta. Esta segunda etapa de pesquisa desenvolveu-se de novembro de 2007, já na etapa final do exercício coletivo de antropologia visual, a dezembro de 2008.

O trabalho que segue é a tessitura de uma descrição densa das práticas astuciosas, dos modelos de comportamento aceitos, das representações mais ou menos partilhadas e dos conflitos de representações sobre a vida no local e na cidade toda, tal como foram sendo descobertos, narrados e recriados na partilha de experiências junto a diversos atores locais.

Para galgar tal resultado, estruturei essa dissertação em cinco capítulos. O capítulo 1 é intitulado “Criando elos antropológicos”, e nele proponho tratar da minha aproximação da cidade e ao fenômeno urbano em geral, como objeto de estudo antropológico. Tento mostrar os diversos deslocamentos que realizei no processo de formação como antropóloga e, particularmente, minha experiência de inserção etnográfica na cidade de Porto Alegre, no enquadre do curso de Mestrado no PPGAS - UFRGS.

No capítulo 2, “Descobrimo Elo Dourado: do território à paisagem”, apresento as primeiras aproximações do espaço da cidade onde iria construir meu objeto de pesquisa. Através de uma caminhada inicial, trago algumas imagens desse território e os primeiros atores sociais que ali começava identificar. Trago também algumas questões relativas à memória coletiva e às representações de memória.

Já o capítulo 3 está focado na relação entre os moradores mais antigos do bairro e os recentemente chegados. Intitulado “Os novos e os antigos: costurando memórias”, este capítulo trata das questões relativas à relação entre as formas de representação da memória, especialmente em âmbitos especializados, como um Museu Comunitário ali presente e as práticas sociais locais. Chamo a atenção para o tratamento da “questão ambiental” em relação às ocupações urbanas periféricas e aos processos recentes de “patrimonialização”, tanto dos chamados “bens culturais” como de espaços físicos ecologicamente valorizados.

O capítulo 4, “De perto e de dentro”, dedica-se a apresentar alguns personagens que me guiaram na observação do cotidiano dentro da vila Elo Dourado. Durante a pesquisa, interagi com muitas pessoas às quais não dediquei uma descrição detalhada na dissertação. Todas elas foram importantes na minha inserção em campo, revelando-me diferentes aspectos da vida do grupo estudado. Contudo, fiz uma escolha por apresentar apenas um reduzido número de personagens, visando mais a comunicar aspectos ora recorrentes ora distintivos dentro do espaço da vila, pensada como cenário da vida cotidiana. Assim, os personagens foram escolhidos por reunir características compartilhadas com outros atores não apresentados. Em primeiro lugar, apresento Dona Rosana, uma vizinha que se coloca fora do grupo social da vizinhança, assinalando igualmente aos outros interlocutores, os elementos que a diferenciam. Em segundo lugar, apresento três mulheres que têm o espaço da Cooperativa Elo Dourado como referência de sua pertença ao local. Para tal, faço uso de categorias como “pedaço” (Magnani, 2002). Nesse “pedaço” interagi com outras pessoas e nele confluem numerosas redes de vizinhança e parentesco. No entanto, fiz um recorte com base na intensidade e frequência de minha interação com Estela, Mônica e Rosângela, e na influência delas na minha compreensão daquele espaço. Por fim apresento uma análise de um evento performativo no espaço da loja de usados ou brique, com o intuito de mostrar como esse lugar constitui um “lugar de memória” (Halbwachs, 2006) e de conveniência (Certeau, 1996). Trata-se, mais uma vez de um recorte, embora não

completamente arbitrário. Tanto dona Rosana quanto as mulheres em volta da Cooperativa e o dono do brique habitam a parte alta da vila, próxima à entrada pela Estrada João de Oliveira Remião. Isto constitui, como será mostrado no capítulo 5, um elemento diferenciador no interior da vila.

Finalmente, dedico o capítulo 5, “Entre controvérsias de sentido: memórias em conflito”, à apresentação de uma outra rede de moradores, que narram outra experiência em relação à ocupação do local e, em particular, à pessoa de quem até o final da pesquisa me foi apresentada como o legítimo antigo proprietário das terras. A memória do Elo Dourado tal como construída nas narrativas desta rede de moradores reapresenta os personagens e reconfigura a paisagem que eu vinha imaginando até então. Questões relativas ao poder dos grandes proprietários da região são colocadas, tanto no que diz respeito aos “poderosos” quanto à agência dos grupos populares diante desse poder.

Capítulo 1

Criando elos antropológicos

1.1. Deslocamentos de uma iniciante: a cidade pelo olho da antropologia

A pesquisa no Elo Dourado tem relação direta com minha experiência da vida urbana na cidade de Montevideú, Uruguai, mediada pela perspectiva da antropologia, que, por sua vez, vem ao encontro de minha experiência de vida na cidade de Porto Alegre e do trânsito pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Estas experiências envolvem o meu deslocamento, desde meu país e cidade de nascimento, para o Brasil. Como refere Claude Lévi-Strauss, há um deslocamento no espaço, no tempo e na hierarquia social na experiência etnográfica tal como eu a vivi.⁹ Esta experiência é adensada pela aprendizagem da língua portuguesa que se tornou um exercício cotidiano de comunicação e, sobremaneira, pela acomodação do sentimento de estranha e estrangeira pelas qualidades desses deslocamentos geográficos, culturais e linguísticos.

Já no meu trabalho de conclusão do bacharelado em Ciências Antropológicas da UDELAR, deparei-me com algumas questões relativas às formas de vida nas cidades contemporâneas. Isto é, com as formas diversas em que a cidade é vivida, pensada, imaginada, desejada pelos indivíduos e grupos sociais através do tempo.

Pesquisando na cidade de Montevideú sobre “narrativas identitárias” de indivíduos e grupos familiares que tinham em comum o partilhar experiências de migração do Uruguai para a Austrália, nas décadas de 1960 e 1970, deparei-me com questões relativas às formas de vida em duas cidades diversas (Montevideú e sua área metropolitana no Uruguai, e Sydney, na Austrália). Questões relativas às formas de planejamento e ação na cidade, tanto estatais quanto privadas (agentes imobiliários, ou atores econômicos capazes de modificar o ambiente visual, sonoro, imaginário da urbe), como também questões relativas à vida dos pedestres para usar a forma em que Michel De Certeau (1994) fala dos usuários da cidade, praticantes da cidade. Ou seja, questões relativas às práticas e às formas em que elas são significadas por meio delas mesmas e

⁹ Cito Claude Lévi-Strauss apud artigo de Cornelia Eckert. “Relato de uma pesquisa etnográfica na França”. In: REVISTA Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, vol. 15, p 9-30, 1992

dos relatos sobre elas, constituintes de uma memória da cidade. Em 2004, no entanto, não estava preocupada com a problemática do tempo e a da memória da e na cidade (Eckert e Rocha, 2005), mas com a memória (histórica) da nação e seus possíveis correlatos com a “memória coletiva” (Cf. Halbwachs, 2006) do grupo pesquisado.

Ao mesmo tempo, a minha experiência cotidiana da cidade de Montevidéu, os meus deslocamentos corriqueiros, as imagens sonoras e visuais que conformavam minhas paisagens montevideanas, converteram-se em questões de pesquisa: Como as pessoas se apropriam do espaço urbano, como vivem as transformações desse espaço, como constroem narrativas que são ao mesmo tempo pessoais e coletivas, tendo a cidade como cenário? Montevidéu configurou-se historicamente como uma cidade não fragmentada, onde havia uma heterogeneidade de classe na apropriação e no uso do espaço urbano. Porém nas últimas décadas do século passado registraram-se processos crescentes de “fragmentação social” e de “segregação espacial”¹⁰ cada vez mais visíveis e sensíveis a quem vive a cidade e nela transita. Existiram sempre diferenças de classe nas formas de acesso ao solo urbano e existem formas de agência diversas para o acesso à moradia. No entanto, não sendo a compra mas o aluguel uma forma de relativo fácil acesso para os grupos familiares com uma pequena renda até um passado recente da cidade, a convivência dentro da mesma área residencial de famílias operárias, da pequena classe média e até das ditas classes altas era possível e positivamente experimentada (Katzman et al., 2004). Esta paisagem montevideana vem mudando em ritmo acelerado por uma combinação de fatores que produziram o esvaziamento das áreas originárias da urbe, que contam com a melhor infraestrutura para sustentar uma população que não cresce significativamente. De um lado, verifica-se a expulsão dos grupos de mais baixa renda para áreas periféricas carentes de serviços e muitas vezes não aptas para a habitação. De forma paralela, os grupos mais abastados abandonaram as áreas centrais da cidade para ocupar áreas litorâneas (sobre o Rio da Prata), contando com recursos para dotar de boa infraestrutura as áreas que eventualmente não contassem com ela.

¹⁰ Para um olhar sociológico do caso montevideano ver Katzman et al. (2004) e Veiga e Rivoir (2001; 2002). Do ponto de vista territorial, os trabalhos do Instituto de Urbanismo de UDELAR, especialmente: Acuña (2003); Artigas et al. (2002); Di Paula e Lamoglie (1999); Martinez (2000; 2003). Há escassos trabalhos antropológicos para o caso montevideano –Folgar (2004); Romero e Figueiras (2002). É possível estabelecer algumas pontes com os casos de cidades brasileiras. Levando em conta as diferenças de escala e as sócio-históricas relativas a formas de construir cidade e cidadania em longa duração, a “nova” realidade montevideana pode ser pensada à luz de trabalhos como *Cidade de muros*, de Teresa Caldeira (2000).

Apesar desses graus variáveis de integração social, alguns bairros exibiram historicamente uma clara identificação com certos grupos sociais. Tal é o caso de alguns bairros do oeste montevideano. Estes são produto da urbanização relativa à proliferação de usinas de indústrias, especialmente frigorífica e têxtil, desde inícios do século XX, e são caracterizados como bairros “operários” por terem constituído a moradia da mão-de-obra daquelas indústrias. Para além dos limites desses bairros, ainda havia nas últimas décadas do século XX, grandes extensões de terra rural ou improdutiva, muitas vezes de propriedade estatal. No processo de expulsão do Centro da população mais empobrecida, essas áreas foram sendo “conquistadas” sob formas diversas em geral irregulares e ilegais (Di Paula e Lamoglie, 1999). As áreas ao oeste e ao norte da cidade de Montevideu mostram nos últimos 40 anos um crescimento demográfico muito maior que o resto da cidade. Esse crescimento não é relativo a uma explosão demográfica na cidade, mas a um forte processo de segregação, conforme descrito anteriormente. Os problemas relativos a essa nova urbanização dizem respeito à instabilidade que essas populações enfrentam sob a forma de ameaças de despejo, de falta de serviços e infraestrutura e, muitas vezes, de riscos para a própria integridade física, por se encontrarem em áreas alagáveis ou altamente contaminadas.

Chegando à cidade de Porto Alegre em março de 2007 para iniciar o Mestrado em Antropologia Social, percebi que alguns fenômenos similares com os conhecidos por mim em Montevideu tinham lugar nesta cidade. A ocupação das áreas periféricas também é recente em Porto Alegre, e pude observar uma tendência à segregação da população de baixa renda para locais mais afastados do Centro. Também em Porto Alegre, a população mais pobre tem na ocupação “irregular” de terras uma estratégia recorrente para alcançar a moradia própria. Em geral, essas ocupações de terras, estatais ou privadas, são chamadas de “vilas” ou “vilas de invasão”. Tais ocupações podem ser invasões propriamente, ou seja, tomada e ocupação de terrenos sem intermediações com os legítimos proprietários ou contratos de compra e venda e/ou arrendamentos clandestinos. Estes últimos casos envolvem a participação de múltiplos atores e dizem respeito a vazios ou ambiguidades na legislação e no planejamento estatal urbano e à ação de interesses privados em busca de lucro. O status irregular dessas ocupações é geralmente motivo de ação por parte dos moradores, a fim de obter a regularização das moradias em meio a inúmeras disputas, não apenas para receber atenção do poder público, mas também para que esta esteja sob as formas consideradas adequadas para tal

pelos próprios moradores. O status irregular dessas moradias também é objeto de políticas públicas e de formas peculiares da ação política no âmbito local e na interface entre a esfera de ação local e a arena política ampla.

Tendo em mente as questões relativas a Montevideu e às possibilidades comparativas de uma pesquisa em Porto Alegre, aproximei-me da comunidade intelectual constituída em volta do Núcleo de Antropologia Visual do PPGAS-UFRGS, sob orientação da Profa. Cornelia Eckert, e acabei ancorando minhas perguntas nesse espaço de reflexão, especialmente por meio da linha de pesquisa *Urbanização, Sociedade e Cultura no Brasil* e dos projetos sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidade nas cidades contemporâneas. Essa inserção traduz-se na perspectiva teórica adotada na pesquisa e guia o esforço interpretativo que ela implica.

1.2. O reconhecimento do outro e a experiência de inserção etnográfica

A partir de um exercício etnográfico, parte do meu acompanhamento da disciplina Antropologia Visual e da Imagem (Departamento de Antropologia – IFCH, 2007/2), cheguei à Parada 6 da Estrada João de Oliveira Remião, na região (hoje bairro) da Lomba do Pinheiro (POA-RS). O exercício foi realizado junto a Anna Theotônia, Guilherme Heurich e Rafael Derois de setembro a novembro de 2007. Orientava o exercício a busca de imagens da cidade nas narrativas dos moradores, com especial atenção às configurações de memória de seus habitantes e às formas de sociabilidade. Esse exercício teve a importância de me aproximar de uma área da cidade que estava completamente excluída dos meus itinerários cotidianos enquanto estudante da UFRGS, frequentadora do Campus do Vale, situado no bairro Agronomia, ao leste de Porto Alegre, no limite com o Município de Viamão, e moradora da Cidade Baixa nas proximidades do Centro.

Nada sabia sobre a Lomba de Pinheiro. Esta era considerada bairro ou região, segundo o interlocutor. São as paradas de ônibus numeradas ao longo da estrada João de Oliveira Remião, eixo central da Lomba do Pinheiro, que servem de indicadores das sub-áreas do bairro. A estrada Remião conecta a Lomba toda com as áreas centrais de Porto Alegre, com a zona sul da cidade e com parte do município vizinho (Viamão). Às margens desta via, com um denso trânsito de caminhões pesados e ônibus, situam-se

inúmeros núcleos de moradia, desde vilas irregulares até, em menor quantidade, condomínios fechados.

As informações oficiais, fornecidas pela Prefeitura Municipal, diziam que se trata de uma antiga e extensa região rural (2.455 hectares) que se transformou nos últimos 50 anos em uma área onde convivem formas diversas de urbanização, com áreas verdes preservadas (“o mato”) e ocupações rurais. A população do local é de 30.388 habitantes (Censo ano 2000). Os moradores recentes da Lomba (o aumento na chegada de novos moradores foi crescente desde os anos 70) chegaram do interior do Estado e de outras áreas de Porto Alegre. Trata-se de uma população de baixa renda (Urbanizador Social, 2006: 201-02) e, em muitos casos, são ocupantes irregulares. A entrada na Lomba por meio do exercício mencionado tornou-se assim a oportunidade de abrir uma série de questões que me levaram a escolher esse lugar da cidade como local de pesquisa.

Na parada 6 da estrada João de Oliveira Remião, encontra-se a Escola Rafaela Remião, e concentram-se ali uma série de comércios e serviços: serralharia, armazém ou “mercadinho”, ferragem, cabeleireiro, uma funilaria, um bar, armazém de produtos agropecuários e pelo menos duas lojas de objetos usados. Uma destas lojas, também chamadas de “briques” ou “briks”, foi um lugar privilegiado nas interlocuções etnográficas mantidas com a equipe de Antropologia Visual, e continuaria sendo-o depois, na minha pesquisa individual. Na calçada leste há uma biblioteca e um Museu Comunitário. Para o oeste, aos fundos da escola pública, situa-se a vila Elo Dourado, onde moram em torno de 250 famílias (Porto Alegre, PM, SMC, 2000). A vila tem como eixo uma rua de chão batido, a Airton Sena, nome com o qual às vezes se identifica a própria vila. A Airton Sena atravessa a vila de leste a oeste, conectando a estrada João de Oliveira Remião com a rua Santos Dias da Silva, na chamada Vila MAPA. Nos primeiros contatos no local, soubemos que os vizinhos do Elo Dourado se organizavam em uma Cooperativa Habitacional, em busca da regularização fundiária.

As terras sobre as quais esta moradia popular se construiu nos últimos vinte anos pertenciam à família Remião. A casa convertida recentemente em Museu Comunitário também. Esse sobrenome repete-se em diversas homenagens ao longo do bairro: a escola municipal e a estrada principal. E, na parada 6, à margem oeste da estrada Remião, abre-se outro caminho chamado de Afonso Lourenço Mariante, nome de quem se revelaria logo na pesquisa como o parente que deixou aquelas terras em herança a dona Rafaela Remião.

Através das conversas iniciais com o pessoal do Museu e com o dono da loja de usados, começamos a intuir que uma série de conflitos em volta do loteamento das terras e das recentes transformações da paisagem estão sendo vividos, negociados e narrados pelos diferentes atores envolvidos. A princípio, conflitos que se multiplicam nas periferias urbanas brasileiras nas quais os grupos de baixa renda procuram o acesso ao solo, a fim de construir suas moradias em uma sociedade fortemente desigual. Como assinala Teresa Caldeira o termo “periferia” nas cidades brasileiras carrega outros significados além da referência à distância de algum centro. Ele “aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infraestrutura urbana” (Caldeira, 1984: 7). O desenrolar da pesquisa iria me mostrar que os moradores das vilas irregulares enfrentam uma série de “lutas” além da procura pela conquista de direitos na arena política. Muitas vezes envolvem-se em uma luta contra a própria natureza pela conquista de espaços ainda não construídos da cidade e em uma série de lutas ou de “brigas” entre moradores por questões de convivência ou com diversos agentes privados que muitas vezes defraudam as tentativas de regularização ou de melhora de infraestrutura.

Espaços que são olhados pelo “poder dos outros” – parafraseando Caldeira (1984) – como um problema. Tal como assinala Silva (2007: 35-36):

A primeira reação a esse “problema” foi encará-lo como restrito à precariedade das habitações, já que este era o aspecto mais visível da questão. Assim não percebiam que as favelas e as vilas irregulares não eram um problema, mas uma solução à necessidade de abrigo, assim como a subabitação é apenas um indicador de uma situação mais complexa, caracterizada pelo desemprego, subemprego e desigualdade econômica e social que marcam as cidades brasileiras.

1.3. A cidade do Outro: deslocamentos e descobertas

O Elo Dourado é um local da periferia de Porto Alegre atravessado por aqueles paradoxos. Enquanto constitui um problema do ponto de vista da regularização fundiária e do ordenamento territorial, para as pessoas que ali habitam constitui uma saída à dificuldade de acesso a uma moradia nas áreas regulares da cidade. Como explica Alfonsin (2000) é por meio de políticas de “higienização e embelecimento” que os valores da terra e das moradias nas áreas centrais foram empurrando as classes trabalhadoras para fora delas. Assim, ao longo de um processo histórico de “exclusão e invisibilização”, as periferias urbanas constituíram-se como lugar das classes populares,

privadas do direito de morar nas áreas providas de infraestrutura (Cf. Alfonsin, 2000). Por outro lado, uma série de agentes beneficia-se desses processos de expulsão da cidade construída para espaços ainda não urbanizados, muitas vezes através do loteamento clandestino e de formas irregulares de ocupação do solo, constituindo uma rede que:

[...] envolve donos de terra, urbanizadores, corretores de imóveis, advogados, arquitetos e engenheiros. Esta estrutura revela a cumplicidade das relações entre toda uma gama de agentes que encontram através desta prática um resultado extremamente rentável. (Urbanizador Social, 2006: 7).

Diante da dificuldade de acesso ao solo e aos serviços urbanos, os moradores do Elo, igualmente aos moradores de outras vilas, desenvolvem táticas de agenciamento desta. Essas táticas são executadas nas diversas práticas cotidianas, como ir à escola, procurar atenção para a saúde, ou fazer as compras para a manutenção da família. Nos deslocamentos pelo bairro e pela cidade, nas trocas entre vizinhos e parentes, os habitantes do Elo “fabricam”, no sentido usado por Michel De Certeau (1994), formas de agir com a desigualdade, a pobreza, a violência, etc. Essas práticas e ações são, por sua vez, narradas dissolvendo estes indivíduos de uma aparente indiferenciação e invisibilidade na cidade genérica, situando-os como sujeitos de “narrativas biográficas” (Eckert, 1998). E nessas narrações são condensadas as formas significativas e afetivas de agir no bairro e na cidade, formas de conveniência e de memória (De Certeau, 1994; 1996).

O título desta dissertação coloca uma pergunta que apareceu nos primeiros contatos com meus interlocutores na parada 6 e, particularmente, com os moradores da vila: Elo Dourado ou Elo Perdido? Esta questão diz respeito aos jogos da memória no interior de um grupo atravessado por redes de relações diversas, permeadas por experiências e interpretações dessas vivências também diversas e complexas.

A resposta mais imediata é que hoje o nome da vila é Elo Dourado e que apenas em um breve período do passado, ou nos tempos das origens, a vila chamou-se Elo Perdido. Durante boa parte da pesquisa, dei por confirmada essa resposta não apenas nos depoimentos dos moradores, mas também por vozes institucionais como a publicação *Memória dos Bairros. Lomba do Pinheiro*, editada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2000). A resposta não deixa de ser correta: no início o local chamou-se Elo Perdido e depois o nome foi mudado. As datas destas mudanças fogem às lembranças trazidas pelos meus interlocutores, e todos os eventos parecem se

“amontoar” em um tempo longínquo, passado ou original, que, olhado de fora, abrange um período relativamente curto da história da cidade (apenas alguns anos da década de 1990).

Entre os moradores da vila há também uma concorrência de versões sobre a autoria do novo nome. Os primeiros depoimentos de moradores diziam respeito a uma mudança de nome nascida da vontade coletiva deles próprios de tirar certo estigma associado ao nome Elo Perdido. Esse nome teria sido dado ao local em referência à possibilidade de criminosos e bandidos de se perderem ali do alcance policial. Talvez apressadamente, eu interpretei que tal ação coletiva estava ligada às primeiras ações da cooperativa de moradores ativa na vila, ou pelo menos, às ações que se encontraram no nascimento dessa organização social local. Minha interpretação viu-se reforçada pela insistência no âmbito da cooperativa de afirmar o novo nome. Há uma placa na entrada da sede onde se lê “Coop-Elo”, e várias placas indicando os nomes das ruas da vila apresentam a mesma marca. Uma vez que tive acesso aos planos do projeto de regularização da vila, vi que o nome tinha sido escrito com dois eles: Ello Dourado. Associando minha interpretação com um projeto de regularização fundiária levado adiante por uma organização cooperativa e tendo conhecimento das ações desta organização diante dos órgãos competentes do Estado (justiça, município), continuei acreditando que era essa a origem do nome Elo Dourado, quando alguém me disse que esse nome tinha sido dado “pelos burocratas”. O depoimento respondia à minha inquietação pelas ambiguidades e dúvidas que percebia entre alguns moradores não engajados com a organização cooperativa perante as nomeações das ruas do local e da própria vila. Entendi, no momento, que a cooperativa era percebida por alguns moradores da vila e das proximidades como um aparato burocrático que não tinha uma adesão unânime da vizinhança, ou talvez, que a cooperativa tinha adotado esse nome sob a influência de outros atores políticos e institucionais, associados à noção de burocracia. Apenas no final da pesquisa, deparei-me com um grupo de moradores que mantém uma posição de oposição às ações da cooperativa e que reivindicaram para a vizinhança não organizada a autoria da mudança de nome da vila “muito antes da cooperativa existir”.

Nas sociedades modernas reguladas por Estados-nações, existe toda uma série de instituições que detém o poder de nomear, classificar e, concomitantemente, reconhecer, restringir ou ampliar direitos e obrigações. Isso supõe que há sempre um órgão

competente que pode dirimir um limite, ditar uma interdição ou habilitar práticas. Supõe-se também que existem registros que fixam nomes de ruas, bairros e localidades. No entanto, a memória da cidade não raro escapa a esses registros. Ela se constitui dos fatos tais como vividos, lembrados e imaginados pelas pessoas que habitam a cidade e cujas biografias se entrelaçam com sua história. Mesmo o indivíduo imerso na metrópole, com sua exaltação do “espírito objetivo” (Simmel, 1967), tece suas lembranças em um processo subjetivo que não adere ao tempo histórico linear nem à toponímia oficial. As pessoas lembram que há mais ou menos tantos anos chegou a luz elétrica ao bairro, ou foi alargado um itinerário de ônibus, inaugurada uma escola, aberto um posto de saúde –antes do filho mais novo nascer, na época em que a mãe morreu, pelos tempos em que os filhos estavam no colégio, etc. Da mesma forma, há múltiplos exemplos que mostram como a nomenclatura urbana controlada pelo Estado, geralmente na sua esfera municipal, é muitas vezes explicitamente negligenciada pelo costume, expressando uma resistência da memória coletiva (Halbwachs, 2006) às reduções burocráticas. Em meio a disputas discursivas pelo monopólio do sentido e da faculdade de nomear (Bourdieu, 1997), os “praticantes” da cidade (Certeau, 1994) lembram e constroem relatos que constituem a memória no interior de redes de solidariedade e reciprocidade nas quais se movimentam cotidianamente. São essas pertencas sociais as que podem dar conta dessa memória coletiva (Halbwachs, 2006).

Mas, para além desta resistência dos indivíduos que vivem na cidade e lembram dela, há outro fator de indecisão na toponímia urbana. Este tem a ver com a formação de novos espaços urbanizados dentro da cidade que, no entanto, evoluíram paralelamente à ação estatal. As ocupações “irregulares” de solo urbano, chamadas de “vilas” em Porto Alegre, caracterizam-se pela ação mais ou menos organizada ou planejada de indivíduos ou grupos de indivíduos que atuam às margens ou diretamente fora da lei. Seria melhor dizer, nos interstícios da lei. E isto se cumpre exatamente no caso do Elo Dourado ou Elo Perdido: há uma superposição de atuações de agentes privados na origem da vila, e até hoje uma série de atores agem em sentidos diversos, às vezes paralelos, às vezes opostos. Assim, há invasores, há compradores, há quem chegou ali para alugar um lote de terra, há quem vendeu, quem emprestou, quem alugou com promessa de venda. Há eventos que fizeram com que muitos dos atores mudassem de papel: invasores passaram a ser cooperativistas, quem queria comprar passou a reclamar a propriedade mediante recurso de usucapião, quem ia intermediar entre os moradores e quem se dizia dono das

terras ficou desacreditado, quem desconfiou passou a ser visto como negligente e quem confiou foi visto por outros como inocente.

E o Estado? O Estado é uma entidade afastada, mas não ausente, dessas intrigas que se desenrolam no cotidiano dos moradores da vila há pelo menos quinze anos. A ação do Estado é vista como pontual. O Estado faz-se visível nas resoluções judiciais, e estas são mediadas por longos períodos em que, mesmo a maquinaria judicial esteja trabalhando ao respeito, os moradores da vila não tem conhecimento direto desse trabalho. A ponte mais frequente entre moradores e Estado são outros atores: “os políticos” –vereadores ou assessores de vereadores que às vezes mantém uma presença relativamente estável no local. No entanto, os canais dessa ação política parecem exceder as delimitações das funções legislativas municipais. Esses atores muitas vezes passam a agir fora do âmbito restrito da Câmara, em um tipo de ação mais direta que junto aos cidadãos busca nos mecanismos intersticiais as respostas para algumas reivindicações. De alguma forma, esses atores enquanto possuidores de conhecimentos e de certa influência sobre funcionários ou órgãos estatais, realizam uma mediação que aproveita as falhas e os vazios na ação supostamente amparada na Lei dos outros atores envolvidos e dinamiza a ação dos moradores da vila.¹¹

Esse processo pode ser entendido como uma forma alternativa de agir na arena política estabelecida, que procura ressignificar espaços de sentido, produzindo em longo prazo mudanças na própria cultura política e até no campo jurídico (Cf. Sousa, 2001). Haveria nesta agência uma intenção voltada para a mudança social, fazendo em curto prazo com que pessoas de grupos desfavorecidos pela sua posição social se beneficiassem utilizando os próprios mecanismos do sistema social que os oprime. De alguma forma, essa agência estaria denunciando a desigualdade no seio do sistema democrático pretensamente igualitário. Porém isso não é tão simples assim.

De uma complexa trama de atores e suas respectivas agências constitui-se a história da cidade. Ações e campos de ações produzem inúmeros eventos que muitas vezes fogem do olhar institucionalizado e institucionalizante do Estado. E isto é particularmente frequente no caso das chamadas “vilas irregulares”. Assim, um primeiro grupo de moradores pode estabelecer por consenso um nome para o local ou para as vias de trânsito naquele contexto, para que algum tempo depois um novo grupo o ponha

¹¹ Um estudo etnográfico destas formas de fazer política no âmbito das cidades brasileiras, relativas ao papel de vereadores municipais na canalização de demandas dos grupos populares, constitui o trabalho de Costa, 2006.

em questão e tente mudá-lo. No caso do Elo Dourado, as disputas relativas à nomeação do local e das suas ruas mesclam-se e dizem respeito a algumas disputas sobre o próprio processo de constituição da vila, de regularização fundiária e da relação com o suposto dono das terras, isto é, aos jogos da memória em meio a redes diversas de relações e formas contrapostas de agir.

1.4. Um espaço conceitual em um bairro real: práticas cotidianas, agência e memória da e na cidade

Penso nas formas sociais da vida urbana como configuradas em meio a encontros e superposições de diversos atores e suas práticas socialmente moldadas. Assumindo que é a modernidade, com o individualismo como valor dominante (Cf. Dumont, 1970) o “ambiente” social dessas ações, coloca-se toda uma série de questões relativas à subjetividade, à possibilidade de autonomia do indivíduo e à importância do coletivo nas trajetórias individuais. Isso envolve uma série de paradoxos pensáveis por meio da noção de “desposseção subjetiva” tal como trabalhada por Tânia Salem (1992). Como mostra esta autora, o individualismo moderno não engendra indivíduos plenamente “donos de si mesmos”, movidos à ação por escolhas racionais. Pelo contrário, produz pelo próprio processo de subjetivação que Georg Simmel (2006) chamava de “individualismo qualitativo”, indivíduos sujeitos aos processos de objetivação da cultura e, ao mesmo tempo, a constrangimentos que emanam deles próprios, embora fora de seu controle, e para cujo conhecimento é preciso a mediação do outro. Dessa forma, o diálogo etnográfico cobra pleno sentido como instrumento de compreensão, pela interpretação, desses “outros” que habitam a mesma cidade que eu, pesquisadora, mas ao mesmo tempo uma cidade “outra” por quanto há espaços de ação, redes de relações e formas de agir no mundo que nos diferenciam. Tal como escreve Velho (2006), seguindo Simmel, os indivíduos não sendo produto exclusivo de determinações sociais, expressam-se em uma linguagem que é dessa ordem e que remete às redes das quais eles participam. Nesse sentido e aderindo aos percursos da antropologia urbana brasileira, atento para o estudo da cidade por meio da experiência ordinária dos seus habitantes no fluxo do tempo. Em busca de compreender as formas criativas da memória destes indivíduos e grupos que em meio a redes de relações e trocas dão forma e são configurados pela experiência urbana, lanço mão não apenas de noções como

“memória coletiva” (Halbwachs, 2006), mas também de “práticas cotidianas” e “artes de fazer” (Certeau, 1994, 1996) e de agência (Ortner, 2006). Como parte dos deslocamentos epistemológicos que experimentei na prática etnográfica e no esforço interpretativo que a guiou, foquei no fenômeno da memória na cidade para além da concepção de Maurice Halbwachs (2006) sobre os quadros da memória em clave durkheimiana. Isto é, a memória como constituída pelos laços sociais que possibilitam não apenas um estoque de lembranças partilhadas, mas também, e fundamentalmente, a coesão e solidariedade entre os membros de grupos sociais. Em concordância com elaborações posteriores à concepção sociológica pioneira de Halbwachs, entendi a memória enquanto fenômeno simbólico que ultrapassa a concepção durkheimiana de representação. Sendo um dos limites de tal concepção a falta de problematização da relação consciente/inconsciente e a ênfase excessiva na determinação social da memória individual (Cf. Santos, 1993), aderi à uma concepção imaginária da representação seguindo autores como Gaston Bachelard (1993, 1994) e Gilbert Durand (1993, 2002), particularmente pela aplicação dessa concepção ao estudo da relação dos habitantes da cidade com o tempo, tal como desenvolvida por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert em sua proposta de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005). Ou seja, um pensamento preocupado com a compreensão dos fenômenos da memória como relativa às formas pelas quais a inteligência humana busca significar o mundo “quando confrontada com o caráter perecível de suas ações” (2005: 142). Estas formas, por sua vez, são concebidas em um espaço de convergência entre o pensamento simbólico (ordem das imagens) e o pensamento conceitual (Ibidem). A duração e os fenômenos da memória são abordados nesta linha teórica como relativas à “construção produtiva e criadora de conhecimento” (2005: 147), por meio da qual a inteligência humana se conduz reflexivamente no mundo (2005: 149). Isto implica em uma noção de duração que envolve a “sobreposição rítmica de um tempo subjetivo e de um tempo do mundo”, a diversidade das representações sociais e coletivas e a descontinuidade das experiências vividas (2005: 154).

Entendo “agência”, seguindo Sherry Ortner, como ação motivada e intencional, mas também como a capacidade para projetar, desejar, construir intencionalidade e atuar criativamente (2006: 136).¹² Sirvo-me deste conceito para pensar a ação dos

¹² Sherry Ortner discute os problemas do conceito de agência através da revisão de obras de outros autores. Destaquei aqui a definição mais próxima do que ela entende como a agência, que é a definição “forte” dada por William Sewell Jr. (1992). Essa definição dá lugar central à questão da intencionalidade.

moradores da vila Elo Dourado, do lado “fraco” de uma situação de desigualdade e dominação, mas tendo a capacidade de agir segundo esquemas próprios de valores e interesses para a concretização de projetos individuais e coletivos. Penso nessa agência através das práticas cotidianas por quanto é por meio delas que se processam, mantêm e modificam as chamadas estruturas sociais. Práticas e agência são conceitos próprios do esforço teórico de uma série de autores voltados a “resgatar” os sujeitos da ação social dos constrangimentos das “estruturas”. Não se trata, no entanto, de negar a existência de tais constrangimentos, mas, pelo contrário, de assumir uma concepção das estruturas sociais como sendo, ao mesmo tempo, limite e possibilidade da ação (Ortner, 2006: 3). Além disso, trata-se de entender a reprodução dessas estruturas como imperfeita e incompleta e, ao mesmo tempo, vulnerável diante das pressões e instabilidades próprias das situações de desigualdade de poder (Ortner, 2006: 7). Nesse sentido, farei uso da distinção estabelecida por Sherry Ortner entre agência de projeto e agência de poder, sendo ambas as duas faces de uma mesma moeda. A primeira se refere à intencionalidade na execução de projetos (sempre entendidos como culturalmente moldados), e a segunda, ao exercício ou à resistência ao poder (Ortner, 2006: 139). Esta última remete para o eixo dominação/resistência e, portanto, pode se pensar como definida pelo pólo dominante (para nosso caso, o poder do Estado, dos agentes imobiliários e as classes “dominantes” em geral); a agência de projeto remete para “lógicas locais do que é bom e desejável e quais são as formas de consegui-lo” (Ortner, 2006: 145). Ambas as faces devem se entender como funcionando em articulação: a execução dos projetos de alguns atores (melhor posicionados no jogo social) envolve a dominação de outros. Contudo, esses outros não só têm a possibilidade de resistir (agência de poder), mas também têm seus próprios projetos e vão mobilizar seus poderes para concretizá-los (Ortner, 2006: 153).

Esses projetos e poderes criam e recriam-se nas práticas de usuários da cidade, nos reempregos, nos usos que esses moradores fazem do espaço urbano. O conceito de “artes de fazer” desenvolvido por Certeau (1994) serviu-me para entender essas práticas, de modo a complementar o conceito de agência. Isto porque a agência não é “uma coisa em si”, mas é uma capacidade e uma propensão a agir que faz parte de um processo no qual se fazem e refazem as formas sociais e culturais (Ortner, 2006: 134).

No entanto, Ortner aclara que intencionalidade não é sinônimo de consciência, e entende que há um *continuum* entre práticas rotineiras, pouco reflexivas e planejadas, e atos de agência “que intervêm no mundo com algo em mente (ou no coração)” (Ortner, 2006: 136).

Assim, as “artes de fazer” apreendidas na observação etnográfica foram entendidas como as formas que assume no seu dia a dia a agência dos atores estudados. “Artes de fazer” ou maneiras de fazer remetem para uma “*ratio* popular”, “uma maneira de pensar investida em uma maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 1994: 42).

Aproximei-me dos moradores do Elo Dourado e dos arredores no papel de “consumidores” da cidade, o que não é sinônimo de “passivos”, atrelados a “fazer com” produtos feitos por outros (planejadores urbanos, agentes imobiliários, etc.). Assim, ficando muitas das transformações do espaço urbano fora de suas possibilidades de incidir, as formas em que eles se apropriam desse espaço visam significá-lo em concordância com o seu universo de expectativas, desejos, valores e afetos.

De outro lado, o dinamismo dessas formas não impede que elas sejam “conservadas” de alguma forma para serem transmitidas. É isso precisamente o que acontecia em cada encontro etnográfico, onde meus interlocutores contavam eventos e me apresentavam personagens do local. Dessa forma, eles iam tecendo uma memória que, ao mesmo tempo em que me comunicava aspectos diversos da sua vida, ia afirmando, corrigindo ou contestando suas próprias interpretações da sua experiência urbana. O exemplo do relato de partidas de jogo, trazido por Michel De Certeau (1994), é indicativo de como não só através do próprio jogo, mas, também através do relato das partidas, as regras e procedimentos são formalizados. Os jogos formulam as regras organizadoras dos lances e constituem uma “memória (armazenamento e classificação) de esquemas de ações articulando novos lances conforme as ocasiões” (Certeau, 1994: 84). Aos jogos correspondem os relatos de partidas. Essas histórias também “representam uma sucessão de combinações entre todas aquelas possibilitadas pela organização sincrônica de um espaço, de regras, de dados, etc.” (Ibidem). E constituem também uma forma de memória, como “repertórios de esquemas de ação entre parceiros” (Certeau, 1994: 84).

Tal como assinalam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005), há boas razões para se estudar o cotidiano e as práticas que nele desenvolvem os “usuários” da cidade, quando se trata de compreender e interpretar as formas e os conteúdos que constituem a memória da cidade. É no cotidiano onde se pode captar a coexistência de diferentes estilos de vida, visões de mundo e *ethos* “chamados constantemente a resistir ao tempo do desgaste e do desaparecimento de seus referentes materiais” (Eckert e

Rocha, 2005: 85). É por meio das múltiplas experiências temporais na cidade que os habitantes tecem formas de memória que não são apenas acumulação de lembranças de um passado, mas formas de agir com o tempo que dizem respeito a uma superposição de temporalidades e a uma luta para não cair no esquecimento. Isto é, formas de significar o devir tendo a cidade como meio cósmico¹³.

Ao tempo em que as imagens de caos e de desordem proliferam para dar conta da vida urbana contemporânea, a abordagem etnográfica permite através de um olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) compreender a existência de comportamentos e formas de ver o mundo mais ou menos padronizado, em que são recortadas redes e definidos grupos que convivem na cidade.

Em meio a essa diversidade de atores, é preciso renunciar à idéia de um tempo único e linear e assumir a diversidade dos fenômenos temporais (Cf. Bachelard, 1994). No entendimento de a cidade compor-se de múltiplos ritmos e temporalidades é que reside a proposta de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005) de uma etnografia da duração na qual fazem concluir a abordagem etnográfica já tradicional na antropologia urbana brasileira com uma análise das estruturas antropológicas do imaginário (Cf. Durand, 2002). Ou seja, uma etnografia atenta às operações imaginárias, prudente às formas rítmicas das sobreposições temporais ordenadas nas narrativas dos habitantes, que operam inteligibilidades que ultrapassam determinantes simbólicos do pensamento discursivo e antes deformam os materiais da percepção em processos constantes de correção e afinação (Durand, 2002: 30).

Nas palavras das autoras:

O “tempo social”, neste caso, é o produto de um processo de consolidação temporal pensado por uma comunidade, fruto da hierarquização de uma série de instantes e de rupturas de trajetórias vividas. Evita-se perceber a história de uma cidade exteriormente às modalidades simbólicas de controle do tempo expressas pelos grupos e indivíduos e agenciadas no contexto de seus ambientes psico-históricos. Pela dinamização da memória de uma comunidade urbana, seus agentes consolidam uma temporalidade vivida como coletiva, rica em significações. Através dos “jogos da memória” que revelam suas narrativas, ultrapassa-se o enfoque do meio urbano como “caos”, “ruína” e desordem, pois nele o cotidiano da cidade reinventa-se e encontra-se carregado de sentido. (Eckert e Rocha: 2005: 90).

Nessa direção, orientei minhas observações e a interlocução etnográfica durante a pesquisa na parada 6 da Lomba do Pinheiro e junto aos moradores do Elo Dourado. Ao

¹³ Eckert e Rocha (2005) aderem às formulações de Gilbert Durand (2002, 2008) sobre o “trajeto antropológico” que teria levado “o homem da civilização” a transformar seu entorno cósmico no mundo tal como o vivemos contemporaneamente. Assim os habitantes das cidades modernas lidam imaginariamente com o tempo em formas que lhe são próprias.

mesmo tempo em que tentava compreender as redes de relações e os tipos de trocas que nelas se desenvolviam, pensava essas práticas como constituintes do próprio ambiente estudado: a cidade de Porto Alegre e nela uma série de grupos de atores atrelados a alguns territórios, carregando uma série de imagens e significações sobre suas experiências urbanas.

Assim, vali-me de noções como “paisagem” tal como entendida por Georg Simmel (1996) em articulação com uma concepção do ato de narrar tal como entendido por Paul Ricoeur (1994), para pensar a cidade para além do cenário físico e nas formas que assume a memória dos seus habitantes na narração de suas experiências temporais.

Georg Simmel (1996) entende a paisagem menos como um dado físico e mais como uma operação simbólica por meio da qual a parte de um todo se torna um conjunto independente, que se destaca do precedente e reivindica seu direito em face dele (1996:17). Para se perceber algo como a paisagem – diz-nos Simmel– precisa-se ter uma unidade, um conjunto percebido como tal pelo espírito. Da forma como o homem modela “um grupo de fenômenos” na categoria de paisagem, esta implica uma visão de unidade fechada, bastando-se a ela mesma. No entanto, o homem tem uma “pré-ciência” da infinitude da qual a paisagem é um recorte autonomizado, não sem uma certa violência. Essa infinitude é para Simmel a natureza, entendida como “a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterruptos das formas, a unidade fluida do vir-a-ser...” (1996: 15). Há nas cidades modernas processos constantes de nascimento e aniquilamento de formas, o que desperta o pensar as cidades brasileiras a partir de uma “poética da instabilidade” (Eckert e Rocha, 2005). No caso por mim estudado, as transformações do território superpõem-se evidenciando agências de atores diversos, às vezes antagônicos. Olhados através da memória dos indivíduos que neles habitam, esses territórios tornam-se paisagens em sentido simmeliano: eles se recortam do todo informe das mudanças contínuas que animam a cidade. Desta forma, enquanto estrangeira, inseri-me nessas paisagens através da interlocução, buscando compreender os recortes operados simbolicamente no território pelos moradores.

Levando-se em conta que a própria ideia de natureza é historicamente datada (Cf. Descola, 2005) mantenho o uso do termo lendo-o em referência ao mundo no qual o homem, enquanto espécie e enquanto indivíduo, “é no tempo” ou devém na duração. Esse “ser no tempo” é entendido aqui tal como Ricoeur (1994) o faz ao trazer o Dasein heideggeriano para o interior do ato de narrar. A intratemporalidade, ou o ser “no”

tempo, exhibe traços irreduzíveis à representação do tempo linear. Ser “no” tempo já é diferente de medir intervalos entre instantes-limites, é antes de mais nada contar com o tempo, calcular. “Mas é porque contamos com o tempo e fazemos cálculos que devemos recorrer à medida; não o inverso. Deve pois ser possível dar uma descrição existencial desse ‘contar com’ antes da medida que ele exige.” (Ricoeur, 1994: 99).

Trata-se, como diz Gaston Bachelard, de compreender a diversidade dos fenômenos temporais e de ter o ritmo como base da eficácia temporal (1994: 8). Os fenômenos temporais não “duram” todos do mesmo modo, e a concepção de um tempo único apenas torna imperfeita nossa visão dos fatos no tempo. A continuidade deve ser entendida como metafórica (Cf. Bachelard, 1994). A qualidade metafórica da duração vincula-se aos paradoxos entre tempo e narrativa, concordância e discordância, que segundo Paul Ricoeur (1994) resolvem-se, ao mesmo tempo em que são evidenciados, na tessitura da trama narrativa. E isto envolvendo certa violência interpretativa. No entanto, se colocarmos a consonância apenas do lado da narrativa e a dissonância do lado da temporalidade, faltamos ao caráter propriamente dialético da relação. A experiência da temporalidade não se reduz à simples discordância. (Ricoeur, 1994). É preciso questionar-se se a igualação da experiência temporal ao informe radical não é um dos traços da modernidade. De outro lado, a consonância narrativa deve também ser relativizada. A tessitura da intriga nunca é o simples triunfo da “ordem”. As próprias intrigas coordenam distensão e intenção (Ricoeur, 1994). É através da constante tessitura de intrigas que os indivíduos narram suas experiências nas cidades, e assim uma etnografia da duração na cidade deve dar ouvido às “enunciações pedestres” (Certeau, 1994) dos seus habitantes. Nessas enunciações do e no cotidiano, desenvolve-se uma “arte de dizer” (Certeau, 1994) relativa, como já entendia Walter Benjamin, (1993) à capacidade de restaurar valores e sentidos e transmitir experiências. Assim, entendendo as falas partilhadas em campo como carregadas de imagens e ritmos do ser na cidade, não apenas como as paisagens e as temporalidades dos sujeitos que narram, mas como parte de experiências partilhadas, ou seja, uma memória coletiva da cidade; pois, “o narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer” e sua experiência biográfica transcende a experiência individual, sendo em grande parte uma experiência alheia (Benjamin, 1993: 221).

1.5. Tempo de olhar, tempo de escutar e tempo de escrever¹⁴

Com isto em mente, olhei, escutei, perguntei e tentei registrar os detalhes, as variações. Dei importância central à relação estabelecida com cada interlocutor ou interlocutora, tentando compreendê-lo na sua singularidade. O pano de fundo foi a tentativa de atingir algo da complexidade da vida nesse local da cidade por meio da imersão no universo imaginativo, nos jogos da memória do grupo que ali vive e se narra continuamente, no esforço de permanecer no tempo (Eckert e Rocha, 2005). A descrição dessa aventura não pode ser outra coisa que um trabalho de montagem.

Um dos medos mais paralisantes à hora de começar a escrever é o medo de trair os meus interlocutores e as minhas interlocutoras na pesquisa. Não apenas se trata da preocupação com cuidar de sua privacidade e com o seu direito a não ver sua imagem distorcida por minhas interpretações. Pesquisar em meio a uma comunidade pequena, onde há intensas relações cara-a-cara no cotidiano, implica em que a mudança dos nomes das pessoas pode ser insuficiente, pois os sujeitos ficam identificáveis para os outros pelas peculiaridades das suas trajetórias ou pelo seu papel no local. Mas, para além destas questões, há a preocupação com produzir uma descrição etnográfica que conte com o maior grau possível de compreensão dos sujeitos envolvidos sobre o que esta descrição visa ser. Essa preocupação aparece logo que o trabalho de campo começa andar: é preciso explicar às pessoas qual é o meu interesse, enquanto pesquisadora, em relação a eles. É frequente o questionamento sobre a utilidade de tal interesse e, como contrapartida, os interlocutores da pesquisadora são presa de outra preocupação. Esta é a de como contribuir da melhor forma, ou às vezes da forma “certa”, para o sucesso do meu trabalho. Segue um trecho de transcrição de entrevista gravada com as mulheres que me receberam na Cooperativa do Elo Dourado uma tarde, depois de algumas visitas, na qual elas se reuniram para conversar comigo.

E: Mas, eu acho que independente da gente conversar, o interesse... como é que tu vai [estudar/contar] como é que a gente vive no dia a dia? Tu tem que ver direitinho...

R: E eu acho que cada vez que ela vem aqui, a gente vai lembrando [porque] não tem como tu lembrar...

E: ...tudo num dia só.

Eu: Não. Nem eu como registrar. [...]

R: Acaba que... às vezes [há] coisas que... não tem como tu lembrar. Mas, acho que as coisas vão acontecendo, vão acontecendo. Cada coisa que vai acontecendo vamos te falando... eu acho que aí se monta um... n'ê?

¹⁴ O subtítulo alude ao livro de Levi-Strauss (1997), *Olhar escutar ler*, e ao texto de Cardoso de Oliveira (2002) “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. As formulações estabelecidas por Oliveira neste último texto conformaram minha concepção da abordagem etnográfica.

Eu: É isso.
(Entrevista, 17 setembro 2008)

Trago essa conversação como um dos tantos exemplos dos cuidados das minhas interlocutoras para contribuir com a pesquisa. Mas sublinho do trecho citado os apontes metodológicos que ele encerra. De um lado, a preocupação de uma das entrevistadas com a necessidade de eu “ver direitinho”, para além do que elas iriam me contar. De outro, a definição da descrição etnográfica como uma montagem feita a partir dos “traços” de memória que elas iriam me habilitando a compreender precisamente na interlocução etnográfica. Ambas interlocutoras apontaram para a observação e escuta atenta, peças-chave da etnografia como método, já nas formulações pioneiras de Malinowski (1976), e, ao mesmo tempo, para a memória e para o dia a dia ou “o cotidiano”, elementos-chaves da minha pesquisa etnográfica. Talvez, a interlocução começasse a ser bem sucedida. Decerto, uma relação que não acaba com a escrita da monografia etnográfica estava se criando.

Um dos entraves ao aprofundamento de algumas questões aparecidas no desenvolvimento da pesquisa constitui talvez minha grande preocupação com o cuidado na relação estabelecida com os interlocutores e as interlocutoras em campo. Olhando em retrospectiva o material coletado, vejo todas as perguntas que não fiz e todos os cabos que deixei soltos. É assim que a etnografia que tenho que escrever é, como uma composição, uma montagem de pistas dispersas, palavras ouvidas e cenas presenciadas aqui e ali. Trata-se de uma montagem chamada a ser espiralada, como foi minha entrada no local, por meio dos relatos das pessoas e das caminhadas pelo bairro.

Nas primeiras caminhadas não tinha certeza se caminhava pelo Elo Dourado ou se tinha ultrapassado os seus limites administrativos. Depois, os locais vizinhos começaram fazer sentido na minha observação, quando se transformaram em espaços de ação dos meus interlocutores. Da mesma forma, ouvi os primeiros relatos sem eu mesma saber o que isso iria significar para o meu trabalho. Tempo depois, até os mínimos detalhes, os nomes e as palavras que ao início não entendia, começaram fazer sentido. O sentido foi se delineando à medida que integrados às experiências narradas pelos diversos moradores do Elo que tentavam me fazer compreender, cada um de sua perspectiva, como esse local da cidade tinha se transformado no lugar da sua memória, de suas redes de pertencas.

Assim, em um percurso espiralado, fui “puxada” por meus interlocutores e interlocutoras para espaços imaginários diferentes do meu. Se consegui imaginar junto com eles, a montagem que segue, embora, ou graças a ser espiralada, dará conta do processo etnográfico e, além disso, dirá coisas que façam sentido para os próprios sujeitos da pesquisa. Este tratou-se de um processo de mergulho na vida de um grupo de pessoas que partilham um lugar e uma parte da memória da cidade. Esse mergulho esteve cheio de surpresas, contradições e ambiguidades. A montagem das diversas jornadas desse mergulho não pôde ter então como produto uma narração linear, com os sucessos cronologicamente ordenados e os personagens claramente distinguidos nos seus limites, sem ambiguidades nem contradições. Seguindo os ensinamentos de Gaston Bachelard (1994) sobre a duração, e tal como assinalam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, na sua proposta de etnografia da duração (2005: 150), quem pesquisa sobre memória deve recusar a ideia da plenitude do mundo das coisas, pois a ideia da continuidade do tempo não é um dado, mas uma obra. Como mostrado por Paul Ricoeur (1994), a tessitura da intriga nunca é o simples triunfo da “ordem”. As próprias intrigas coordenam distensão e intenção. No que segue, a busca da coerência narrativa é de minha responsabilidade, deve-se ao meu esforço interpretativo e, portanto, é contestável pelos próprios atores. Ao mesmo tempo, entendo meu próprio lugar como o do narrador e o da coisa narrada, pois, seguindo Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005: 54):

Ironicamente, toda narrativa etnográfica pretende capturar o movimento da vida vivida, sendo por ele capturada, tornando-se o antropólogo, tragicamente, preso desse encadeamento insondável do próprio movimento do tempo.

Capítulo 2

Descobrimo Elo Dourado: do território à paisagem

A princípio, a Lomba do Pinheiro constituía para mim uma enorme região na qual eu apenas distinguia alguns pontos de referência graças aos quais me orientava no meu deslocamento desde o Centro da cidade. No desenrolar do trabalho etnográfico, uma pequena porção desse território, a parada 6, começou a tomar forma e densidade na minha familiarização. Por sua vez, nesse espaço inicialmente indiferenciado, começou a delinear-se o Elo Dourado. Com as sucessivas caminhadas e conversas com moradores do Elo e de fora de, os limites tornaram-se claros e eu me vi fazendo os mesmos percursos que os meus interlocutores. Assim, o território converteu-se em paisagem. Ou seja, um recorte feito à força de imaginação, na concepção simmeliana de paisagem, e isto como produto do encontro interpretativo com o outro.

2.1. O território por dentro

A primeira visita à Lomba, enquadrada no exercício da disciplina de Antropologia Visual referido anteriormente, realizei junto à minha colega Anna. Encontramo-nos na parada 6, a qual cheguei pegando o ônibus 398-Pinheiro, na Avenida Borges de Medeiros, no Centro da cidade, e pedindo ao cobrador no meu melhor português que me avisasse para eu descer naquele ponto. Depois de em torno meia hora de viagem, o ônibus abandonou a Avenida Bento Gonçalves, paisagem bem conhecida por mim por ser uma das vias obrigatórias para chegar ao Campus do Vale da UFRGS, onde eu tinha aulas. Logo percebi que a partir dali os pontos de ônibus estavam indicados com pequenas placas metálicas em cada um deles. Porém não teria sido tão simples chegar sem pedir ajuda, porque desde o início da estrada João de Oliveira Remião, na interseção com a Av. Bento Gonçalves até a parada 6, há mais de seis pontos de ônibus, indicados como 2 A, 2 B, e assim por diante.

Ao encontrarmos e antes de iniciar nossa caminhada, Anna e eu observamos as lojas e a escola situadas nesse ponto, e chamou nossa atenção a presença do Museu

Comunitário – Memorial da família Remião. Tínhamos chegado ao local com poucas referências do que iríamos encontrar. Esperávamos encontrar um misto de espaço rural com núcleos de urbanização “irregulares” esparsos naquele espaço. Eu, provavelmente carregando imagens da cidade de Montevideu, tinha idealizado que o espaço não construído seria mínimo e que a aceleração recente da urbanização irregular iria se traduzir em uma paisagem povoada de casas precárias e ruazinhas de chão labirinticamente (des)ordenadas. Quanto às minhas colegas de mestrado, quando comentei onde iria trabalhar, fizeram comentários e brincadeiras sobre a grande distância do centro da cidade, advertiram que me preparasse para uma longa viagem de ônibus e também disseram que iria encontrar índios, referindo-se aos assentamentos de grupos indígenas naquele bairro¹⁵. Assim comecei descobrir a Lomba do Pinheiro, como aquele bairro que se abria à direita da Avenida Bento Gonçalves em direção centro – bairro, à altura do campus do Vale da UFRGS, no bairro chamado de Agronomia pela antiga presença da faculdade de Agronomia da Universidade Federal; um local de urbanização recente onde, é verdade, ainda os traços de “ruralidade” são abundantes e cujo eixo viário constitui a estrada João de Oliveira Remião, também chamada de Avenida dos Trabalhadores, que conduz até o bairro Restinga, no sul da cidade.

Naquela manhã de setembro, Anna e eu começamos um percurso exploratório no ponto onde descemos do ônibus. A escola pública que ali está situada chama-se Rafaela Remião. O comércio encontra-se do lado direito da estrada (direção centro/bairro). A poucos metros do ponto de ônibus, a estrada abre-se para a direita –é o nascimento da estrada Afonso Lourenço Mariante. Do lado esquerdo da Remião, antes dessa encruzilhada, a paisagem é mais verde e há algumas casas, uma serralharia, uma igreja Batista, e a casa de telhado estilo português onde funciona o Museu. Ao fundo dessa casa, visível pelos lados não construídos e sobressaindo por cima do telhado, vê-se uma densa vegetação; na frente, uma faixa de plástico branco anunciava um Concurso de Contos, em outras, lia-se “Acesso à Internet” e anunciava-se uma Oficina de Mapeamento Cultural. Em uma entrada lateral da casa, uma placa anunciava:

Instituto de Arte – Educação
Biblioteca Leverdógil de Freitas

¹⁵ Sobre o tema das comunidades indígenas localizadas no bairro Lomba do Pinheiro, pode-se recorrer – entre outros trabalhos – à tese de doutorado em Antropologia Social de Ana Elisa de Castro Freitas, defendida no PPGAS IFCH, UFRGS, intitulada *Mrür Jykre - a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil., Ano de Obtenção: 2008*

Museu da Lomba do Pinheiro
Memorial da Família Remião

Onde também se podia ver o símbolo da ONG que gere o local: uma flor, e o acrônimo, IPDAE.

Anotamos a recorrência do sobrenome Remião no nome da escola, da estrada e no fato do Museu Comunitário ser ao mesmo tempo o Memorial da Família Remião. Sentimos curiosidade pelo fato da presença de um espaço de memória tão específico quanto um museu. Decidimos caminhar e observar um pouco. Pegamos a estrada Lourenço Mariante sem saber onde nos levaria. À medida que fomos deixando para trás a estrada Remião e a parada 6, fomos descobrindo uma paisagem híbrida onde proliferam as moradias de aspecto humilde, especialmente nos primeiros metros do percurso, e onde se levanta à esquerda, um mato cultivado de eucalipto e cana. Depois do terceiro quarteirão, a paisagem muda quase completamente e também do lado direito se impõe o verde de grandes extensões de terra onde há poucas casas de aspecto rural, com espaços de horta e animais de granja ao redor. No entanto, pouco depois, novos núcleos urbanos aparecem alternados com espaços de espessa mata aparentemente nativa. De qualquer forma, o contraste com a estrada Remião fica claramente expresso pela ambiência sonora.

A estrada Mariante tem um importante tráfego de caminhões, especialmente grandes caminhões carregados de lixo que se dirigem à Estação de Trásbordo do DMLU¹⁶. Porém, nessa primeira caminhada, Anna e eu encontramos uma paisagem sonora na qual à medida que nos afastávamos da encruzilhada da parada 6, os cantos dos pássaros e um relativo silêncio era esporadicamente interrompido por algum carro que passava. Registramos três minutos de som ambiente em uma esquina da Mariante com uma das ruas de chão que se abrindo à direita (sentido centro/bairro) permite o acesso a um dos loteamentos vizinhos ao Elo Dourado. Nesses três minutos gravados, é possível ouvir ao menos duas carroças com cavalo passar pela Mariante. As carroças puxadas por cavalo são frequentes nessa estrada que conduz até o bairro Belém Velho,

¹⁶ O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) da Prefeitura de Porto Alegre tem na Lomba do Pinheiro uma estação de trásbordo para o lixo coletado diariamente na cidade. O lixo é trásbordado para caminhões maiores que o trasladam para o aterro de Extrema do Lami, no sul da cidade e para fora de Porto Alegre, para o aterro sanitário de Santa Tecla, em Gravataí. A estação de trásbordo funciona as 24 horas do dia e recebe quase 1,5 milhão de toneladas diárias de lixo (fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/trata.htm>). O tráfego dos caminhões pelas estradas Remião e Mariante tem importantes efeitos no ambiente da Lomba: visuais, sonoros, olfativos, além do perigo de acidentes em trechos onde não há calçada para pedestres.

na Zona Sul, e pela qual transita apenas uma linha de ônibus de muito baixa frequência (a linha Quinta do Portal). Efetivamente, como pude descobrir em sucessivas caminhadas pela Mariante, essa via se adentra nos espaços ainda não construídos situados a essa altura da Lomba do Pinheiro e oferece um contraste com o aspecto mais urbanizado visível na Remião em volta da parada 6. Assim, não resta dúvida de que a mesma via conduz a núcleos de moradias irregulares, ou vilas, mais ou menos isoladas, em meio a extensas áreas de mata. A estrada Mariante é frequentemente notícia nos jornais locais, pois os moradores dessas vilas recorrem a cortar o trânsito por ela quando querem ganhar visibilidade para reclamar por melhoras de infraestrutura, cortes no fornecimento de eletricidade ou água, aumento na frequência dos ônibus, etc.

Convencidas de que esse caminho não nos devolveria à estrada Remião, Anna e eu decidimos voltar. No entanto, antes de chegar à parada 6 novamente, decidimos entrar em um desses espaços urbanizados que agora ficavam à nossa esquerda. Muito tempo depois eu iria descobrir que tínhamos entrado no chamado Jardim da Lomba, loteamento anterior e vizinho ao Elo Dourado. Uma rua de chão batido bastante reta e sem esquinas desce desde a estrada Mariante até o final do loteamento, situado em um nível mais baixo de terreno. Ao longo dessa rua, muitas casas apresentam jardins e, o tamanho dos terrenos segue uma grande regularidade. O tráfego de veículos motorizados é mínimo. Continua fazendo parte da ambiência sonora o canto dos pássaros, ouve-se também algum cachorro latindo. Vimos várias crianças que brincavam ou andavam de bicicleta na rua e havia pessoas construindo ou consertando alguma casa. Já dentro do Jardim da Lomba, a estrada Mariante é percebida apenas no início da rua (segundo nosso percurso) como uma ilha de eucalipto sobressaindo por cima das casas. Essa ilha de eucalipto é visível também desde o Elo Dourado, pois os loteamentos à margem da Mariante se situam alguns metros embaixo do nível da estrada. É parte dos relatos dos moradores a experiência do aterro como requisito para a construção das casas. Ao final da caminhada por essa rua, encontramos um desses nós onde os limites não são claros para as pessoas que moram em volta: é o encontro dos limites do Jardim da Lomba com a Vila MAPA, ou o que é uma extensão mais ou menos irregular dela, e o limite do Elo Dourado na confluência da sua rua principal, Airton Sena, com a Avenida Santos Dias da Silva, que se conecta com a estrada Remião. A Santos Dias da Silva é via asfaltada pela qual circula a linha de ônibus 394 – Vila MAPA. A Vila MAPA é uma das poucas áreas de moradias populares planejadas

pelo governo municipal, com uma antiguidade de em torno 40 anos e um lento processo de dotação de infraestrutura, que vai desde a origem na década de 1960 até os anos da década de 1990¹⁷. Alguns dos moradores do Elo Dourado que seriam depois meus interlocutores eram inicialmente moradores da Vila MAPA. Voltaria mais tarde a esse local em uma caminhada realizada com um adolescente morador dos arredores da parada 6, usuário da biblioteca e colaborador do Museu Comunitário, Taygo.

Para voltar à parada 6, Anna e eu ensaiamos um novo caminho. Sem sabê-lo, percorremos a rua principal do Elo Dourado. Deixamos para trás o barulho de crianças brincando no pátio do Colégio Villa Lobos, situado na Avenida Santos Dias da Silva e cuja lateral é divisa com o Elo. Desta vez em vez de descer, subimos a lomba pela qual se estende a rua também de chão, porém muito mais irregular no traçado e no estado de manutenção que a rua que percorremos anteriormente. Nessa área, observamos uma maior densidade na ocupação do solo, construções de madeira e construções de alvenaria mais precárias, ou de tipos construtivos menos acabados, e menos casas com jardim. Encontramos também crianças na rua e pessoas trabalhando na construção ou no conserto de uma casa. Podia-se ouvir música a alto volume ao passar por algumas casas que, além de serem pequenas e estarem situadas quase na beira da rua, estavam com suas portas e janelas abertas. O fato de as pessoas ouvirem música ou assistirem TV com o volume muito alto conformam igualmente a paisagem sonora local. Nas sucessivas visitas, essa sonoridade mapeava o *ethos* local, sendo comentado como uma característica do “morar em vila” por alguns dos meus interlocutores. Os latidos de cachorros e os sons musicais fazem parte da ambiência do Elo Dourado. No entanto, nos primeiros metros que transitamos pudemos ouvir cantos de pássaros especialmente fortes, que provêm da área de mata que fica atrás das casas, do lado esquerdo da Airton Sena (em sentido MAPA–Parada 6). Também nessa primeira parte do trajeto encontramos ao menos dois córregos de água provenientes da área de mata e canalizados à altura da vila. Essas características do ambiente físico no qual se construiu o Elo Dourado confluem nas narrativas que iria posteriormente ouvir dos moradores da vila sobre os tempos “originais” do local e o que eu interpretei como “a conquista” do

¹⁷ Segundo a Prefeitura de Porto Alegre, o projeto é de 1964, quando “utilizando-se do fato para propagandar o governo militar, a municipalidade resolveu implantar no local o embrião da Vila Mapa I” (PM/SMC, 2000: 79). No entanto, a inauguração de unidades habitacionais começou lentamente em 1965, não contando com serviço de água e eletricidade até finais da década de 1970 e inícios dos anos de 1980. Apenas em 1994 o Departamento Municipal de Habitação declarou o loteamento viável (PM/SMC, 2000: 88). O nome é acrônimo de Movimento Assistencial de Porto Alegre, dirigido em 1964 pela então primeira dama municipal.

espaço não construído nas margens da cidade “estabelecida”. Por sua vez, o ambiente físico e as transformações que decorrem do processo de urbanização são tematizados entre os atores sociais preocupados com a preservação dos ecossistemas locais (Ver capítulo 3).

2.2. Um museu às portas da vila, a encruzilhada da parada 6

Uma vez de novo na parada 6, Anna e eu entramos no Museu. Encontramos ali um jovem historiador que nos apresentou o local. Contamos o motivo da nossa visita. Ficamos sabendo que uma oficina de mapeamento cultural havia tido lugar ali havia pouco tempo. Ele insistiu no fato de nós conhecermos a pessoa que desenvolveu a oficina: uma estudante de antropologia vinda de Polônia que chegou como voluntária à ONG que gere o Museu. Trocamos contatos e recebemos as primeiras pistas sobre o lugar da família Remião na região. Naquela época, ainda não imaginava a estreita relação que isto guardaria com meu trabalho posterior uma vez que consegui entrar ao Elo Dourado.

O Museu divide a casa, antiga propriedade do Seu Osmar de Oliveira Remião, com um ramal da biblioteca Leverdógil de Freitas. A sede central da biblioteca situa-se na parada 18 da Lomba, onde funciona a sede central também do Instituto Popular de Arte-Educação (IPDAE). Nas minhas referências ao pessoal do Museu, portanto, aludo às pessoas que trabalham na parada 6. A maioria das interações nesse espaço foi com Caiuá, o historiador, e Fernanda e Nôva, estudantes de História da UFRGS que realizavam estágio no Museu. Continuei interagindo com eles durante 2007 enquanto os únicos responsáveis pelas atividades específicas do museu. À frente da biblioteca encontrava-se Rafael, um jovem morador do bairro que continuou trabalhando como bibliotecário durante todo o tempo de minha pesquisa. No discurso de Caiuá, no entanto, houve sempre uma ênfase em assinalar que tanto a exposição museográfica quanto as atividades de educação patrimonial que eles realizavam eram parte de um projeto maior e que abrangiam outros atores não presentes no local durante minhas observações.

Ali, em uma sala funciona a biblioteca, na sala contígua é exibida uma montagem museográfica que tenta recriar o que foi o Armazém Vencedor, empreendimento

comercial do Seu Osmar, que funcionava na mesma casa. A exposição exhibe objetos do antigo armazém, fotos da família e alguns objetos domésticos desta. Entre estes últimos, há um conjunto de chapéus pendurados junto a um espelho. Caiuá nos mostrou a exposição, mas nos explicou que estava momentaneamente fechada ao público por problemas de infiltração no telhado. Daquela primeira visita, guardo uma gravação de som na qual eu leio um pequeno texto escrito a mão em um papelzinho preso a um daqueles chapéus. O texto, minúsculo, quase imperceptível, na sala escassamente iluminada é extremamente “denso” e junto à organização das fotos familiares constitui uma das primeiras pistas na nossa interpretação do Memorial da família Remião, que insistentemente nos era referido nas falas do pessoal do Museu como Museu Comunitário:

Este chapéu é uma lembrança de um homem que lutou pela pátria e pela família. Construiu recursos pra velhice, foi amigo da sociedade, trabalhou 75 anos no comercio [sic] dele junto com a esposa. Foi muito querido, até das mulheres. É um herói.
Osmar Remião. 3-12-2000

No enquadre do exercício de Antropologia Visual, a equipe voltou pelo menos mais uma vez ao Museu. Conhecemos a estudante polonesa, mas ela já estava retornando para a Europa. No Museu, descobrimos que a vila situada à margem da calçada da frente havia sido constituída como uma ocupação clandestina das terras da família Remião.

O debate de como encaminhar a pesquisa neste contexto de irregularidades e o tema da ética na pesquisa instalou-se na equipe. Resolvemos nos aproximar dos habitantes de forma a tratar de práticas cotidianas sem constrangê-los com entrevistas sobre as ocupações. Este tema poderia ser abordado nas entrelinhas, se assim os moradores o evidenciassem. Em questões sobre a vida cotidiana do local, começamos a conversar com o dono de uma loja de eletrodomésticos usados, morador da vila, apelidado de Brilho, e em algum momento decidimos nos focar na perspectiva dos moradores e na figura do Brilho.

Quanto ao Museu, nesse exercício de antropologia visual, a equipe optou por desconsiderá-lo. O Museu nos parecia menos comunitário e mais da família Remião. No entanto, o pessoal que ali trabalhava mostrava uma preocupação semelhante àquela que produzia resistência na nossa equipe: a história da região não podia ser contada apenas sob a perspectiva de uma família, ainda mais considerando o lugar social peculiar dessa

família no local e a existência de conflitos entre os novos moradores e os antigos, relativos ao processo de urbanização da área.

Ao final do exercício, decidi ficar no local pesquisando com vistas à minha dissertação de mestrado. Mantive por estratégia a frequência ao Museu, como “curiosidade” de pesquisadora sobre a história local e sobre a existência deste no cenário da vila. Portanto, comecei a frequentar o Museu de forma individual. Logo acabei eu própria aderindo à denominação de “museu” e esquecendo a de “memorial familiar”. No entanto, essa tensão guiou o tempo todo as minhas observações nesse espaço, junto à pergunta sobre o lugar que o Museu poderia constituir para os moradores da vila na qual decidi focar a pesquisa. Depois descobriria que o lugar “biblioteca” é mais importante que o lugar “museu” nas práticas cotidianas dos moradores dos arredores da parada 6, incluindo alguns moradores do Elo Dourado.

Assim, é a Biblioteca e não o Museu que integra as práticas desses moradores. Adolescentes, alunos da escola Rafaela Remião, encontram-se nos períodos sem aula no pátio ou no interior da casa que eu olhava como museu. Para eles, a biblioteca do IPDAE constitui uma alternativa diante da falta de bibliotecário que, segundo os próprios usuários e o pessoal do Museu, faz com que a biblioteca da escola permaneça inativa. Além de usufruir do acervo bibliográfico, esses alunos utilizam os computadores que o IPDAE oferece para acessar a internet a um custo relativamente baixo. Os adolescentes utilizam este serviço não apenas como meio complementar nas tarefas escolares, mas também alimentam as novas formas de sociabilidade que têm a internet como suporte. Por sua vez, outras atividades que acontecem no espaço museu/biblioteca constituem lugares de encontro para estes jovens, dentre elas, oficinas de xadrez, cursos de preparação para exame vestibular para acesso à universidade, etc. Mas, não apenas adolescentes dos arredores do Elo Dourado e da própria vila frequentam a biblioteca. Alguns adultos, particularmente mulheres, visitam o lugar como usuárias. Algumas são alunas dos cursos para adultos da escola Rafaela Remião. Estas e outras costumam ser as responsáveis pela retirada e devolução de livros não apenas para elas, mas também para seus filhos.

Assim, com o tempo, iria descobrindo que a casa-museu, situada à margem do território que comecei a explorar em setembro de 2007, integrava-se à paisagem de alguns dos meus posteriores interlocutores da vila Elo Dourado. Separados fisicamente pela estrada Remião, a Vila e o Museu pareciam-me a princípio espaços diferenciados, e

a travessia daquela fronteira parecia-me rara para os moradores do Elo. É verdade que muitos deles não frequentam a biblioteca e ainda menos a exposição museográfica. Porém foi nesse espaço que iniciei algumas interlocuções com moradores, em especial mulheres.

Por outro lado, entre os alunos da escola, as definições de pertença superpõem aos limites espaciais os limites de redes de relações. É menos provável eles se identificarem como moradores de tal o qual local dentro da parada 6 que como fazendo parte de tal o qual grupo de amigos e colegas. Estes grupos têm vários espaços da parada 6, incluídos o museu e a vila Elo Dourado como lugares de sociabilidade.

2.3. Entrando no Elo Dourado pelas portas de um “brique”

Simultaneamente, outro espaço com características totalmente diferentes serviu de contraponto àquela porta de entrada e me permitiu acessar outros personagens e outro universo imaginativo relativo à Lomba do Pinheiro e ao Elo Dourado. Trata-se de uma loja de eletrodomésticos usada gerida por um homem negro, de 43 anos, que encontramos sentado na escada, na frente do local, e de quem nos aproximamos para fazer algumas perguntas –o “Brilho”. Ele não apenas nos respondeu; ele quis saber um pouco sobre nosso trabalho e depois começou a nos falar dele, da sua juventude e de como ele é o que hoje ele é. Logo, meus colegas e eu vimos que estávamos diante um excelente interlocutor para nosso trabalho. Ele gostava muito de conversar e tomava o tempo que fosse preciso para contar o que fosse que quisesse contar.

Desta forma, desde o início ele se revelou como um narrador que, tal como entendido por Benjamin (1993), é capaz de transmitir o material do vivido não apenas por ele próprio mas por outros. No percurso da pesquisa, aproximei-me dele e dei ouvidos aos seus relatos não apenas pelos conteúdos que eles traziam. Estes diziam respeito à sua trajetória biográfica na cidade de Porto Alegre, levantando imagens e paisagens os quais na maioria resultavam incompreensíveis na minha qualidade de estrangeira nos seus territórios. Foi assim que acabei focando na sua capacidade performática de narrador, relativa às qualidades assinaladas por Benjamin (1993) e entendida como a capacidade de dar conta diante de uma audiência do modo no qual desenvolve a comunicação, além do conteúdo referencial desta (Cf. Bauman, 2002).

Com a equipe de Antropologia Visual, sempre o visitamos de manhã, pois era a hora provavelmente menos movimentada no que dizia respeito à chegada de clientes. Além disso, depois da segunda visita, fomos convidados para entrar e nos sentar no interior da loja, que oferecia certo conforto para as pequenas reuniões: várias cadeiras e o espaço central vazio. Soubemos que quase toda sua família mora na Lomba do Pinheiro: sua mãe e seus numerosos irmãos e sobrinhos.

O núcleo original da família mora em outra parada da estrada Remião. Ele, junto com sua esposa e filha, mora na parada 6, na vila Elo Dourado. Moram ali alguns dos seus irmãos e sobrinhos. No entanto, Brilho soube transitar por outros bairros da cidade de Porto Alegre, especialmente quando moço, época em que tinha uma turma de amigos com os quais andava na cidade em aventuras urbanas tais como “procurar um som pra dançar”. A música é muito importante na vida de Brilho, que gosta de mexer em aparelhos de som, tocar bateria, trocar CDs e que disse ter cultivado no passado o gosto pela *black music*.

A vida atual de Brilho está deslocada desse eixo para o eixo religioso. Junto à sua esposa e filha e a outras mulheres da sua família extensa, participa de uma congregação de Testemunhas de Jeová. Nos primeiros encontros, ele desenvolveu conversas relativas a Deus, à fé, aos pecados e virtudes humanos. Logo depois nos contou “histórias da Lomba” como ele mesmo as chamava, narrações carregadas de imagens de uma Lomba do Pinheiro menos urbanizada, onde “tudo isso aqui era mato”. Nessas histórias, morcegos confundiam-se com pedras e apareciam personagens como um soldado da Segunda Guerra que se “tu chegava na casa dele, ele conversava contigo assim, normalmente”, mas que uma manhã apareceu vestido de Zorro, pulando barrancos montado no seu cavalo e gritando “Ahhh, aiiuu Silver!”.

Essas primeiras conversas foram o foco do exercício realizado junto a Anna, Guilherme e Rafael. Quando decidi ficar pesquisando no local, continuei visitando a loja e conversando com Brilho, que até o final da pesquisa funcionou como o “porteiro e guia” nas minhas visitas ao Elo Dourado. Primeiro, foi me falando da vila. A sua casa foi a primeira na qual entrei. Finalmente, adquiri o costume de descer do ônibus e, não importando se eu ia para o Museu ou para a Vila, sempre chegava à sua loja, cumprimentava-o com um apertão de mãos e colhia alguma novidade da vida local, contava o que estava fazendo ou deixava alguma mensagem para sua esposa ou para sua cunhada. Além disso, realizei várias observações na loja. Enquanto conversava com ele,

ia observando a dinâmica das trocas no seu brique. Essas observações complementaram as realizadas junto aos colegas e que já tinham nos mostrado algumas “regras” de funcionamento do local. Analiso algumas dessas regras a partir de um evento particular em outra parte da descrição (Ver sessão 4.3). Aqui, gostaria de assinalar por que considero o espaço da loja e a figura de Brilho como um contraponto ao espaço do Museu.

2.4. Memória histórica e memória coletiva

Apoiando-me no contraponto que Maurice Halbwachs (2006) faz entre memória histórica e memória coletiva, no qual a primeira é uma história contada por autores oficiais, e a segunda, vivida por indivíduos inseridos nos grupos sociais referentes aos quadros sociais da memória, poderia estabelecer um contraste entre o espaço do Museu e a descoberta da loja de Brilho. É preciso, no entanto, flexibilizar esse contraste. De um lado, como foi dito, o pessoal do Museu com o qual mantive contato no início da pesquisa manifestava uma contínua preocupação com a complexidade das tessituras de uma memória do local. Eles compreendiam que havia ali uma superposição de relatos de atores socialmente diferentes. O uso de técnicas como a coleta de relatos orais de moradores indica a intenção de abrir o espaço do Museu para uma série de narrativas de memória muitas vezes conflitantes com a versão da família “guardiã” da história do local (a família doadora da casa). O recurso à oralidade na História tem sua justificativa nos esforços de alguns praticantes da disciplina de “dar voz aos sem voz”. De outro lado, desde que muitos moradores do local começaram a frequentar a casa, em especial como usuários da biblioteca, e a integrá-la à sua paisagem urbana como lugar com significado, há uma possibilidade destes incidirem efetivamente nos “enquadramentos” da memória (Pollak, 1989) que ali tenham lugar. Isto era particularmente reivindicado pelo pessoal do Museu, ao menos como declaração de intenções.

Portanto, no que segue, levo em conta o peso relativo de distinções que arriscam cair em polaridades caricaturais. Apesar disso, e para além do esforço do pessoal do Museu, é inevitável considerar esse espaço enquanto forma de agir com a memória que carrega o signo da cultura objetiva da modernidade ocidental. Ou seja, uma cultura progressivamente voltada ao registro de coleções documentais inspirado na ideia de

“consciência histórica”, tal como assinalam Eckert e Rocha (2005: 175). Segundo as autoras, é preciso do ponto de vista etnográfico problematizar a relação entre as diversas formas de apresentação da memória nestes espaços e as formas imaginárias nas quais os atores sociais agenciam o tempo. Nos museus contemporâneos, uma série de dispositivos são desenvolvidos na tentativa da “registrar a matéria do tempo”. Como explicam as autoras, de modo geral,

[...] no que tange ao patrimônio cultural, artístico e histórico de uma comunidade urbana, vale a máxima que considera os objetos e as manifestações culturais de “outros tempos” como testemunhos de uma época, espécie de suporte material das lembranças-vestígio de uma comunidade *na* história, sendo inclusive, a partir dessa “evidência” que se prevêem as consultas aos seus usuários. (Eckert e Rocha: 2005: 176).

No entanto, e seguindo Paul Rabinow em *Antropologia da Razão*, Eckert e Rocha (2005: 158) advertem que o processo de “museologização” do mundo moderno ocidental,

[...] tende a ignorar o perigo de obliteração das diferenças dos significados culturais disponíveis social e historicamente, acabando por confundir a experiência e o sentido no tratamento da dimensão formal da representação.

Contraponho então o espaço do brique ao espaço do Museu, como sendo o primeiro um “lugar de memória”, no mesmo sentido em que Laura Gomes (2002) trata o comércio étnico no bairro parisiense de Belleville, seguindo por sua vez Halbwachs (2006). Isto é, como lugar onde as práticas cotidianas de trocas, não apenas mercantis, e as dramatizações e narrativas que delas surgem, ali acabam enquadrando as trajetórias individuais na trajetória coletiva do local. Assim as lojas dos imigrantes de Belleville constituem lugares de fabricação de memória, onde uma cultura local “é coletivamente elaborada, reproduzida e transmitida, especialmente através das inúmeras narrativas de seus moradores e frequentadores” (Gomes, 2002: 7). E isso é possível porque para além das trocas comerciais outras formas de apropriação das lojas no bairro são possíveis, tornando-se lugares de acolhimento e hospitalidade entre os imigrantes (Ibidem).

De forma semelhante, a loja de Brilho é um espaço que acolhe não apenas clientes. Muitos moradores visitam o brique com o intuito de buscar uma informação, trocar uma dica ou um favor, ou simplesmente “bater um papo”. Assim, para além da troca de objetos e das transações monetárias, o brique é cenário de momentos de sociabilidade nos quais também se tecem narrativas de memória. A personalidade do seu dono, sua trajetória no bairro e sua capacidade performática contribuem para tal. Ali, quem dispuser de tempo para assistir às *performances* de Brilho pode participar do

trabalho criativo de narrar os eventos e os personagens que habitam esse “espaço fantástico” da memória (Eckert e Rocha, 2000). E, inclusive nas práticas comerciais com suas regras específicas, uma forma de memória é gerada. Esta diz respeito às práticas de comércio e também de reemprego de objetos no sentido em que Michel de Certeau (1994) entende o trabalho com sucata (Ver sessão 4.3).

Por outro lado, o espaço do Museu, por sua própria natureza, exige um esforço deliberado de integração da diversidade e heterogeneidade dos fenômenos da memória. O Museu é um lugar abertamente voltado para a “conservação” ou o “registro” da memória da região; há uma intencionalidade explícita de “construir” ou “re-construir” o relato ou os relatos relativos à “história” do local. Enquanto no brique se desenvolve certa “pedagogia” do e no cotidiano, no Museu a pedagogia é pensada como atividade e fim em si mesmo. Assim, por exemplo, a principal atividade no espaço específico do Museu durante minhas observações em 2007 e 2008 consistiu na atividade de “educação patrimonial e ambiental” com alunos das escolas da região. Atuam no museu pessoas tecnicamente qualificadas para tal, que não são ou não eram a princípio “nativos”. Por outro lado, o Museu está vinculado a uma família “pioneira” ou “tradicional” da Lomba, que, além de ter vivido a época rural do bairro, encontra-se agora imersa no processo acelerado de urbanização, com muitas das suas antigas terras convertidas em vilas populares ou em condomínios privados.

As raízes históricas oficiais e oficiosas correm paralelas e, na circulação das idéias dos habitantes do bairro, podem se complementar. Assim corre a informação de famílias pioneiras, associadas à propriedade de grandes extensões de terra no passado rural da região, serem consideradas fundadoras do lugar. Dentre elas, a família Remião. Mais recentemente, no processo de perda de suas características rurais, o local é habitado por migrantes vindos do interior ou de outras localidades da cidade. Estas famílias recentemente chegadas à Lomba são de modo geral associadas à impossibilidade de morar nas áreas já construídas da cidade e à radical transformação da paisagem através da urbanização desordenada.

Podemos recorrer aqui aos estudos de Norbert Elias e John Scotson sobre uma pequena comunidade na qual antigos moradores distinguiam, e até discriminavam, os mais recentemente chegados. Assim, os primeiros se configuravam como o grupo dos “estabelecidos”, e os novos moradores como os *out-siders* (Elias e Scotson, 2001). De modo semelhante, podemos sugerir que a loja de usados e o seu dono podem se situar

do lado dos *out-siders*. De outro lado, o Museu “comunitário”, a princípio pela sua “outra” identidade de memorial de uma família pioneira, poderia ser situado do lado dos estabelecidos. Essa oposição deve ser valorada como hipótese. Deve ser concebida a definição dos limites entre um grupo e outro como sendo dinâmica e relativa à interação e às relações de interdependência entre indivíduos, próprias de toda “figuração social” (Elias, 2001).

O desenvolvimento da pesquisa mostrou que a relação entre “pioneiros” e “recém-chegados” é muito mais complexa e não pode ser reduzida a pares binários em contraste. De qualquer forma, a loja de usados, com a peculiar forma de conduzi-la de Brilho, conformou nas minhas observações um lugar onde acontece um exercício constante de transmissão e recriação de modelos de ação e de interpretação da ação, adequados para a vida naquele espaço da cidade. Ou seja, um lugar de memória coletiva e, portanto, vivida nas formas de trocas sociais em espaços de reconhecimento (Halbwachs, 2006) e de conveniência (Certeau, 1996). O Museu, por sua vez, é parte de uma organização maior e para além da sua tarefa de registro da memória oficial; outros eventos têm lugar no espaço que partilha com a biblioteca. Assim, considero o Museu como parte também da paisagem do cotidiano vivido dos moradores do local, seja como usuários integrando também sua espacialidade interior, seja como pedestres que transitam por sua frente e que de uma forma ou de outra acabam ancorando nele referências de sua memória.



Imagem 1. O território por dentro.

Capítulo 3

Os novos e os antigos: costurando memórias

3.1 O Museu na encruzilhada. Práticas sociais locais e representações de memória¹⁸

A complexa trama de relações em volta dos “novos” e dos “antigos” moradores do bairro e das “novas” e das “antigas” configurações da paisagem na memória do local começou a se insinuar na segunda visita ao Museu. Dessa vez, Anna, Guilherme e eu assistimos a uma atividade que o pessoal do museu começava a desenvolver na época com alunos da escola Rafaela Remião. No tempo sucessivo eu continuaria observando essa prática chamada de “atividade de educação patrimonial e ambiental”. Naquela primeira observação da atividade, em setembro de 2007, vivenciamos uma cena expressiva do que chamo de encruzilhada entre as práticas sociais no local e as representações de memória.

Ao final da atividade, a professora que acompanhava os alunos da escola começou a falar espontaneamente com o pessoal do Museu e com os alunos, ou pelo menos na frente deles. A *performance* desenvolvida na atividade daquela manhã tinha acionado na memória da professora, moradora do bairro, a lembrança de que muitas das terras que outrora pertenceram a Seu Osmar Remião foram ilegalmente invadidas nos anos recentes. Assim, ela disse para os alunos que as pessoas que moram, por exemplo, no Elo Dourado “são invasores” e que muitas das crianças não sabem que suas famílias são “invasoras”. O termo “invasor” naquele contexto de fala estava carregado de um signo negativo relativo ao estar fora da lei, ao violar o direito (de propriedade) de outro. A mãe da professora, também moradora do bairro, encontrava-se junto, e além de ter manifestado o gosto pela atividade de educação patrimonial e pela montagem do Museu, reafirmou as palavras da filha. Aos poucos, elas manifestaram que também eram moradoras de antigas terras dos Remião, mas que elas haviam pagado com muito sacrifício o seu terreno e que a chegada dos “invasores” as prejudicava no processo de melhoria da área, regularização, etc.

¹⁸ O subtítulo alude à problematização proposta por Paul Rabinow para a relação entre essas práticas e as representações de memória e patrimônio na produção de textos etnográficos experimentais. Esta problematização é apresentada em relação às possibilidades e limites nos museus contemporâneos por Eckert e Rocha (2005: 158).

Uma primeira interpretação desse evento me remeteu para um conflito entre novos e antigos ou, seguindo Elias e Scotson (2001), entre estabelecidos e *outsiders*. Na época, eu continuava pensando na cidade de Montevideu como lugar de pesquisa e, particularmente, em uma área onde este tipo de conflitos pode ser interpretado nestes termos. A complexidade da trama de relações no Elo Dourado, na parada 6 e na Lomba do Pinheiro em geral, bem como os conflitos ali negociados ainda me eram estranhos.

Os dados começavam surgir, mas ainda não faziam sentido: a ocupação que acabou se convertendo no Elo Dourado se teria iniciado mediante contratos informais de aluguel da terra entre Seu Osmar e os primeiros moradores. Posteriormente, teria havido um processo de invasão. Mas, a essa altura, não compreendia se esses fatos constituíam, e como, símbolos de diferença entre os moradores da vila. Achei muito razoável os primeiros relatos sobre a constituição de uma Cooperativa Habitacional como instrumento de regularização de todas as situações de ocupação ilegal na área do Elo Dourado. Apenas no final da minha pesquisa individual outras pistas apareceram (Ver capítulo 5).

Quanto ao pessoal do Museu, esse evento lhe colocava um problema do qual eles eram cientes: como lidar na sua tarefa de educação patrimonial, e menos especificamente na sua relação cotidiana com os moradores do local, com a confluência de narrações conflitantes em relação à “história” do bairro? Longe de querer apagá-las, eles consideravam importante levar essas diversas narrações para dentro do Museu. Com isso em mente, continuei visitando o Museu e focando em particular minha observação na atividade de educação patrimonial.

A princípio, dei pouca atenção à parte “ambiental” da atividade, que se acabaria mostrando inseparável da parte “patrimonial” e igualmente importante para minha pesquisa sobre memória e cotidiano entre os moradores do Elo Dourado. A equipe que levava adiante a atividade de educação patrimonial trabalhava em articulação com os historiadores. No entanto, havia uma separação temporal e espacial entre uma e outra atividade. Por outro lado, a atividade de educação ambiental inscrevia seu trabalho no enquadre do Projeto Macacos Urbanos (PMU) e era executada por estudantes de Biologia da UFRGS. O PMU é um projeto ativo desde 1993 e envolve a pesquisa da ocorrência e distribuição do macaco ruivo no município de Porto Alegre. Como se explica no *site* do programa, à medida que se detectava o hábitat desta espécie:

[...] diversos problemas de degradação ambiental também eram identificados: desmatamentos, caça, queimadas, extrações de saibro, granito, terra fértil e de plantas ornamentais, e,

principalmente, urbanização – clandestina ou regularizada – de áreas naturais sem critérios relativos à preservação da vida silvestre e de recursos como nascentes e cursos d'água. <http://www.ufrgs.br/zoologia/macacosurbanos/apresentacao.html> (Minha ênfase)

Como resultado do processo de pesquisas o projeto evoluiu e desenvolveu atividades de tipo educativo junto a comunidades, especialmente as que habitam espaços próximos às áreas de estudo. Assim, desde 2005 o PMU desenvolve o projeto de extensão *O bugio-ruivo como espécie-bandeira para ações de educação ambiental em escolas de Porto Alegre*. As escolas Rafaela Remião (na parada 6, frente ao Museu) e Maria Chiká, também na Lomba do Pinheiro, teriam sido duas das primeiras escolas beneficiadas por essas atividades. O trabalho de educação ambiental no Museu Comunitário, então, enquadra-se nestes projetos maiores.

Como tentei assinalar no trecho citado e sublinhado anteriormente, há uma estreita relação entre a degradação de ambientes naturais e o crescimento urbano. Neste sentido, a tentativa de se pensar a memória social e coletiva do local em articulação com questões ambientais mostra-se consistente com os processos contemporâneos de “ambientalização” (Lopes, 2006. Apud Devos, 2007). Tal como explica Rafael Victorino Devos (2007: 60), as populações urbanas e não urbanas passaram a ter que repensar suas práticas a partir de novos constrangimentos relativos aos recursos naturais. Estes constrangimentos provêm de uma série de instituições e normas motivadas por uma nova ética global em relação ao espaço natural. Este processo pode ser pensado como o problema da reintrodução do natural no universo altamente artificial das modernas sociedades urbanas (Devos, 2007: 59).

Uma série de conflitos entre a paisagem tal como configurada na memória e a dinâmica imposta aos habitantes urbanos pelos novos valores operam em áreas das cidades como as ilhas do Delta do Jacuí, pesquisadas por Devos, ou a Lomba do Pinheiro. É preciso então levar em conta o lugar peculiar que toca nestes confrontos éticos atuais aos pobres urbanos. Como assinala Devos, o aprofundamento no estudo da memória da e na cidade mostra como, embora apresentada como questão ambiental:

[...] a presença de populações empobrecidas nos matos, mangues, beiras de arroios aparece na memória da cidade como parte de um processo de modernização e remodelação do espaço urbano e de segregação espacial, em que são justamente essas áreas naturais o lugar na paisagem urbana destinado às populações empobrecidas. (Devos, 2007: 56)

As urbanizações irregulares são numerosas nessa região, e as “perdas” em termos ambientais encontram-se na base de atividades como o projeto educativo com escolares derivado do PMU. Tal como expresso nos depoimentos de meus interlocutores, a

constituição da vila Elo Dourado pode ser pensada como a “conquista do mato”, onde os pioneiros entravam “fazendo picadas” na mata remanescente da região. Esta situação é recorrente em toda a Lomba do Pinheiro (Cf. Porto Alegre PM, 2000).

Assim, as atividades observadas no Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro parecem-me encontrar-se na encruzilhada de conciliar as representações de memória em relação à paisagem “natural”, depois rural, atualmente urbanizada, com as práticas de apropriação desse espaço das margens da cidade e, atualmente, com a expansão de uma preocupação global pelo ambiente natural. Isto é, um confronto de diversos níveis éticos que vão da esfera de ação particular, do bairro, da vizinhança, das organizações locais, até uma esfera de ação planetária desenvolvida por organismos transnacionais (Cf. Ribeiro, 1997). Sigo aqui a formulação de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), tal como desenvolvida por Devos na sua tese de doutoramento. No nível intermediário situa-se a ação do Estado e, segundo Devos, também do etnógrafo na sua tarefa de articulação da interlocução com os informantes do campo etnográfico e da sua cultura acadêmica por meio do diálogo interno com a bibliografia (2007: 79).

3.2. A atividade de educação patrimonial como evento performativo

Como foi dito, no Museu desenvolve-se desde setembro de 2007 uma atividade de “educação patrimonial e ambiental”. Inicialmente, essa atividade atingiu apenas os alunos da escola Rafaela Remião, situada em frente ao Museu. Em 2008, foi difundida com o nome *Natureza e história da Lomba do Pinheiro* em outras escolas públicas do bairro e focou-se nas turmas de 3º série, que têm a história do bairro da escola como parte do currículo. Além disso, houve modificações na equipe a cargo da atividade, mantendo-se em linhas gerais a mesma estrutura de um ano para o outro. Ao terminar o primeiro ano, as estudantes de História da UFRGS que participavam como estagiárias se retiraram. Isto implicou no cessar de uma parte da atividade que interpretei como evento performativo – a encenação teatral do personagem de um charreteiro da época da Lomba rural, Seu Honório. Por outro lado, de maio a junho de 2008, o historiador, Caiuá, saiu e foi substituído por uma nova historiadora, Cláudia. Em 2008, não houve a participação de estagiários da área de história no Museu.

A atividade de educação ambiental continuou a cargo do pessoal do Projeto Macacos Urbanos. Esta desenvolve-se logo após a parte patrimonial, na segunda parte da manhã ou da tarde, segundo o caso, e acontece no pátio da casa Museu e nos fundos, onde há uma área verde na qual se realiza uma pequena trilha. No percurso, que envolve a descida para terrenos mais baixos que os ocupados pela casa, são mostradas espécies de flora nativa e outras chamadas de “invasoras”. O ponto final dessa pequena trilha é um córrego de água que está ameaçado pela contaminação com resíduos jogados pela ocupação humana (irregular) do outro lado do limite do terreno. Desde ali é possível observar barracos de lata e de outros materiais leves, precariamente construídos junto ao curso de água. É explicado que não apenas resíduos sanitários humanos são jogados à terra e à água, mas também, resíduos da criação de animais como porcos ou galinhas.

Assim, é a atividade junto aos estudantes de Biologia que põe mais claramente em destaque os conflitos entre uma ética global de preservação do ambiente físico e uma ética particular de apropriação do solo não construído nas periferias urbanas, especialmente por parte dos grupos sociais mais empobrecidos. No entanto, o discurso desta parte da atividade é focado fundamentalmente nos aspectos de degradação da flora nativa remanescente e do impacto que esse fato tem para a espécie bugio-ruivo. Além disso, não se estabelece uma associação direta entre a degradação da flora nativa e a chegada dos moradores mais recentes. Quando espécies “invasoras” são assinaladas, fica implícito que os moradores pioneiros da região foram quem as introduziram. A própria casa que hoje ocupa o Museu dá conta disso. No pátio, Dona Marieta Remião tinha “um belo jardim”, tal como informado pela diretora da ONG IPDAE. Além de cultivar plantas ornamentais intrusivas, ela trocava mudas com outras pessoas do local. A prática de introduzir espécies alóctones é uma das práticas de “humanização” do território, junto à “limpeza” do que é considerado feio ou sujo, o mato não domesticado.

Assim, poderia se dizer que a atividade de educação ambiental coloca de modo mais radical essa “reintrodução do Natural” no meio urbano artificial e construído, tal como penso seguindo Devos (2007) “a questão ambiental” no meu contexto de pesquisa. Por outro lado, a parte patrimonial da atividade, embora traga aspectos relativos às transformações recentes do ambiente físico, poderia ser pensada como a reintrodução de uma configuração social rural passada ou original na memória do local. Esta memória atualmente é tecida em meio a uma paisagem fortemente urbanizada, onde os espaços verdes e os remanescentes de flora autóctone são cercados pela

expansão da cidade, constituindo cada vez mais ilhas verdes. Sobre essas ilhas pesam cada vez mais os constrangimentos normativos relativos à sua apropriação por parte dos habitantes urbanos sob a nova ética de preservação ambiental. Desde este ponto de vista, pobres urbanos impossibilitados de habitar outras áreas da cidade, onde o custo da terra é maior, ficam ameaçados pela possibilidade de despejos e traslados por habitarem áreas declaradas de interesse ambiental pelo Estado. Além disso, o fato de terem construído suas moradias nesses espaços os coloca fora da lei a partir do momento em que as áreas por seu valor ecossistêmico adquirem novo estatuto jurídico.

Afirmo que a atividade de educação patrimonial tende mais à reintrodução na memória local de formas sociais relativas à configuração rural do território da Lomba do Pinheiro, o que pode ser datado entre meados ou fins do século XIX e a primeira metade do século XX, com base nas *performances* desenvolvidas pelo pessoal do Museu nessa parte da atividade, em particular, a já mencionada encenação teatral do Seu Honório.

A atividade de educação patrimonial divide-se em duas fases. A primeira consiste em uma “roda de conversa” desenvolvida na cabana de madeira situada do lado da casa onde funciona a biblioteca e a exposição museográfica. A segunda é a pequena *performance* teatral.

Na “roda de conversa”, dois integrantes da equipe, em geral Caiuá e uma das estagiárias, faziam uma apresentação de fotografias impressas, no total oito, acompanhada de um pequeno relato sobre o que se vê nas fotografias e alguns comentários que relacionam o tempo retratado nelas com o tempo presente dos alunos e do bairro. A participação dos alunos era estimulada por meio de perguntas e variava segundo a turma. Esta parte da atividade continuou com a mesma estrutura quando da mudança na equipe do Museu. Em 2008, seria Cláudia quem faria a apresentação das fotografias.

As primeiras cinco fotografias trazem cenas da vida da região da primeira metade do século XX e mostram membros da família Remião ou pessoas próximas a ela. A primeira (em preto e branco, como as restantes com exceção de uma) mostra “um charreteiro” sobre a atual estrada João de Oliveira Remião, na década de 30 do século XX. É informado que a carreta era o transporte empregado para levar até o centro de Porto Alegre os produtos agrícolas da região, alimentos e lenha, e trazer para a Lomba

outros produtos, como grãos e alimento para os animais. Esses produtos eram vendidos a granel no armazém dos Remião.

A segunda fotografia mostra uma mesa ao ar livre com pessoas reunidas em volta dela. Segundo me foi dito por uma das estudantes, a ideia de selecionar essa fotografia foi ilustrar a sociabilidade no passado rural da Lomba; trata-se de uma festa entre parentes e vizinhos, dados os laços estreitos em meio a redes onde o parentesco e a vizinhança ficavam superpostos. A terceira fotografia é um retrato de família. É acompanhada de comentários sobre os laços de parentesco e os lugares sociais de alguns membros da família. Aparecem nesse retrato João de Oliveira Remião, dono do primeiro armazém da região, na atual parada 5, e seu filho Osmar, quem iria instalar depois o Armazém Vencedor, na parada 6, onde hoje funciona o Museu. A quarta e quinta fotografias mostram também personagens da família Remião. Em ambas aparecem alguns “empregados” da família.

Essas cenas e esses personagens remetem ao tempo em que a Lomba do Pinheiro era uma área rural. O discurso aponta para a distância social entre os Remião e os “empregados” e em geral “os humildes” (meu termo) da região. É assinalada também a existência de relações estreitas, de mútuo respeito e troca de favores.¹⁹ Como mostram os depoimentos dos meus interlocutores, o tipo de relação entre os donos de terras e os trabalhadores organizava-se na época não sob um estatuto patrão-empregado mediado por um salário. Tratavam-se de relações que abrangiam um amplo leque de trocas, que inclui a concessão de pequenos lotes de terra para a moradia. Nas narrativas dos moradores mais antigos do Elo Dourado, aparece a “sobrevivência” desse tipo de relação no processo de urbanização acelerado que se registrou após a década de 1960. Volto a esse ponto mais adiante, quando trago as narrativas dos moradores da vila. Nessas narrativas, ficam expressas as diversas formas de agência por meio das quais esse espaço da cidade se transformou, viabilizando o projeto da moradia para alguns, constituindo estratégias de adaptação às novas configurações sociais para os “antigos”, enfim, constituindo novos espaços sociais onde diversos agentes confluem nas suas práticas e confrontam diversos esquemas éticos.

¹⁹ Não são comentários aprofundados, a audiência é sempre conformada por escolares. Sou eu quem faz a seguinte “tradução”: tratava-se de uma família com poder local, direi “dominante”, no entanto seus integrantes mantinham relações estreitas no cotidiano com os “outros”, os “oprimidos”, envolvendo afetos, trocas de favores, etc. Penso nestes termos em ambos os lados da relação como tendo agência, no mesmo sentido em que Ortner assinala a agência dos sherpas do Himalaya do lado fraco da relação com os montanhistas ocidentais (2006: 7).

Na apresentação do pessoal do Museu, a figura da esposa de Osmar Oliveira, dona Marieta, é destacada. Ela intervinha diante do marido para as dívidas dos vizinhos no armazém serem perdoadas e é tida na memória dos antigos moradores como uma pessoa generosa e solidária. Na ocasião em que entrevistei a diretora da ONG que gere o Museu, dona Fátima, pude registrar mais amplamente este tipo de relato:

A dona Marieta Remião, que morou na parada 6, ela ajudou a fomentar no bairro essa questão da boa vizinhança. As pessoas paravam ali no armazém pra conversar com dona Marieta, pra ler o jornal, ler as notícias, ler... pegar revistas, pegar livros... emprestados com ela. Pegar uma flor, que ela cultivava um belo jardim. Aí seguiam seu caminho e voltavam... e entravam para o bairro adentro. (Entrevista gravada 14 outubro 2008).

O contraste era estabelecido na *performance* pedagógica do pessoal do Museu com a figura do Seu Osmar. Segundo depoimentos obtidos pela equipe em entrevista com moradores antigos do bairro, ele teria sido um personagem bem menos simpático do que a esposa. Ele exercia um poder relativamente importante na região, não apenas pela concentração de terras que lhe dava uma posição vantajosa na negociação de troca de serviços e/ou favores, mas pelo fato de deter o poder policial na região. Na mesma casa onde funcionava o armazém, funcionava uma subdelegacia de polícia.

Já as fotografias mostradas em sexto e oitavo lugar são expressivas da superposição de camadas temporais que envolvem a memória do local. Apresentando ambas as fotos cenários mais próximos à contemporaneidade da audiência de escolares, podem ser pensadas como pontes com os quadros sociais e lugares no bairro nos quais estas crianças e adolescentes ancoram sua memória, tal como pensada a “memória coletiva” por Halbwachs (2006). Estas pontes poderiam jogar o papel de contribuir para os alunos estabelecerem uma continuidade entre os tempos rurais do bairro o seu próprio tempo.

A sexta fotografia mostra um armazém do estilo do Vencedor em uma época mais recente (anos de 1970-80). A imagem traz um tipo de cenário próprio da configuração rural da região, o armazém de tipo geral, onde todo tipo de produtos é vendido, inserido já no processo de urbanização da Lomba do Pinheiro. Trata-se não apenas do tipo de espaço físico, mas da representação de formas sociais específicas associadas a outras concepções do comércio e das relações entre vizinhos. Finalmente, é exibida uma fotografia das primeiras casas construídas na Vila MAPA que, à diferença da maioria das moradias populares da zona, é produto de uma ação pública municipal nos anos 60. É mencionado o fato histórico dessa obra inscrever-se no enquadre de políticas de “higienização” do centro de Porto Alegre (Cf. Alfonsin, 2000). A construção dessa área

poderia ser interpretada como o “início do fim” da época rural da Lomba do Pinheiro, onde o próprio Estado dirigiu sua atenção para essas terras como potencial de expansão da cidade construída. A imagem da fotografia remete para esse tempo intermediário, e a paisagem nela exibida fica escassamente reconhecível na configuração atual da Vila MAPA, dando mostras da grande transformação desse e de outros espaços da Lomba do Pinheiro.

Entre estas duas imagens mais contemporâneas, o pessoal do Museu apresentava uma fotografia antiga que, no entanto, diz respeito às formas de lazer na época passada do bairro e, ao mesmo tempo, remete para os efeitos da urbanização recente, em particular para o que mencionei anteriormente como “questão ambiental”. A sétima fotografia mostra a equipe do Pinheirense Football Club, a primeira associação da Lomba do Pinheiro, cujo campo de jogo ficava onde hoje se encontra a vila Elo Dourado. O discurso que acompanha esta imagem aponta para a capacidade de organização coletiva e sua importância na melhora das condições de vida do local.

Para mim, essa fotografia desdobra-se em duas possíveis leituras. No mesmo sentido apontado pelo pessoal do Museu, sublinho o fato das populações “de periferia” ter adquirido visibilidade por sua capacidade de mobilização coletiva em prol da obtenção de infraestrutura urbana e/ou de regularização fundiária (Cf. Caldeira, 1984). Por outro lado, o fato da vila Elo Dourado ter sido construída sobre o campo de futebol indica outro dado comum nas chamadas “vilas irregulares”: a falta de espaços verdes, de espaços abertos de uso público e, em geral, de espaços públicos dedicados ao lazer. Aqui, de novo, expressa-se o confronto entre uma ética de preservação do espaço físico e uma ética guiada pela necessidade de solo para habitar. No agenciamento da desigualdade no acesso à moradia, os pobres urbanos ficam muitas vezes no lugar dos destruidores de espaços naturais de valor ecossistêmico e também sociocultural.

3.2.1. Seu Honório

Terminada a roda de conversa, os alunos da escola são convidados pelos educadores a visitar a exposição do Museu, uma coleção de objetos não muito numerosa que recria o espaço do antigo armazém que funcionava na casa: balanças, cofre forte, vitrines, o balcão, etc. Em 2007, quando os alunos chegavam à porta do antigo armazém, recepcionava-os uma das estagiárias de História. Ela encarnava o Seu

Honório, um personagem construído a partir dos depoimentos de um charreteiro “daqueles tempos”, obtidos em entrevista pelo pessoal do Museu. Desta forma, a visita à exposição era guiada por um personagem “revivido” pela estudante, e o espaço do Museu adquiria a espessura do tempo vivido, funcionando não mais como exposição museográfica, mas como o próprio armazém Vencedor, em uma *performance* que introduzia a audiência na ficção de se deslocar no tempo. Desde que a intenção é provocar o deslocamento imaginário da turma, a *audiência*, para aquele espaço fictício, apagando momentaneamente a fronteira com “o real” presente, considero essa *performance* como teatral, no sentido entendido por Giesen (2006). Nela, os participantes são cientes de se tratar de um jogo de ficção. Porém isto não diminui a eficácia da *performance*.

Segundo a explicação da estagiária, o roteiro foi sendo ajustado com as sucessivas *performatizações*. Mas o central é que trata-se de um personagem “aparecido” fora do seu tempo, que questiona à turma sobre as mudanças no armazém e sobre a ausência dos antigos moradores da casa. Dessa forma, os objetos em exposição vão sendo assinalados pelo personagem, e toda uma série de comentários vão narrando seu lugar no tempo recriado. O mesmo acontece com os outros personagens pelos quais Seu Honório pergunta. Ao mesmo tempo, o historiador e a outra estagiária vão adicionando comentários que explicam os próprios ditos do Seu Honório, algo como o metarelato da *performance*. Na interação, ele é informado de que se encontra em um Museu, que as pessoas que habitavam antigamente a casa já não estão mais, que ele está no século XXI e que muitas coisas mudaram.

A *performance* de Seu Honório foi a que me inspirou a pensar na atividade do Museu como performativa. De um lado, a aparição de Seu Honório pode ser interpretada como uma *performance* teatral (Giesen, 2006). De outro, toda a atividade é performativa porquanto segue um roteiro que evoca uma tradição, mas deixa lugar à emergência. Os comentários dos alunos fazem parte do evento performativo, as improvisações da equipe também. Aliás, um momento extraordinário é criado na cotidianidade desses alunos da escola: eles saem do prédio escolar, e nesse dia não têm aulas.

Além do deslocamento espacial, outros deslocamentos têm lugar: os alunos são convidados, especialmente por meio da *performance* de Seu Honório, a entrar em outro tempo, os tempos em que o Armazém Vencedor era essencial para o abastecimento da

região²⁰, os tempos em que “era tudo mato”, em que não tinha asfalto na estrada, não tinha estrada, e a Lomba era uma área rural.

O poder performativo do evento reside na sua capacidade de envolver os alunos, na sua grande maioria pertencentes a famílias chegadas à Lomba no processo recente de expansão urbana, em uma espécie de “enquadramento” da memória que ali pode estar sendo desenvolvido. Levando em conta a noção de enquadramento da memória tal como entendida por Pollak (1989), pode se pensar no trabalho educativo no contexto do Museu e junto a escolares do bairro como uma tentativa de reinterpretação do passado “em função dos combates do presente e do futuro” (1989: 10). Este trabalho pode significar, não apenas o apelo ao passado para manter as fronteiras sociais atuais nesse espaço da cidade, mas também para modificá-las. Assim, pela própria natureza dos museus comunitários, vê-se modificada a equação estabelecida por Pollak. Para o autor, o trabalho de enquadramento fica em mãos de profissionais da história, em organizações diversas, que de certa forma monopolizam o controle da conformação da memória dos grupos (1989: 10). Assim, ele fala em “memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento” (1989: 11), onde a equação estabelecida indicaria que a análise desse tipo de trabalho:

[...] é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais. (Pollak, 1989: 12).

Para além da crítica pelo fato de acabar objetificando a memória tanto quanto a abordagem de Maurice Halbwachs (Cf. Santos, 1993), é possível como assinalei anteriormente relativizar essa afirmativa para o contexto dos museus comunitários. Segundo material que me disponibilizou o próprio técnico da História que atuava em 2007 no Museu da Lomba, Caiuá, os museus comunitários e os museus “pedagógicos comunitários” nasceram da intencionalidade de superar “as barreiras” existentes entre comunidades e técnicos (Oliveira, 2007). Por outro lado, no enquadre das novas concepções museísticas e historiográficas, o recurso à história oral busca precisamente alcançar as configurações de memória não registradas por uma história documental ou

²⁰ A *performance* é a tal ponto eficaz que eu acreditei durante muito tempo que os “tempos do armazém Vencedor” terminaram com a urbanização massiva no último quarto do século XX. Dialogando com moradores do Elo Dourado, soube que o armazém funcionou pelo menos até inícios da década de 1990. Para a questão da eficácia nos eventos performativos, ver Tambiah (1985). Uma leitura aprofundada desta obra encontra-se em Peirano (2000).

uma museística preocupada com monumentos e outros traços materiais do enquadramento “oficial” da memória. De fato, a *performance* pedagógica no Museu da Lomba apoia-se em grande medida em um trabalho de coleção de relatos orais, traçando uma seleção das testemunhas que busca captar as versões “não dominantes” da história local. Tal, por exemplo, o caso do charreteiro ficcionalizado no personagem de Seu Honório. Em consonância com o discurso do pessoal do Museu, lê-se no material por meio do qual Caiuá me informou de sua concepção do trabalho uma constante preocupação diante meu olhar externo, que:

[...] o museu comunitário se apresenta como um espaço onde se pode agendar compromisso de reorganizar o patrimônio, transformando-se em um centro de gestão cultural com encontros e diálogos, como um dinamizador do entorno comunitário, sendo a instância onde convergem os distintos atores culturais e fomenta a exploração, o descobrimento, as trocas intelectuais e as renovações. (Oliveira, 2007).

Neste sentido, cabe assinalar que ao final da *performance* pedagógica, a equipe do Museu convida a audiência de escolares e os professores que os acompanham a aprofundar os relatos da memória perguntando a avós ou vizinhos idosos sobre suas experiências no local. Eles também convidam a audiência a contribuir doando objetos e levando informação para o museu.

Assim, a *performance* de Seu Honório poderia centrar sua eficácia na capacidade de incluir essas crianças e adolescentes em um enquadre da memória que transcende o deles próprio, enquanto moradores recentes da região. De outro lado, nesse evento podem emergir traços expressivos do que tratei como encruzilhada entre as práticas sociais locais e as representações da memória no Museu. Tal como o acontecido no evento narrado anteriormente, no qual uma professora da escola, a partir da *performance* pedagógica, colocou em destaque o conflito entre as diversas camadas de moradores com suas formas diversas de agência em relação à apropriação dessa porção do solo urbano que constitui o Elo Dourado. Conflito, aliás, recorrente na região da Lomba.

3.3. Do Armazém Vencedor ao Museu Comunitário

Conforme já exposto, a casa na qual funciona o Museu era propriedade da família Remião. Ali funcionava ao mesmo tempo o Armazém Vencedor, que ocupa um lugar importante nos discursos da atividade de educação patrimonial, e uma subdelegacia

comandada por Seu Osmar de Oliveira Remião. A montagem de objetos ou “expografia” do Museu e a seleção de fotos mostradas durante a “roda de conversa” remetem ao passado da casa que hoje ocupa o museu como armazém. A maioria das informações sobre o funcionamento no mesmo lugar de uma subdelegacia obtive em conversas informais com os técnicos.

É enfatizada a importância do armazém no abastecimento de uma ampla região e nas trocas de produtos hortifrutigranjeiros da Lomba com a cidade de Porto Alegre. É assinalado como lugar de encontro social, especialmente masculino (sendo o consumo de álcool, a escuta do rádio, as conversas de política e futebol alguns dos eixos dessa sociabilidade).

A própria aparição de Seu Honório é uma referência à carreta, o transporte empregado para levar até o centro de Porto Alegre os produtos agrícolas da região e trazer para a Lomba outros produtos como grãos e alimento para os animais, que eram vendidos a granel no armazém dos Remião.

Não é negligenciado o fato de se tratar de uma família influente da região nos tempos passados, e até é assinalada a abundância de homenagens nos nomes das ruas e estradas atuais do bairro. No entanto, os aspectos “antipáticos” ou “impopulares” da figura de Seu Osmar ficam reduzidos a comentários, como tratar-se de um homem considerado “rabugento” por alguns vizinhos idosos, ou temido por seu papel de delegado policial. Ele é apresentado através do contraste com a atitude de sua esposa, dona Marieta, que mantinha relações estreitas com a vizinhança e que muitas vezes intermediava entre o marido e os vizinhos, particularmente sobre dívidas no armazém.

Neste sentido, parece-me interessante pensar a brecha entre os antigos e os novos moradores, a fraqueza das pontes de uma memória comum e a possibilidade de que certos conflitos ou incongruências deste tipo estejam aparecendo na *performance* da atividade patrimonial.

A chegada da maioria dos moradores atuais à área é recente. A ligação destes novos atores com o passado rural da Lomba é fraca. É de supor que quem teve contato direto com a família Remião e as outras famílias de possuidores de terra no local são os anciões que moram ali há muito tempo e que frequentaram o armazém ou a subdelegacia. O armazém, como clientes tanto quanto como empregados ou prestadores de diversos serviços, e a subdelegacia, como vítimas tanto quanto culpados de atos delitivos. Em ocasião de minha pesquisa entre os moradores do Elo Dourado, soube que

Seu Osmar Remião constitui um importante personagem nas narrativas de memória do local. Como tentarei mostrar, confluem nesse personagem aspectos ambíguos relativos à sua autoridade entre a população local, que tratarei à luz do conceito de “mandonismo” (Carvalho, 1997).

Nessas narrativas, por sua vez, os novos moradores estão negociando sua posição em relação aos antigos, portanto a escuta exige continuamente um trabalho de relativização.

Assim, não é preciso especular conflitos abertos entre grupos ou indivíduos particulares. É possível pensar, de outro lado, no conflito de memória que envolve para os antigos moradores a queda dos tempos da Lomba rural e as mudanças na paisagem e nas formas sociais, relativas à chegada massiva de novos habitantes. É interessante explorar, assim, a agência envolvida na constituição de um Museu que é ao mesmo tempo comunitário e memorial de uma família cujo lugar social é distante do da maioria dos moradores atuais do local.

Na tentativa de entender como o Armazém Vencedor e a antiga casa de Seu Osmar e Dona Marieta havia chegado a converter-se em Museu Comunitário, Memorial da família e Biblioteca, pedi uma entrevista à diretora do Instituto Popular de Arte-Educação (IPDAE), a ONG que gere todas essas instituições. Para tal, desloquei-me uma tarde de outubro de 2008 até a sede central do IPDAE, na parada 18, onde fui recebida por Dona Fátima Flores. Assim, conheci algo da trajetória dessa organização e de como chegou a ter um “ramal” na parada 6.²¹

Fátima Flores é moradora da zona sul de Porto Alegre, “do outro lado do morro” em relação à Lomba. Chegou em 1997 à Lomba do Pinheiro buscando um lugar da cidade que acolhesse o projeto de educação artística de caráter social que ela queria desenvolver, por convite ou sugestão de uma amiga, a secretária na época da escola estadual Maria Chiká. Considera que na Lomba havia uma predisposição da população para acolher projetos comunitários. De fato, disse, na Lomba haveria surgido “a primeira associação comunitária [ainda ativa] de Porto Alegre”, na vila São Francisco.

Muitas pessoas se ofereceram para colaborar na montagem de uma instituição voltada para a leitura e para a arte. As primeiras atividades foram realizadas em uma

²¹ O IPDAE conta com um espaço virtual no qual é possível conhecer sua própria apresentação institucional. Ali também há lugar para algumas imagens e referências ao Museu e Memorial. Nesta apresentação a casa é referida apenas como residência da família e como armazém, destacando-se no acervo a existência de remédios homeopáticos ali comercializados. Ver: www.ipdae.org

creche comunitária da parada 16. Foi um teste para ver se haveria na zona disposição. O primeiro trabalho foi com teatro e, visto que deu certo, começou se montar uma associação. No início, teve oficinas de violão e, em 2006, montou-se uma escola de música, com a concepção de educação continuada. A escola de música dura 8 anos e visa aos alunos saírem preparados para tocar em qualquer orquestra. Além disso, há a orquestra do IPDAE, integrada por alguns dos 110 alunos da escola.

Depois de ter funcionado no espaço emprestado da creche e em casas de algumas pessoas, foi alugada uma casa pequena, perto da sede atual na parada 18, até a biblioteca crescer e as atividades começarem a se expandir. Então se alugou a sede atual em 1999. Em 2005, o IPDAE recebeu um terreno em doação para a construção da sede própria, na parada 20. Espera-se que esteja terminada em fins de 2009.

Quando perguntei por que ela considerou desde o início que a Lomba do Pinheiro seria receptiva a um trabalho como o do IPDAE, Dona Fátima o atribuiu ao caráter rural que o bairro tinha até alguns anos atrás. “Até poucos anos atrás”, disse. E explica que caminhando um pouco mais adiante da parada 18, pela Remião, há pessoas que moram em sítios ainda, que plantam e criam vacas e galinhas. Pessoas que vivem do produzido na terra, vendendo-o no Centro de Porto Alegre. O bairro ainda tem um ar interiorano. “Embora esse ar interiorano ainda se mescla com a questão da violência local, que em alguns lugares da região é muito gritante”, disse. E, conhecendo meu objeto de pesquisa, acrescentou que há vilas que são:

[...] lugar de muito... marginalização, de muito tráfico, na verdade. Tem muitos ali... assaltantes, que às vezes cometem... traficante que se esconde ali. Mora ali na verdade. Mas que contrasta com a população na verdade, uma população oriunda de... de (...) rurais, e de trabalhadores de baixa renda.

Outra característica da Lomba, segundo Dona Fátima, é que zonas densamente povoadas contrastam com zonas de baixa densidade. Que isso implica em problemas de acesso à escola, à saúde, que afetam grande quantidade de famílias de baixa renda, que vivem com a metade de um salário mínimo. Nesse contexto, o IPDAE visa oferecer educação em arte, que é tida como uma carência do ensino público, e promover e facilitar o hábito da leitura.

Quanto à passagem do antigo armazém Vencedor da família Remião para o IPDAE, Dona Fátima explicou que Seu Osmar e Dona Marieta tiveram dois filhos, Seu Edemar e Seu Adenir. O último morreu no ano passado. Seu Edemar tem 74 anos hoje, e está no processo de doação daquele imóvel para o IPDAE.

No entanto, o vínculo não nasceu apenas agora por causa da doação. Como Dona Fátima me explica, “Quando Seu Osmar de Oliveira era vivo, eu ia na casa tomar um cafezinho...”. Quando ela teve a iniciativa que resultou no IPDAE, em fins dos anos noventa, as pessoas lhe diziam “Procura o Seu Osmar para ele te dar um terreno”. Ela o procurou. Mas, na época ele apenas lhe prometeu: “Eu vou te dar alguma coisa, mas mais adiante.”. O tempo passou, e em 2004 Seu Osmar morreu, e a casa da parada 6 ficou fechada. Assim, o filho:

Seu Edemar, procurou a Prefeitura para doar. Mas a Secretaria de Cultura não considerou a casa histórica o suficiente para tombar e para fazer dela um patrimônio da Prefeitura. Aí ele (vem), disse “Fátima, se tu quer um imóvel pra fazer uma outra biblioteca, está aí a chave. A casa é de vocês.” Aí ele (inclusive) nos ajudou, a reformar a casa. (...) E ele agora, nós estamos agora fazendo a documentação, visto que a parte legal, de herança da família já foi resolvida, agora está (fazendo) a documentação pra doar para o IPDAE.

É interessante sublinhar neste depoimento que o imóvel teria sido doado para a conformação de “uma outra biblioteca”. No entanto, fica expressa também a vontade do filho de Seu Osmar Remião de instituir a casa como patrimônio histórico. Assim, em meio a um contexto que parece regido pela reciprocidade, a organização recebe o imóvel incluso antes da situação jurídica “de herança da família” ter sido resolvida, e não somente abre uma biblioteca mas, um Memorial da família.

De outro lado, Dona Fátima foi estimulada por pessoas do local para buscar Seu Osmar e pedir uma doação de terras para seu projeto educativo. A figura de Seu Osmar na memória local aparece muitas vezes como alguém que “deu” terras para as pessoas morarem. Ou alguém que “deixava” as pessoas morarem nas suas terras. Deste ponto de vista, Seu Osmar Remião é um benfeitor, ao igual que o fora seu pai segundo indicam as placas do nome da estrada.

De outro ponto de vista, sua relação com os mais desprovidos poderia ser entendida como uma relação patrimonial, na qual as trocas são assimétricas. Alguns dos meus interlocutores realizaram depoimentos consistentes com essa interpretação. Em um contexto rural, de escassa população espalhada em uma extensa área relativamente isolada do centro administrativo da cidade, lugar da “lógica estatal”, Seu Osmar detinha um poder emanado da sua amizade ou dos vínculos com os afastados políticos da República (décadas de 1930-40). Esse poder via-se reforçado pelo controle da força de tipo policial: na sua casa também era “o xadrez”, uma subdelegacia mais ou menos formalizada. Além disso, monopolizava o comércio local, possuía conhecimentos de medicina tradicional, era “o homem do contato” com a cidade e com o mundo: levava e

trazia a correspondência, fornecia no seu armazém os produtos não produzidos na Lomba, comprados no Centro de Porto Alegre, e seu armazém era também ponto de encontro em volta do rádio para ouvir tanto os jogos do futebol quanto as notícias. Finalmente, ele concentrava a propriedade das terras herdadas por sua esposa entre a parada 4 e a 8 ou entre a 5 e a 9, segundo as versões, portanto ele podia ceder espaços mínimos para algumas pessoas morarem em troca de mão-de-obra, seja no trabalho agrícola, seja em outros serviços. Tal era a relação de trabalho mantida entre Seu Osmar e Seu Honório, personagem fictício performatizado na primeira versão da atividade de educação patrimonial que assisti no Museu. Seu Honório conduzia a carreta que transportava entre Porto Alegre e a Lomba do Pinheiro os diversos produtos trocados depois no armazém Vencedor.

A partir da década de 1960, o território da Lomba começou o processo de mudanças que implicou na transformação das formas de relacionamento das pessoas que ali moravam. Novos moradores começaram a chegar, sendo o empreendimento habitacional da Vila MAPA uma destas transformações que anunciavam a passagem da Lomba rural para a Lomba urbanizada. Assim, pessoas como Seu Osmar Remião devem ter ensaiado as estratégias ou táticas²² ao seu alcance para se adaptar a essas mudanças. Nos últimos anos de sua vida, então, Seu Osmar desenvolveu um tipo de agência imobiliária. Há inúmeros relatos sobre o aluguel de terras que ele fazia, não permitindo a construção de casas de alvenaria. Isto é consistente se pensarmos que a área era rural, e o loteamento para habitação e urbanização não estava habilitado.

Assim, na encruzilhada na qual eu interpretei o Museu entre as práticas dos novos habitantes da Lomba e as representações trazidas nas *performances* ali desenvolvidas,

²² Estou aqui trazendo a distinção feita por Michel de Certeau (1994) entre tática e estratégia. A estratégia corresponde ao sujeito “isolável de um ‘ambiente’”, postula um cálculo das relações de forças a partir da delimitação de “um *próprio*” com uma exterioridade distinta. A tática, ao contrário, é um procedimento relacional (Certeau, 1994: 46); depende do tempo, tem que jogar com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões. O resultado da tática não é um discurso, mas o próprio ato de “aproveitar a ocasião” (1994: 47), e ela é própria das formas de ação dos oprimidos.

Se levarmos em conta tal distinção, é possível tentar discernir se Seu Osmar, após as características supracitadas, se encontra do lado dos “oprimidos” ou, nos termos de Certeau, dos “consumidores” dos grupos populares, ou se se encontraria do lado dos poderosos. Não estou seguindo tal tentativa, pois do ponto de vista dos “sem terra”, tanto rurais quanto urbanos, ele possuía um enorme poder: o poder de “deixar morar” ou despejar as pessoas segundo simpatias ou medições sempre “subjetivas” de prestações. Agora, do ponto de vista dos centros de poder com os quais ele apenas mantinha algumas relações de tipo pessoal com alguns dos seus representantes, Seu Osmar aparece como um pequeno proprietário rural, cujo poder radica apenas na sua capacidade de intermediação com aqueles centros. Estou seguindo em algum ponto as elaborações de Carvalho (1997) sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo. Deste ponto de vista, poderia se falar em mandonismo para o caso analisado aqui. Já falar em coronelismo exigiria uma análise mais aprofundada.

conflui também a complexidade encerrada nestas representações. Isto é, a multiplicidade de camadas temporais e diversidade de experiências dos atores nessas temporalidades. Como mostrarei mais adiante, nas suas trajetórias, os diversos atores envolvidos vão modificando seus lugares em um processo constante de adaptação ao seu meio sócio-histórico. O mesmo acontece na trajetória de Seu Osmar Remião, que de certa forma pode estar expressando a trajetória de muitos dos antigos moradores da Lomba rural e a difícil negociação de uma memória comum diante das recentes transformações do local e da chegada de uma nova população.

3.4. De heróis a vilões: vilas irregulares e memória comunitária

Em pouco tempo, acabei inserindo-me em múltiplas formas na esfera do Museu, até trabalhar voluntariamente como professora de espanhol na segunda metade de 2008. Nesse processo, deixei de focar quase exclusivamente as atividades de educação patrimonial estritamente relativas ao espaço do Museu, e passei a focar o espaço maior das múltiplas ações do IPDAE nessa casa. Em dezembro de 2007, assisti um ciclo de cinema organizado por um adolescente que esteve muito engajado com o Museu durante a primeira fase de minha pesquisa, ele seria meu primeiro parceiro local nas caminhadas pelo Elo e seus arredores. Já em 2008, pude observar como ele e outros dos adolescentes do bairro se apropriam desse espaço, sendo para eles a biblioteca, o acesso a internet, e a sociabilidade no pátio alguns dos atrativos do lugar. Desta forma, o Museu ampliou-se na minha percepção, ficando mais evidente seu aspecto comunitário.

Conheci a orquestra do IPDAE e acompanhei ao menos uma apresentação na Igreja São José, no Centro de Porto Alegre. Rafael, o atendente da biblioteca, e alguns dos meus alunos de espanhol participam da orquestra. Assisti a *performance* como parte de uma relação de parceria estabelecida no contato cotidiano. Assisti também a estréia da peça encenada por um grupo de adolescentes a partir de uma oficina de teatro oferecida no espaço do Museu. Muitos destes jovens fazem parte da rede de amigos e colegas da escola que se encontram no pátio nos períodos sem aula, que visitam o Rafa na biblioteca para conversar com ele, e que participam de outras atividades eventualmente oferecidas pelo Museu (oficinas de xadrez, de produção escrita, trilhas ecológicas), dentre eles, Taygo, o menino do ciclo de cinema.

Junto a Cláudia, a nova historiadora, e a alguns destes jovens moradores de diversos locais em torno da parada 6, realizei em setembro de 2008 uma visita a uma fazenda em ruínas, também antiga propriedade da parentela dos Remião, e partilhei horas de conversa, nas quais era informada das novidades do bairro e ia tecendo uma trama na qual tentava situar eventos e atores.

Visitando com frequência o espaço da biblioteca, conheci várias pessoas moradoras do Elo que me guiaram em caminhadas pela vila ou me convidaram para visitar suas casas. Depois de quase um ano de pesquisa, os eventos mais desconexos ali vivenciados adquiriram novos sentidos, e as perguntas iniciais sobre as configurações de memória transformaram-se, não em respostas, é claro, mas em outras perguntas que apontam para a complexa dinâmica na qual atores diversos negociam significados diversos no trabalho de lembrar e de significar seus respectivos lugares e papéis.

O espaço do Museu é, portanto, um espaço de confluência de múltiplas agências. Nele revela-se, para além dos esforços próprios de toda instituição de conformar uma unidade, a dinâmica e a *movência* próprias dos processos de configuração da memória coletiva.

Assim, quase em sentido oposto à opinião da diretora do IPDAE exposta anteriormente, que identifica algumas vilas irregulares como enclave de violência e crime²³, é significativo que entre março e maio de 2008 tivesse lugar no Museu uma exposição intitulada “Trajetória de vida, trajetória de luta, trajetória de vila!”. A exposição, que foi levantada para devolver o espaço à exposição do Projeto Macacos Urbanos, presente nessa sala desde 2007, leva a marca da concepção de museu comunitário anteriormente referida (Cf. Oliveira, 2007). O texto de apresentação desta é expressivo do esforço de integração ao espaço do Museu de uma perspectiva complementar à das famílias pioneiras sobre o passado recente da Lomba:

“Trajetória de vida, trajetória de luta, trajetória de vila!”

O Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro tem o prazer de apresentar a exposição “Trajetória de vida, trajetória de luta, trajetória de vila!”.

Nosso objetivo com esta exposição é o de provocar nos moradores da MAPA, da Elo Dourado, e da São Francisco, o reconhecimento de sua história, assim como mostrar as reivindicações sociais destas próprias comunidades.

Um museu comunitário tem uma função social, e deve ser também um dos canais de representação das lutas sociais da população.

²³ Segundo Maria Carman (2008), embora a experiência de medo seja freqüente entre a maioria dos habitantes das cidades contemporâneas, há uma tendência a reificar as ocupações irregulares e os enclaves dos pobres urbanos em geral como “usinas” da violência e do medo. Retomo esta abordagem em outro ponto da dissertação.

Com esta exposição, também queremos ampliar a abordagem trabalhada em nosso museu sobre a história da Lomba. Uma estratégia de aproximação das comunidades ao redor de nossa instituição, provocando sua participação na construção do museu.

Notamos que conforme se formavam as vilas, gente nova chegava, experiências diferentes eram construídas e uma compartilhada em comum aparecia, quando das reivindicações das estruturas básicas de sobrevivência, como água, luz e esgoto.

E são estas histórias da construção da tão sonhada moradia, da dignidade cotidiana, que queremos contar.

Uma boa visita, boas reflexões e obrigado pela visita.

Transcrição em diário de campo, 4 abril 2008

A exposição reunia material fotográfico, alguns documentos, material jornalístico e depoimentos de alguns moradores atuais da Vila MAPA e do Elo Dourado. Há referências à Lomba rural e às primeiras etapas da urbanização, especialmente à criação da Vila MAPA. Não acompanhei a montagem da exposição, então não problematizarei aqui a seleção do material. Reterei aqui o texto de apresentação transcrito como discurso institucional que corre, no entanto, em meio à diversidade dos agentes ativos nesse espaço institucional.

Assim como esse discurso resgata aspectos que poderíamos chamar de heroicos na trajetória das ocupações irregulares de terras em volta da parada 6, no próprio âmbito do Museu pude conhecer outros atores locais que narram de forma diferente essas histórias.

Após um processo de transição que durou de maio a junho de 2008, houve alterações na equipe do Museu. Em termos gerais, a linha de trabalho que vinha sendo desenvolvida não mudou: a atividade de educação patrimonial e ambiental continuou, agora, abrangendo não apenas os alunos da escola Rafaela Remião mas também alunos de outras escolas públicas da Lomba do Pinheiro. Cláudia, a nova historiadora, a diferença da equipe anterior, é moradora do bairro.

Em uma tarde de maio de 2008, ao entrar à biblioteca e depois de ter sido recebida por Rafa, o atendente, fomos apresentadas: “Ela é Mabel, a antropóloga da qual te falei”. Cumprimentamos-nos. Dois beijos separados por uns segundos infinitos, que são os que eu preciso para decodificar se devo cumprimentar com um, dois ou três beijos, à moda brasileira. Eu brinquei com Rafa: “Ah, tu anda falando de mim!”. E Cláudia por sua vez brincou: “E mal!”. Ela foi para os fundos do Museu me perguntando “Tu queres falar com Caiuá?”. A pergunta surpreendeu-me porque eu não ia ao Museu apenas para falar com Caiuá, o historiador. Aliás, muitas vezes ia sabendo que ele não estaria lá (nesse período ele estava de quartas a sextas), e ficava na biblioteca falando com Rafa ou observando momentos de sociabilidade adolescente que ali tinham lugar entre alunos

da escola, amigos do Rafa ou algum voluntário do Museu. Eu respondi duvidando “Sim, mas... se estiver por aí, se não eu vou ficar aqui conversando com os meninos”.

Sabendo que eu estava pesquisando sobre o Elo Dourado, Cláudia perguntou-me o que eu sabia sobre ele. Minha resposta nesses casos era que se tratam de moradias populares construídas sobre terras da família Remião, em um processo de ocupação que era parte do que eu tentava descobrir. Então, Cláudia disponibilizou-se a ajudar-me, atitude que sempre manteve durante toda minha pesquisa. Na minha visita seguinte, ela me apresentou para uma outra mulher de sua geração, moradora do bairro que igualmente a Cláudia, era ex-aluna da escola Rafaela Remião: Nádia. Ela visitava a biblioteca, e Cláudia nos reuniu informalmente em uma salinha nos fundos da casa, em volta de uma mesa, fora da vista e dos ouvidos “dos moradores” que pudessem entrar na sala da biblioteca.

Ambas, enquanto moradoras, experimentaram as transformações recentes na paisagem do bairro e partilham a ideia de que “Isso aí [o Elo] é tudo invasões”. No entanto, estabeleceram distinções, e Nádia desenhou para mim um esquema. Por volta dos 30 anos de idade, nascidas e criadas na Lomba, nas paradas 16 e 18, ambas foram alunas da Escola Rafaela e, portanto, testemunhas próximas do processo de “invasão” das terras situadas atrás da escola, que hoje são parte do Elo Dourado, e que teriam pertencido a Seu Osmar Remião. Nádia e Cláudia delimitam o Elo como produto de duas ocupações. A primeira exatamente atrás da escola no início dos anos 1990. Elas lembram “com certeza” de que é esta a data porque ocupou terrenos da escola onde havia “uma bica” (“bica é uma fonte de água”, esclareceram-me), onde os alunos iam buscar água. Elas tinham aulas de “Técnicas agrícolas” ali, no ano 1991. A segunda ocupação é de meados dos anos 90; Nádia estima de 1995 aproximadamente. É onde está a Cooperativa Elo Dourado. Segundo Cláudia “aí é diferente porque é uma cooperativa”. No entanto, ela não duvidou e repetiu várias vezes que “é tudo invasão”. Eu insisti com uma versão de que o Elo surgiu de uma venda feita por alguém que não era dono das terras. Então, Nádia disse que o vendedor é um homem, um “falcatrua”, ao qual atribuem pelo menos uma tentativa de matar alguém. Supõe-se na narrativa que era alguém que tentou denunciá-lo. Nádia sugeriu que ele está fazendo o mesmo agora em outra área da Lomba do Pinheiro, ou seja, que ele forma invasões coletivas, “do tipo MST, movimento dos sem-terra”. Eles não chegam como indivíduos ou famílias

avulsas, eles chegam em várias famílias ao mesmo tempo e levantam barracos que ocupam imediatamente.

Eu deveria ter perguntado qual a motivação de tal procedimento segundo ela. Eu interpretei que ele disfarça as invasões de uma aparência política e que isso ajuda a evitar a remoção por parte do Estado. “Mas ele cobra por isso?” perguntei. “Sim” foi a resposta, e acrescentou: “ele é um falcatrua mesmo”. Diferentemente, a primeira ocupação de terras atrás da escola começou com três casas de madeira. Não foi uma ocupação organizada coletivamente, segundo Nádia, que no ano 1991 teria aproximadamente 13 anos de idade.

Para Cláudia, a perda mais lamentável deste tipo de ocupação do solo é o desmatamento de vegetação nativa e a falta de áreas verdes nas novas urbanizações.

Nádia, por sua vez, começou a fazer um desenho em um caderno para me explicar graficamente o processo de ocupação das terras “da escola”, - Ou dos Remião? - perguntei. E Cláudia me explicou que eram da escola (pelo menos as da primeira ocupação), mas tinham sido doadas à escola pelos Remião. Eu avisei desde o início: “eu vou ficar com essa folhinha, tá?”. Elas aceitaram e eu também fiz uma intervenção no desenho apontando alguns detalhes que elas iam me passando (ver imagem 2).

Assim, fiquei sabendo que do lado direito da escola (vista de frente), espaço usado como estacionamento pelos professores, antigamente havia uma igreja. Essa igreja iria aparecer depois nas narrativas de alguns moradores, segundo os quais se tratava de uma pequena igreja católica que foi trasladada para a parada 7, e no momento da remoção estaria em más condições de conservação. Imediatamente do lado do estacionamento, à direita, “é uma chacra que é dos Serranos, que são uns músicos”, informou-me Cláudia. Músicos folclóricos, que fazem apresentações nos CTGs: Centros de Tradição Gaúcha.

Tempo depois, olhando os fundos da chácara desde uma casa do Elo, tive oportunidade de perguntar pela relação destes artistas com a vila. Uma mulher vinculada à cooperativa de moradores contou-me então que eles não mantêm um contato cotidiano. No entanto, quando lhes são solicitadas colaborações para eventos como o dia das crianças, eles doam, por exemplo, os ursinhos de pelúcia que ganham nas suas atuações.

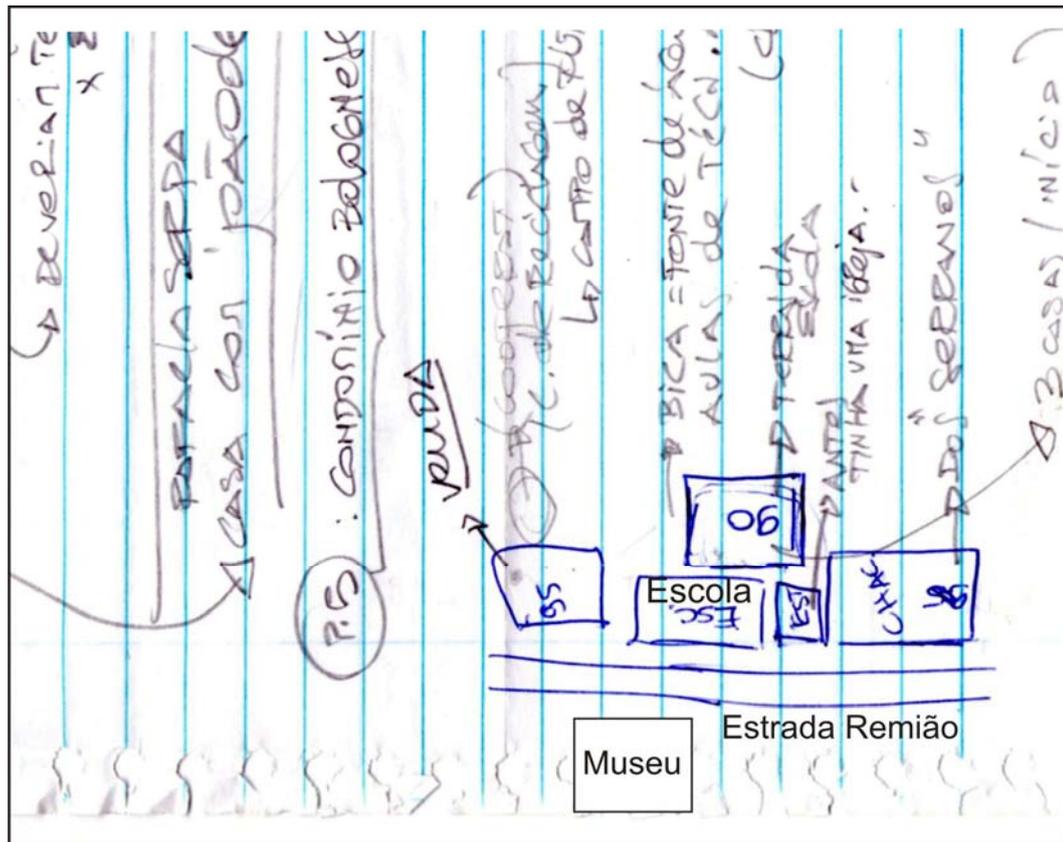


Imagem 2. Invasões na parada 6, segundo ex-aluna da escola

Depois de me perguntar se eu sabia até onde iam as terras dos Remião, Cláudia me explicou que elas iam da parada 4 até a 9. Essas terras tinham sido herdadas por Rafaela Remião, cujo sobrenome de solteira (Serpa) Cláudia foi olhar em uma pasta, tentando me explicar o processo de passagem das terras para o seu marido, João de Oliveira Remião. Rafaela herdou de Afonso Lourenço Mariante, que não tinha filhos, e havia adotado Rafaela, cujos pais haviam morrido. Da parada 9 à 15, as terras eram do irmão de Afonso Lourenço Mariante: Ângelo Lourenço Mariante. Pelo que Cláudia me disse, os dois Mariante eram “solteirões e não tiveram filhos” (biológicos). Pelo fato de não terem herdeiros, as terras deveriam ter passado para o Estado, segundo Cláudia. No entanto, “é tudo invasão”, e logo se corrige: “na verdade, é tudo invasão da parada 13 à 15”. No caso dos Remião, sim, têm herdeiros.

Segundo Nádia, o problema é que alguns proprietários não pagam seu imposto rural, e isso os faz vulneráveis às invasões. O fato de ter deixado de pagar o imposto os deixa com poucas possibilidades de litigar para recuperar as terras. Ela pertence a uma família proprietária de terras, e suas próprias terras foram invadidas uma vez. Mas,

como ela me explicou, a sua família estava em dia com o “imposto rural”, o que lhes permitiu “ir atrás” e conseguir que os invasores fossem retirados.

Tentei acomodar toda a informação em relação aos dados que eu já tinha, perguntando: “João de Oliveira (e Rafaela) tinham um armazém na parada 5?” [enquanto que seu filho Osmar (e sua esposa Marieta) abriram um na parada 6, hoje o Museu], Cláudia apontou: “Isso, na 5, onde agora tem o condomínio Bolognese”, e aclarou “Mas isso é tudo legal. Aí, sim, eles venderam”. Ficou assim estabelecida uma classificação que veria se repetir numerosas vezes durante a pesquisa: há processos de urbanização legais, dentre eles vários condomínios fechados, produtos da venda por parte dos donos legítimos das terras, e há processos de ocupação ilegais, as vilas. Ainda entre estas, podem se distinguir as que “são diferentes” porque os seus moradores criaram mecanismos de regularização fundiária como, por exemplo, cooperativas de moradores como a do Elo Dourado. No entanto, entre os próprios moradores do Elo, esta classificação explode em outras, contraditórias e superpostas.

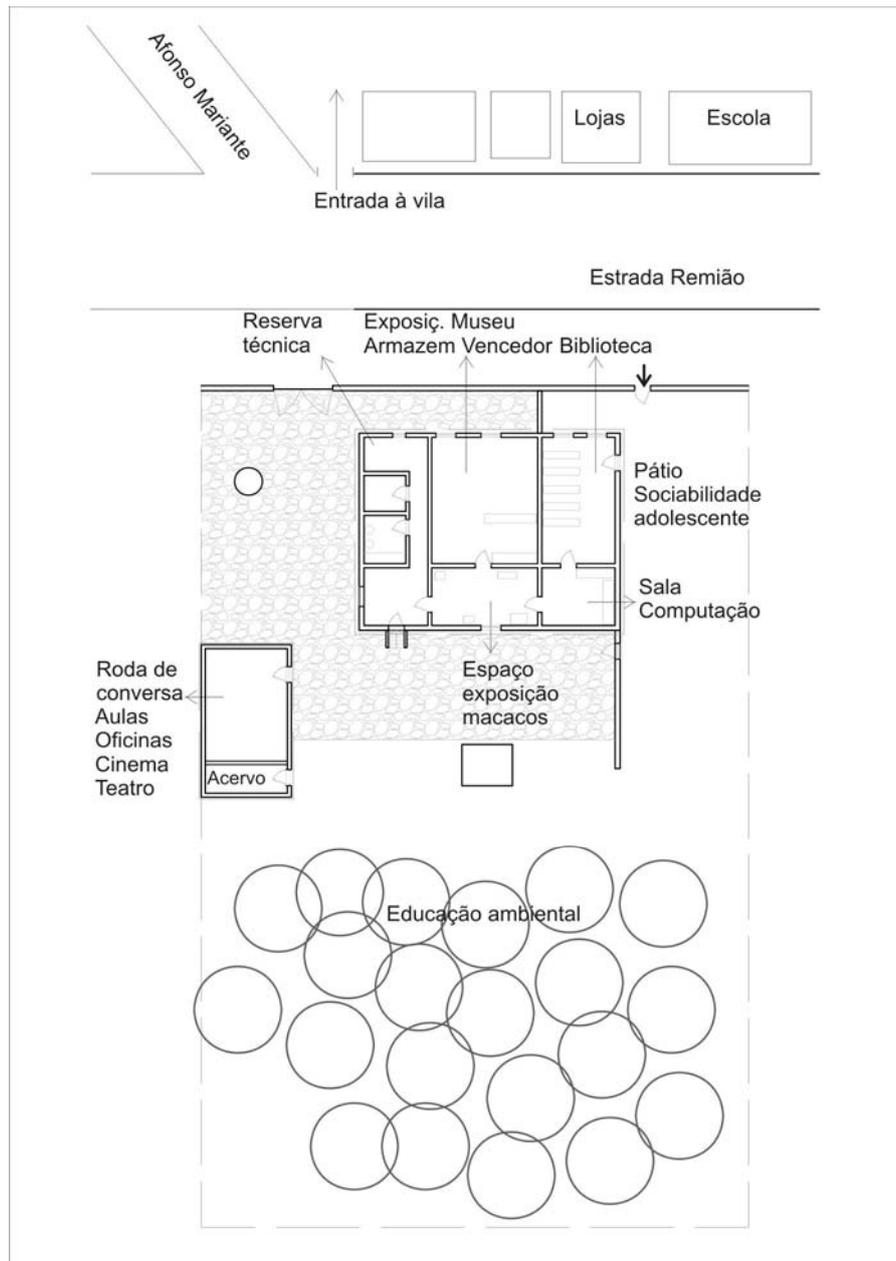


Imagem 3. Espaços da casa – museu



Imagem 4. Patrimônio – Memória - Ambiente

Capítulo 4

De perto e de dentro²⁴

Qual é, afinal de contas, o universo desta pesquisa? Quais são os contornos desse grupo? Estas questões não se respondem apenas apresentando as observações feitas no interior da vila, na qual decidi focar a pesquisa ou os depoimentos dos seus moradores. Envolvem também os olhares que outros atores têm do grupo que eu tento delinear. Nesse ponto, os olhares contrapõem-se e eu, enquanto pesquisadora, vivenciei o tempo todo essa tensão entre o que alguns moradores do Elo querem sublinhar como traços que eles escolhem para se distinguirem ou identificarem, e traços que lhes são atribuídos por outros. Em meio a essa tensão, estava em jogo também minha tentativa de compreensão dos lugares diferenciados dos quais uns e outros olhares provinham. Enquanto uns e outros atores têm um conhecimento mais completo do que o meu das redes nas quais estão inseridos e das interrelações que guardam entre eles, eu não apenas tinha que descobrir o que cada um dizia de si próprio e dos outros, mas também desde que lugar.

A partilha de uma série de experiências relativas à chegada a esse lugar da cidade e a conformação dessa vila delimita em boa medida os contornos de um grupo importante dos meus interlocutores. Trata-se não apenas de morar no mesmo local, mas de ter configurado esse espaço da cidade através do tempo no que ele é hoje. Isto é, uma experiência de intensa transformação do território e de configuração da paisagem e a constante experiência de se pensar nessa paisagem, de imaginar como ela poderia ou deveria ser, de lembrar ou sonhar como ela foi.

No próximo capítulo deterei-me no processo de configuração da paisagem do Elo, um processo no qual múltiplas redes de relações confluem. Aqui gostaria de apresentar alguns aspectos da vida cotidiana no Elo por meio de alguns dos personagens que acompanharam e guiaram meus percursos pela vila e pelos arredores. Alguns destes interlocutores aparecerão depois na descrição, quando vinculados a empreendimentos coletivos ou na minha tentativa de dar conta de aspectos especificamente relativos à

²⁴ Este subtítulo alude ao texto de José Guilherme Magnani (2002): “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”.

memória e à paisagem. Trocarei seus nomes para manter sua privacidade. Não posso fazer o mesmo no caso do dono da loja de usados que já ficou claramente identificado. Nesse caso, deterei-me nos aspectos relativos às suas práticas comerciais enquanto informativas do que poderia ser um estilo de troca e consumo entre muitos moradores da vila. Omitirei aspectos pessoais do dono, se bem que ele consentiu a pesquisa tanto na primeira etapa, como parte do exercício de Antropologia Visual, quanto no final, como parte da minha pesquisa individual.

4.1. Dona Rosana: uma estranha no bairro?

Ao longo da pesquisa, conheci várias mulheres chefe de família, como é frequente descrevê-las desde uma perspectiva patriarcal na qual é característica distintiva de uma família não contar com um homem à sua frente. Isto é, mulheres morando com seus filhos e sendo as únicas adultas responsáveis por eles. Também conheci algumas mulheres morando sozinhas, como o caso de Dona Rosana.

Conheci-a no espaço do Museu, ou melhor, da biblioteca. Durante 2008, a biblioteca revelou-se como um espaço significativo para os moradores dos arredores. Tanto alunos da escola quanto outras pessoas frequentam esse espaço como usuários da biblioteca. Entre os adultos, as mulheres constituem a maioria dos usuários que conheci durante minhas observações nesse espaço. Quando se tratava de moradoras do Elo Dourado, eu era avisada por Cláudia, que com o tempo acabou não apenas coordenando o Museu, mas todas as atividades no local, incluída a biblioteca. Em geral, Cláudia intermediava apresentando-nos, e dessa forma vi facilitado o contato com algumas dessas pessoas.

Entre as novas atividades no Museu/biblioteca, no mês de julho, estava se desenvolvendo um curso de reforço escolar para crianças com dificuldades no acompanhamento das atividades escolares. Tinha lugar nas quartas-feiras. Dona Rosana, que era usuária da biblioteca havia muito tempo, levava ao cursinho uma menina da qual ela tomava conta durante as tardes, enquanto a mãe da criança trabalhava fora. Eu cheguei ao Museu/biblioteca em uma quarta-feira em que a professora do cursinho havia faltado, e três meninas esperavam na sala de leitura para voltar para casa com Dona Rosana. Quando chegou, fomos apresentadas por Cláudia. Ela como moradora do

Elo, eu como estudante de antropologia que está pesquisando sobre ele. Ela me convidou para ir à sua casa e aceitei. Fomos ela, as meninas e eu.

A casa de Dona Rosana não fica no acesso pela Airton Sena, que era o meu caminho habitual de entrada à vila, mas pela rua que desce atrás da escola. Aliás, a casa dela fica em um verdadeiro beco pelo qual apenas passam pessoas a pé. Duas das meninas ficaram em uma casa na rua pela qual entramos. A outra, Letícia, continuou conosco até a porta da sua própria casa, no mesmo beco onde mora Dona Rosana. A ruazinha maior, de chão, faz um percurso semicircular e vai sair na Airton Sena. Segundo alguns depoimentos, seu nome é Rua Vale do Agrião. Esse espaço faria parte do que Cláudia e Nádia distinguiram como território da invasão inicial do Elo, a que em inícios dos anos noventa tomou conta das terras onde a escola Rafaela Remião dava aulas de técnicas agrárias e onde existia uma bica. Dona Rosana, no entanto, chegou mais recentemente ao Elo e, além disso, foi embora para o interior de Rio Grande do Sul pouco tempo depois de termos nos conhecido.

Cheguei a visitá-la umas três vezes, mas ela fazia uma vida “portas adentro”, pelo que não acessei outras pessoas do bairro por meio dela. Sua perspectiva é de alguma forma uma perspectiva “estranhada” do entorno. Nesse sentido, apresento-a, como um olhar ao mesmo tempo próximo pela sua experiência cotidiana, e distanciado pela sua dificuldade de construir uma identidade ou um sentimento de pertença ao local e à vizinhança. Nas suas falas, isto é expresso através do relato de uma trajetória biográfica na qual se distingue do grupo dos seus vizinhos, pela sua procedência do interior rural, por ter chegado à vila mais recentemente e por não ter morado em áreas semelhantes na cidade. Além disso, ela manifesta a sua dificuldade de se adequar às formas de comportamento “próprias” da vizinhança, isto é, as normas de “conveniência” (Certeau, 1996) do local. Estas formas de comportamento são uma espécie de concessão individual como contribuição à vida coletiva. Respeitando estas formas de apresentação, consideradas convenientes nas relações sociais no local, a vida cotidiana é possível, e os indivíduos ficam integrados à vizinhança (Cf. Certeau, 1996. Apud Gomes, 2002).

A casa de Dona Rosana tem pátio e muitas plantas. A vegetação do lado da casa parece crescer mais rápido do que Dona Rosana consegue domesticá-la. Na frente e também do lado há madeiras e materiais de construção. Há certo excesso de objetos no exterior da casa: o pátio não é muito amplo. Na frente, por exemplo, atrás de uma parede vegetal que se pendura de uma cerca de arame, o espaço é dividido pelo varal da

roupa, a pilha de madeiras e outros materiais, os vasos de plantas e uma cadeira onde sentamos em uma das minhas visitas. Antes de entrar, eu parei para perguntar por alguns nomes de plantas do seu jardim. Chamou minha atenção que em outras casas com pátios de dimensões semelhantes há uma ausência total de vegetação e muitas pessoas inclusive fazem questão de ter pátios “lisos”, de chão de concreto ou brita. Trocamos nomes de plantas em espanhol e português, ela me deu umas mudas que eu trouxe para minha casa. Uma chamada de “Comigo ninguém pode”, escolhida pelo nome, e outra pequena cujo nome em português não lembro. Também me deu de presente algumas frutas: lima, que lhe mandaram do interior, e limão bergamota, que ela cultivava.

A troca de mudas e de produtos da horta é uma prática frequente nas visitas entre mulheres do meio rural. Essas trocas envolvem além do mais, trocas de saberes sobre cuidados e usos das espécies trocadas. Os pequenos dons são continuamente atualizados como parte da manutenção das relações e redes de relações. Sustento estas afirmações na minha própria experiência de trabalho no meio rural, no interior do Uruguai. Essas práticas são assinaladas também nos relatos do passado rural da Lomba, em volta de Dona Marieta Remião, a esposa do Seu Osmar, a qual recebia visitas à tarde para tomar cafezinhos e chás na casa que atualmente ocupa o Museu.

Entrando à casa de dona Rosana, encontra-se a pia, o fogão, a geladeira, um armário de madeira e portas com vidros. Esse espaço faz parte da sala. Logo à esquerda, tem uma mesa pequena e algumas cadeiras onde sentamos, do lado, uma máquina de coser. Nesse espaço médio da sala, hoje dividida com a cozinha, tem mais um armário, na verdade uma prateleira com livros de capa dura, grossos, tipo dicionário enciclopédico, com letras douradas. Logo depois, um sofá diante de um tecido que, pendurado do teto, separa o espaço sala do espaço do dormitório. Desde a sala de Dona Rosana podem se ouvir as conversas das casas vizinhas situadas no beco que é muito estreito. Em um primeiro momento, ficamos na sala. Ela me contou que agora tem ali a cozinha porque está alugando sua cozinha a um vizinho que brigou com a mulher e não tem onde ficar. Isto é entendido por ela como uma forma de ajudar o homem, e não dá prioridade ao motivo econômico –ela cobra pelo espaço.

Mais tarde, convidou-me para entrar. Vi o dormitório com duas camas: uma para as visitas, e uma grande bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) pendurada na parede. Os meus interlocutores que falaram expressamente em adesões partidárias se

manifestaram aderentes ao PT. Esse partido esteve à frente do governo municipal em Porto Alegre na década de 1990, época da chegada dos meus interlocutores à vila. Foi característico dessa gestão a apelação à chamada “participação popular²⁵”.

A maioria dos móveis, incluída a cama, a mesa da pia nova e outros são feitos por ela própria. Seu gosto pela bricolagem explica a acumulação de materiais, particularmente madeira, no pátio. Ao fundo, descendo um degrau, tem o banheiro de um lado e a antiga cozinha com fogão à lenha de ferro do outro. No fundo há uma outra porta, pela qual entra o vizinho. Eu perguntei se ela tinha como fechar a outra parte da casa. Ela me mostrou uma chapa de madeira com a qual ela tampa a porta que conduz ao seu dormitório: não tem tranca e o banheiro fica do lado alugado.

Dona Rosana é uma mulher branca, muito branca, de olhos azuis, loira, gorda e de compleição forte. Ela deve ter em torno de 50 anos e parece nunca ter casado. Pelo que me disse, trabalhou sempre, tinha uma patroa com a qual morava. Dona Rosana cuidava dela porque era velinha. Mas quando Dona Rosana achava que ia ficar para sempre com essa senhora, ela decidiu prescindir de Dona Rosana: parece que a senhora não tinha mais como lhe pagar e não quis que ela cuidasse dela de graça. Foi assim que, sem casa e com pouco dinheiro, foi comprar o que pôde: uma casa na vila. Dona Rosana faz costuras como forma de ganhar dinheiro. Confidencia-me que precisa ter dinheiro para comprar seus remédios: é depressiva. Mostra-me as pílulas e as receitas médicas. Tem um remédio que ela compra como genérico e que custa R\$ 30, ela não pode deixar de tomá-lo. Já o tentou e não conseguiu.

Se ela tinha algum projeto para sua velhice, fora cuidar da antiga patroa, não me disse. Mas é claro que está ali pela impossibilidade de acessar outra moradia. Ela não gosta de morar ali. Já foi roubada. Roubaram tudo ou quase tudo: todos os eletrodomésticos. E como “tudo se sabe numa vila”, também todo mundo sabe que foi o parceiro da vizinha do lado. Então, os próprios vizinhos decidiram pegar o homem e fazer justiça. Dona Rosana me disse que não gosta disso e interveio para parar os vizinhos que “de outro jeito teriam matado ele”. Isto, por sua vez, trouxe problemas para ela com a vizinhança, que não compreende como ela defende quem a roubou. O relato é cheio de tensão. Há a ameaça da perda dos bens, da falta de proteção por parte

²⁵ Sobre as formas que adquire a prática dos políticos em relação aos termos “participação popular” em contextos de grupos “populares” urbanos, ver: Costa (2006). Retomo a questão em outra parte da dissertação, em relação às formas de agência dos moradores do Elo em procura da regularização fundiária.

dos vizinhos, até parece que a vizinha cujo parceiro teria roubado dona Rosana a ameaçou. Não ouvi outros relatos semelhantes.

O modelo ético dos vizinhos, discordante com o de Dona Rosana, pode ser pensado em um espaço de exclusão da cidade, onde os próprios moradores acionam mecanismos de controle e punição diante da ausência ou da própria falta de confiança no policiamento estatal. É diante desta ética que Dona Rosana se apresenta como estranha ao grupo.

Na primeira visita, disse que não saia dali porque não teria para onde ir, não tem filhos e não queria ir morar com seus pais, no interior do estado. Ela disse que já se acostumou a ter uma vida própria e que não conseguiria voltar para lá. No entanto, com tempo acabou se mudando para um local perto dos pais. Parecia estar bastante isolada na vila. Disse-me que tinha uma amiga em outro lugar da cidade, que às vezes se visitavam uma à outra. Os livros constituíam sua grande companhia, e era uma assídua usuária da biblioteca. Foi assim que ficou sabendo do curso de reforço escolar ao qual leva a menina de quem toma conta. Na minha segunda visita, também em uma quarta-feira, como combinado no primeiro encontro, tive oportunidade de interagir com Dona Rosana e com a menina: a professora faltou mais uma vez. Dessa vez bebemos chimarrão, ela fez a bainha de uma calça para mim e me deu seu ponto de vista sobre as formas de educar as crianças que ela acha próprias do contexto de vila popular. A princípio, ela partilha um *ethos* do interior rural fortemente influenciado pela colonização alemã característica de algumas regiões rio-grandenses.

No caminho entre a biblioteca e a casa, a menina caminhou na frente segurando dois livros na mão. Dona Rosana carregou duas sacolas. Ambas haviam ido até o “mercadinho da parada 7”, ao que outras pessoas da vila dizem ir apesar de ter um na parada 6, bem onde nasce a Rua Airton Sena. Ofereci ajuda com as sacolas, mas Dona Rosana me disse que uma em cada mão equilibra. Dona Rosana é uma mulher grande, de costas largas. Atravessamos a estrada Remião e entramos pela rua de chão que se abre entre uma parede verde, provavelmente o limite da chácara dos Serranos, e o espaço vazio que deixou a igreja removida para a parada 7, usada de estacionamento pelos professores da escola –a suposta Rua Vale do Agrião, ou um acesso até ela.

Dona Rosana começou a me explicar por que a menina precisava de aulas de reforço. A mãe não conseguia vaga “na escola daqui, a Rafaela”. Só tinha vaga em outra escola, o que implicava um deslocamento para a mãe levá-la cada dia. Teria que pagar

passagens. “Duas passagens por dia cada uma.”. Eu perguntei se as crianças não têm passe livre escolar. “Não, têm passe escolar, mas não é livre, é mais barato.”, respondeu Dona Rosana. E mais tarde, enquanto fazia uma batinha na minha calça: “... quer dizer, não que não tenha vagas. É que tem para o filho daquela minha amiga e para o filho de tal que é meu conhecido...”, denunciou e protestou. Denunciou não apenas que Letícia, sua pequena vizinha, estivesse na primeira série com 9 anos por causa da falta de vagas ou de dinheiro para deslocar-se até outra escola. Estava denunciando e protestando contra as dificuldades no acesso à educação nesse espaço urbano habitado por trabalhadores de baixa renda, desempregados, mulheres sós a cargo de vários filhos, intimamente quase, para uma ouvinte que estivesse atenta a ouvi-la.

A mãe de Letícia trabalha como doméstica. A menina tem duas irmãs. Uma de 26 anos, que já não mora com a mãe, e outra de 18. Segundo Dona Rosana, a mãe “teve as filhas espaçadas. Quando estava largando as fraldas...”, -“Começava de novo” - interrompi.

Antes de ir para a biblioteca, Dona Rosana esteve tentando ensinar a menina a ler as horas no relógio de esfera. Estando eu lá, a menina perguntou a hora e tentei retomar os conhecimentos recentemente adquiridos. Mas a menina não sabe contar de cinco em cinco pelo que tem dificuldades para calcular os minutos. Dona Rosana ofereceu um papel (ela tem papezinhos cortados do lado do telefone, tem telefone fixo, onde também tem lápis e canetas), ela tentou desenhar a esfera do relógio, tarefa difícil para a menina que não tem a motricidade educada no uso da caneta. Está aprendendo a ler e escrever. Pediu para Dona Rosana fazer uma letra “emendada” (ou seja, cursiva). Depois ficou escrevendo seu nome. Como o fez bastante bem, eu perguntei se queria aprender a escrever meu nome. Aí, eu me dei conta de que eu já não faço a letra “emendada”, minha letra é uma mistura de letra emendada, letra de forma, maiúscula, minúscula. Mas, me esforcei e consegui: ela ficou tentando e eu tentando explicar, diante de sua expressão de estranheza por meu sotaque, até que conseguiu bastante bem.

Conversamos com Dona Rosana sobre a educação. Ela disse que agora ensinam às crianças “vários tipos de letra”. Eu tentei entender e logo concluímos que continuam sendo quatro tipos: maiúsculas e minúsculas, emendada e de forma. A diferença que eu via era de método. E comparei os relatos do meu pai e do meu tio sobre os professores no colégio de padres franciscanos, nos anos 50. Dona Rosana concordou que antes as crianças eram submetidas a um maior “disciplinamento” na caligrafia [meu termo]. Suas

lembranças apareceram: ela não pegou “a época dos professores bater com a régua nas mãos das crianças”. Mas, uma vez, teve que ficar parada na porta da aula por chegar atrasada. Quando chegavam atrasadas, as crianças eram obrigadas a pedir licença, e o professor tinha a autoridade de negar. Foi o que aconteceu com ela. Ela ficou parada chorando, mas chorando em silêncio, me disse. Finalmente contou que um avô ou bisavô dela escreveu a um professor alemão, amigo dele, para vir dar aula às crianças da comunidade.

Dona Rosana é descendente de alemães. O bisavô dela veio da Alemanha. Ela nasceu em Açoita Cavallo, no Município de Taquara (RS). Ela fala alemão, mas não aprendeu a escrevê-lo. Sua trajetória, em parte, diz respeito à de muitos moradores da capital gaúcha vindos do interior. No Elo Dourado, encontrei outras pessoas do interior e, como mostram os personagens apresentados neste capítulo, há uma narrativa relativa a uma identidade interiorana da própria vila. Esta narrativa funciona, no entanto, para algumas redes dentro da vizinhança maior.

O que provavelmente constitua o diferencial que ela marca com seus vizinhos seja a procedência de uma colônia alemã que, a diferença de outras localidades do Rio Grande do Sul, partilha uma ética relativa ao protestantismo religioso.

Dona Rosana comentou que ela acha que hoje o trabalho dos professores nas escolas é mais difícil porque as crianças não estão acostumadas a obedecer. Esse “hoje” contrapõe-se ao tempo dos antigos, respeito do qual ela se situa próxima. A contraposição não remete apenas para tempos diversos, mas para durações diferentes: a da vila e a do tempo partilhado em outro espaço, sua comunidade de origem tal como a lembra. Toda essa nossa conversa estava sendo mais ou menos escutada pela menina, negra, que ela cuida. Letícia às vezes saía da casa para ir a uma casa próxima, há poucos metros adiante no beco, provavelmente a casa de sua irmã mais velha que mora por ali. Quase sempre Dona Rosana perguntava onde ela ia. Primeiro disse que ia levar um lápis a outra criança. Dona Rosana então disse que podia aproveitar para levar a “fofoca”. Elas tinham visto a menina dessa casa onde ela ia, lá perto do mercado, de bicicleta. Dona Rosana falou várias vezes que as crianças ficam soltas, que muitas vezes as mães não estão em casa para cuidar delas. Outras vezes, disse, as próprias mães se criaram nessa liberdade (ou falta de autoridade) então não sabem educar seus filhos. Segundo ela, esse é o tipo de problemas na educação das crianças em contextos de vila. Ou pelo menos, a educação das crianças na sua vizinhança resulta-lhe problemática ou

incompreensível. Dona Rosana não pertencia ao local, não se identificava com os modos de viver dos seus vizinhos. Isso, as dificuldades econômicas e de saúde fizeram com que fosse embora. Ela continuou usando a biblioteca, que agora visita uma vez por mês.

4.2. Estela, Mônica e Rosângela: parentesco, vizinhança. Mulheres em volta da cooperativa

É verdade que crianças na rua são frequentes na vila. O escasso trânsito de veículos motorizados o permite, e a falta de espaços de lazer o fazem necessário. Mas, é verdade também que a vizinhança desenvolve mecanismos de solidariedade e controle social através dos quais todos cuidam dos filhos de todos. Ou pelo menos, dos amigos e parentes. Muitos núcleos familiares mais ou menos esparsos pela vila estão, por sua vez, ligados entre si por laços de parentesco que se superpõem às relações de vizinhança. Isso se pode pensar mediante a noção de rede tal como formulada por John Barnes (1954) e trazida por Elizabeth Bott (1976) a respeito da influência do meio social imediato no exercício dos papéis conjugais de homens e mulheres em Londres. Barnes utiliza a imagem de um conjunto de pontos, no qual alguns deles estão unidos por linhas. Os pontos seriam pessoas, e as linhas indicariam que pessoas interagem com outras. Um campo social assim pensado constitui uma rede (Barnes, 1954. Apud Bott, 1976: 107).

Através dessas redes, o cuidado das crianças pode se dividir: avós e tias tomam conta de netos ou sobrinhos, irmãos e primos mais velhos, dos mais novos. Mas, além dos parentes, os vizinhos mais próximos afetivamente podem tomar conta ou auxiliar no cuidado de alguma criança. Assim, quando as crianças estão na rua, não estão completamente soltas: se alguma ultrapassa os limites da vila, os vizinhos podem mandá-las para casa, se acontece alguma coisa com elas, os vizinhos provavelmente sabem como avisar os pais, pois os conhecem, sabem onde moram. Quando uma criança adocece, mães vizinhas podem trocar saberes ou até remédios. Quando uma criança faz aniversário, mães vizinhas e/ou parentas podem ajudar a fazer o bolo. Esta lógica de circulação estudada pela antropóloga Claudia Fonseca (2002) também para o caso de favores em torno de cuidado com as crianças em famílias populares nas vilas em Porto Alegre resguarda forte princípio de reciprocidade.

Este tipo de relação, pude observá-lo entre mulheres, particularmente, entre o grupo de mulheres que conheci entrando no Elo Dourado pela sede da Cooperativa. Ali pude ter contato não apenas com as mulheres diretamente ligadas à diretoria, mas também com vizinhas, amigas e parentes delas.²⁶ Trocas de favores, empréstimos de objetos, utensílios, etc., acabam ligando mais do que as mulheres diretamente envolvidas. Ligam todo o grupo doméstico de cada uma delas. A reciprocidade guia essas relações.²⁷

Embora este não deixe de ser um contexto urbano moderno, onde domina uma concepção do espaço doméstico de tipo individualista, no interior destas redes as fronteiras desse espaço são muito permeáveis. As unidades domésticas que pude conhecer abrigam núcleos familiares compostos em geral por pais e filhos. Em apenas um caso uma casa abrigava uma família extensa: três gerações, casal fundador, casal do filho, netos. Há limites claros como muros e portões que separam casa de rua. No entanto, as visitas entre vizinhas e parentes da família ampliada, dentro de determinados horários, são cotidianas. É frequente também a ajuda na realização de determinadas tarefas e uma importante circulação de objetos entre as casas. Assim, um livro de receitas ou um carrinho de mão são objetos que não necessariamente se encontram na casa da dona. É frequente ouvir as queixas à hora de usá-los. Mas também sempre há uma criança por perto com idade e tamanho suficiente para ser mandada buscá-los.

As mulheres que apresento a seguir pertencem a redes de vizinhança e parentesco que tem a sede da Cooperativa como o espaço de referência que distingue a rede dos frequentadores dos não frequentadores, pelo que em certa medida poderia se aplicar aqui a categoria de “pedaço” tal como desenvolvida por Magnani (1996). Surgida de

²⁶ Diga-se também que não realizei observações de sociabilidades masculinas, fora as tecidas no espaço da loja de usados de Brilho. Por outro lado, a descrição que segue não deve levar a interpretar que a Cooperativa é um espaço exclusivamente feminino. No entanto, foquei minhas observações nesse lugar no universo feminino por várias razões. Em primeiro lugar, nos dias úteis e em horários diurnos, são estas mulheres que se apropriam desse espaço; elas constituíram minhas “porteiras” à cooperativa e eu investi na relação com elas. Em segundo, teria sido um pouco mais difícil na minha condição de pesquisadora mulher me inserir nos momentos de apropriação “masculina” desse espaço. Estes momentos acontecem em horários posteriores ao final das jornadas laborais, após o pôr-do-sol, ou nos finais de semana; e se dão em volta do jogo de sinuca e de uma espécie de bar que funciona nos fundos da Cooperativa.

²⁷ Já Marcel Mauss (1971) no seu “Ensaio sobre o dom” estabeleceu as bases para o tratamento antropológico das relações de reciprocidade marcadas pela tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”. Autores posteriores, incluído Lévi-Strauss, especialmente na introdução à obra de Marcel Mauss, iriam retomar aquela conceitualização pioneira. Mais recentemente, os autores do MAUSS (Movimento Anti-utilitarista em Ciências Sociais) retomaram novamente os debates em volta da relação entre dádiva e troca, interesse e desinteresse. Estes autores defendem a ideia de que o princípio de reciprocidade não pode ser excluído das análises das chamadas sociedades modernas, embora estas estejam fortemente marcadas por princípios utilitaristas, ou pela lógica da mercadoria. Ver: Caillé, 1989; Godbout, 1999; Tarot, 2003.

uma noção nativa para dar conta das práticas de lazer dos chamados grupos populares, em pesquisa na periferia da cidade de São Paulo, esta categoria permite pensar essas e outras práticas coletivas no espaço do bairro. Assim, em volta da sede da Cooperativa do Elo Dourado e nos trechos da Rua Airton Sena mais próximos às estradas Remião e Mariante, conheci um grupo de famílias que tem o local dessa associação como ponto de referência de sua vida cotidiana na vila, se não diário, pelo menos como lugar de encontro nos finais de semana. Poderíamos reconhecer então esse segmento da vila como um pedaço. Nas palavras de Magnani:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (Magnani, 1984: 138. Apud Magnani, 1996: 32).

Neste sentido, há em volta da sede da cooperativa uma rede de pessoas que integram famílias das quais todos ou alguns dos seus membros frequentam esse espaço. Por sua vez, as relações de amizade e vizinhança, além do parentesco, entre essas e outras pessoas atravessam esse espaço e em alguns casos ultrapassam os limites da vila, ampliando assim a esfera de ação dos moradores. No caso de Estela e Rosângela, alguns dos seus parentes moram no próprio Elo Dourado, e outros moram em áreas próximas. Assim a circulação de pessoas, objetos e dádivas estende-se para além do Elo.

Por sua vez, em ocasião de eventos extraordinários, estas redes podem se encontrar tendo o Elo Dourado, tanto na Cooperativa quanto na casa de alguma delas, como lugar de reunião. Dessa forma, durante a pesquisa, tive oportunidade de assistir a uma festa de aniversário de matrimônio de uma delas; os parentes de Estela e do marido de Rosângela chegaram de outros pontos da estrada Remião e da vila São Francisco e se uniram à festa junto a alguns vizinhos do Elo, muitos deles unidos por relações de aliança²⁸. Em sentido contrário, vizinhos do Elo podem se deslocar “em rede” para

²⁸ Cada novo matrimônio entre moradores de dois enclaves próximos une não apenas os indivíduos da aliança, mas as respectivas redes de parentes e, em alguns casos, vizinhos. Isto acaba constituindo o que E. Bott (1976) chama de “rede de malha estreita”, na qual muitas das pessoas do meio social imediato ao casal se conhecem e interagem entre si. Isto faz com que aumente a possibilidade de consenso normativo e de pressão social para impor ao casal essas normas, incluindo a exigência de cooperação mútua e de contato (1976: 77). Esta interpretação é consistente para o caso analisado enquanto alguns dos membros da primeira geração destas redes, Mônica, Rosângela, Estela e seus irmãos, o marido de Estela provém de lugares comuns ou próximos (localidades do interior de RS, próximos às fronteiras com Uruguai e Argentina); por sua vez, a segunda geração é quase na totalidade nascida na Lomba do Pinheiro, onde se criaram e onde formaram seus novos núcleos familiares. Tal como indica Bott, as redes de malha estreita são mais prováveis quando o marido e a esposa, conjuntamente com seus amigos, vizinhos e parentes, cresceram na mesma área local e continuaram a viver lá após o casamento. Além disso, há uma alta

enclaves vizinhos, em função de relações de amizade e parentesco estendidas. Como exemplo disso, acompanhei uma festa de dia de crianças na vila São Francisco, organizada entre a vizinhança das irmãs de Estela. Tendo sido convidada por ela, cheguei à sua casa para me transladar com sua família para a vila vizinha. Para minha surpresa, não apenas o marido, seus filhos e netos participaram. Pelo contrário, à hora da partida na casa de Estela, conformou-se uma pequena reunião de vizinhas com seus filhos e irmãos pequenos, algumas delas parentes da nora de Estela, com a qual iniciei o percurso para o outro local, acompanhada das pessoas com as quais interagia frequentemente no Elo.

Estela é mãe e também é avó. Sua filha casou e mora com seu marido e filho em outra rua do Elo. Seu filho, sua nora e os dois filhos desse casal moram com Estela e o marido. Além deles, irmãos pequenos e sobrinhos da sua nora moram a poucos metros da casa de Estela. E em uma vila vizinha, moram suas próprias irmãs com seus filhos. Quando conheci Estela, ela trabalhava fora, como doméstica. Se a visitava nos finais de semana ou depois do trabalho, sempre tinha crianças em casa, além dos netos que ali vivem, e uma certa circulação das pessoas dessa ampla rede de parentesco. Parentesco, vizinhança e às vezes religião. Estela e suas irmãs da vila vizinha são praticantes de batuque (religião afro-brasileira).

Estela é muito amiga de Mônica e Rosângela, duas irmãs vizinhas. E as três participaram e participam das atividades institucionais da Cooperativa que poderíamos chamar de “comunitárias”²⁹. No espaço da Cooperativa podem ter lugar cursos de inglês ou de artesanato. Funciona como espaço de uma cooperativa de trabalho em que, em algum momento, mas não durante as minhas visitas, soube ter até dez mulheres costurando. Houve uma escolhinha pré-escolar ou aulas de alfabetização para crianças,

probabilidade de as redes da esposa e do marido acabarem se superpondo (1976: 103-105). É isto precisamente o que acontece na parentela e vizinhança de Estela e Rosângela.

²⁹ Coloco o termo “comunitárias” entre aspas por quanto quero indicar um certo processo de construção política da “comunidade”. Neste sentido, as atividades no âmbito da Cooperativa podem se relacionar com determinadas formas de interação dos grupos populares com o aparato político e outros agentes investidos de poder, econômico, por exemplo. Isto é visível através da obtenção tanto de meios materiais quanto da facilitação de parcerias com instituições ou empresas para o desenvolvimento de projetos locais. Para este tipo de agência dos grupos populares diante dos centros e de atores do poder político, especialmente municipal, embora abordada no sentido inverso desde os políticos para as populações, ver: Costa (2006). Segundo Costa (2006), os agentes políticos investem na legitimação de atores comunitários institucionalizados como únicos interlocutores para a canalização de demandas e a efetivação de ajuda ou soluções. Para se pensar a noção de “comunalização” como processo hegemônico de construção de sentimentos de pertença e identidade comunitária, ver: Thomasz, 2005.

mas acabaram. E, segundo minhas interlocutoras, todo ano organizam festas de dia das crianças e festas juninas.

Estas práticas dizem respeito a uma capacidade de organização para concretizar seja projetos de geração de renda, seja um projeto educativo coletivo, ou celebrações que além de constituir espaços e tempos de lazer, especialmente para as crianças, constituem pequenos rituais. Neste sentido, pode-se dizer, então, que o espaço da cooperativa enquanto espaço de ação coletiva gera formas de “agência” (Ortner, 2006) próprias desse grupo social nesse espaço da cidade. O caso ilustra como confluem nessa ação a conformação de projetos coletivos com aspectos relativos ao poder, ou à falta dele. Assim, os moradores do Elo vinculados à Cooperativa alcançam a satisfação de necessidades e demandas, como o cuidado e educação das crianças durante a jornada laboral dos pais, ou a aprendizagem de habilidades e conhecimentos que, se fossem procurados no mercado educativo privado, talvez lhes resultariam inacessíveis por seu custo e por se tratar de uma população de baixa renda.

Essas formas de agência podem ser interpretadas no sentido da Cooperativa Elo Dourado constituir um movimento social urbano (MSUs), voltado para a integração e a participação, tal como entendido por Marcelo Kunrath Silva. Este autor entende que os MSUs, enquanto atores coletivos cujas práticas reivindicam “o acesso das classes populares aos direitos sociais e à participação na gestão da cidade” (Silva, 2002: 31), apresentam na sua trajetória no Brasil uma mudança nas suas ideias estruturantes. Esta mudança diz respeito à passagem “de um campo de práticas estruturado em torno das ideias de ‘reivindicação’ e ‘enfrentamento’ para outro, onde o polo ordenador se localiza na ideia de ‘participação’” (Silva, 2002: 32).

No entanto, o foco de minha pesquisa esteve voltado para a experiência cotidiana dos indivíduos que constituem essas formas de agência e são moldados por elas, para além dos aspectos relativos à institucionalização de suas práticas. De outro lado, nas narrativas das minhas interlocutoras nesse espaço, a Cooperativa aparece mais como essa ampliação da esfera doméstica constituída pelo “pedaço” (Magnani: 1996), do que como um espaço de interlocução com a arena política.

Estela e seu marido vieram de Santana do Livramento. Mônica e Rosângela são de Alegrete, perto de Quaraí, na fronteira com Uruguai. Mônica nunca casou. Rosângela casou com um porto-alegrense, cuja família mora há pelo menos 30 anos em outro ponto da Lomba do Pinheiro. Uma vez que eu tentava explicar em que consistia meu

trabalho, dizendo que estava interessada em compreender como era viver no Elo, Mônica me disse: “Tu não vê o que tem de diferente? É que a maioria das pessoas vem do interior. Tu não nota a diferença?”. Ela e sua irmã estavam chamando minha atenção para a vizinhança. Rosângela morou um ano no bairro Jardim Botânico, ao chegar de Alegrete a Porto Alegre, há mais de 22 anos. Ela me explicou que, à diferença do que acontece nos bairros mais centrais, “onde as pessoas moram em prédios de alto”, ali no Elo, os vizinhos se conhecem todos, e existe, portanto, uma solidariedade entre eles.

Ambas se orgulham de conhecer as pessoas pelo nome. Quando alguém chega perguntando por algum endereço, diz Rosângela, “Eu pergunto pelo nome da pessoa, então eu sei onde mora”. Se alguém fica doente ou tem algum problema, os vizinhos em seguida ficam sabendo e vão oferecer ajuda. “Se a gente vê uma ambulância na porta da casa de alguém, então já sabe que alguma coisa aconteceu e vai lá ver se precisar de ajuda”, diz Mônica. E Rosângela me diz também que, se uma criança se perde, eles a levam direto para a casa porque sabem onde mora, ou se eles encontram uma criança na rua, longe da casa dela, eles mesmos a mandam voltar porque sabem que a mãe não deixa essas crianças andarem longe. Segundo Mônica, ela atravessa a vila (pela Airton Sena) e vai “lá embaixo no mercadinho” (na Vila MAPA), e todo mundo cumprimenta ela porque ela conhece todo mundo.

Nessas narrativas, estas mulheres me apresentam sua “comunidade”³⁰. “Comunidade imaginada”? Sem dúvidas. Assim imaginam e, portanto, vivenciam elas esse lugar na cidade, porque é por meio dessas narrativas que elas delineiam os contornos desse espaço narrado. Espaço de pertença do qual elas se apropriam enquanto constituinte do micro mundo de suas práticas cotidianas (Certeau: 1994).

Elas têm consciência de que as pessoas que chegam de fora não podem participar dessa apropriação, dessa pertença. Em geral isto é expresso por narrativas de medo. Rosângela contou que um engenheiro devia ir a uma reunião na Cooperativa. A reunião foi marcada para as oito da noite por ser essa a hora em que o pessoal que trabalha fora poderia se reunir. Era preciso que a maior quantidade possível de moradores estivesse na conversa com o engenheiro porque, parece, tinham que decidir alguma coisa. Mas o engenheiro pediu por telefone, enquanto tentava combinar com ela, se não podia ser

³⁰ Para além dos processos de “comunalização” relativos à esfera de ação pública, em particular à relação com agentes políticos e institucionais, tal como assinalado em nota anterior, a palavra “comunidade” é empregada em certas ocasiões por estas mulheres. No entanto, como mostram suas falas, esse uso não remete para noções de representatividade. Pelo contrário, trata-se apenas de algumas redes dentro da vila, as redes de pertença das minhas interlocutoras.

mais cedo. Quando ela deu as razões para fazer o encontro às oito horas, ele perguntou se não teria problemas de segurança. Ela disse que enquanto estivesse dentro da vila não tinha problema, porque eles conhecem o pessoal que ali mora. Agora, saindo da vila, na faixa (a estrada Remião), elas não sabem mais “quem vai e quem vem: é um lugar de passagem”. Enquanto eu penso essa passagem entre a zona sul e o Centro, ou entre Viamão e Porto Alegre, ela pensa na passagem para outras vilas esparsas na Lomba do Pinheiro e enumera algum desses espaços, diferentes e alheios ao Elo, mas ao mesmo tempo próximos.

Assim, para estas moradoras, a confluência da Rua Airton Sena, eixo da vila, nas estradas Remião e Mariante constitui uma espécie de “pórtico”, no sentido dado à categoria por Magnani (1996: 45):

[...] espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem ao *pedaço* ou *mancha* de cá, mas ainda não se situam nos de lá; escapam aos sistemas de classificação de um e outra [...]. Terra de ninguém, lugar de perigo, preferido por figuras *liminares* e para a realização de rituais mágicos – muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados...

Com efeito, na encruzilhada da parada 6, não apenas converge a rua principal do Elo Dourado. A estrada Mariante que ali nasce é a via de entrada para todas as moradias que se distribuem às margens dessa via para os usuários das linhas de ônibus que transitam pela Remião. Alguns desses espaços são familiares para minhas interlocutoras, fundamentalmente em função da extensão das redes anteriormente referidas. Outros, embora muito próximos, são identificados como espaços perigosos que ficam excluídos da suas práticas cotidianas (Certeau, 1994).

4.2.1. Formas de apropriação do lugar. *O que foi do campo do Pinheirense Futebol Club?*

Desde a primeira observação da atividade de educação patrimonial no Museu, soube que nas décadas de 1930 e 1940 existia naquela região um time de futebol. Na primeira parte da atividade, quando uma série de fotografias são mostradas e comentadas pelos educadores, é apresentada a equipe do “Pinheirense Football Club” como uma das primeiras associações da Lomba do Pinheiro. Em observações posteriores da mesma atividade, uma professora de uma escola do bairro, moradora ela

mesma da Lomba, disse que o futebol e os bailes eram as formas de lazer por excelência nesse espaço da cidade relativamente isolado do Centro.

A professora falava de um tempo posterior ao retratado na fotografia, no entanto. Ela se tinha identificado como moradora da Lomba desde o tempo em que “era só uma picada aqui”, e narrou que a parada 6 e 12 concentravam os pontos de lazer e sociabilidade. A informação que acompanha a exibição da fotografia do time do Pinheirense diz que o clube tinha campo próprio. Este se situava onde hoje está a vila Elo Dourado. Portanto, desde o início, esse dado e o seu desdobramento, a falta de espaços verdes, de espaços abertos de uso público e, em geral, de espaços públicos dedicados ao lazer nas urbanizações irregulares foi uma pergunta com a qual me aproximei do Elo Dourado. Antes de tomar contato com o pessoal da Cooperativa do Elo, soube que o campo do Pinheirense havia sido ocupado pela própria sede da instituição.

A uma leitura “patrimonialista” e/ou “ambientalista” sobre esse reemprego do espaço urbano, gostaria de contrapor a seguir os relatos nos quais os moradores, ou um grupo deles, tecem a memória do Elo Dourado, ordenando e significando eventos como a ocupação do antigo campo de futebol segundo uma lógica própria. Esses relatos dão conta de sua experiência na cidade, de uma trajetória comum no espaço da vila e das “artes de fazer” (Certeau, 1994) desenvolvidas na busca de concreção de seus projetos. Ao mesmo tempo, esses relatos e as imagens que evocam dizem respeito não apenas à procura de um teto para habitar. Eles remetem para um universo de práticas compartilhadas bem mais amplo, através do qual se configuram constantemente os contornos do grupo e se tece uma identidade baseada na partilha de um universo simbólico. Isto é, a memória de uma trajetória comum.

A construção dessa e de outras vilas na Lomba do Pinheiro implicou no desmatamento de grandes extensões de terra. Muitas dessas áreas ainda estavam cobertas de flora nativa quando da chegada massiva de novos moradores. Já me detive sobre “a questão ambiental” no Capítulo 3. Seguindo Rafael Devos (2007), problematizei a relação entre uma ética contemporânea de difusão planetária atenta para o cuidado do ambiente natural em sociedades altamente tecnificadas e construídas e o lugar dos pobres urbanos nestas sociedades. Em consonância com a expansão dessa ética, desde 1972 a UNESCO inclui na sua convenção sobre patrimônio a noção de patrimônio natural (<http://www.patrimonio-mundial.com/convencion.htm>).

Sigo Thomasz (2005) no que ela chama de processo de “patrimonialização” como forma de construção de hegemonia. Interpreto nesse sentido os depoimentos que tratam da construção da sede da Cooperativa onde antigamente era o campo de futebol apenas como perda de patrimônio natural e também cultural, sob a forma do apagamento do traço material de uma forma de lazer dos grupos que antigamente moravam na região. É inegável a perda em termos ecossistêmicos pela expansão da cidade. No entanto, não são as vilas da Lomba do Pinheiro os únicos espaços construídos “a custo” dos espaços naturais e, tampouco, sua implantação implica na falta de consciência dos moradores a respeito dessa perda ou em um vazio de memória.

A reapropriação desse espaço da cidade, por outro lado, vincula-se à emergência de novas formas sociais, incluídas novas formas de uso do tempo livre e de outras narrativas de memória que, a priori, não descartam as anteriores.

Assim, nas minhas primeiras interlocuções no Elo, coloquei a questão: o que foi do campo de futebol? “Isso deu briga”, foi uma das primeiras respostas. Segundo Rosângela, o assunto foi discutido em uma assembléia: a Cooperativa não tinha sede para se reunir e funcionar. O único lugar livre que havia, porque todo o solo estava ocupado, era o campo de futebol. E assim se construiu ali a sede. Segundo Rosângela, os moradores do Elo não reclamaram tanto, mas os que vinham de outros lugares jogar futebol “de várzea” nesse campo reclamaram mais. Porém, segundo ela, “no campo tinha futebol, tinha tiroteio também, tinha briga”.

Vale assinalar que atualmente o espaço atrás da sede da Cooperativa, dentro de um perímetro cercado, continua funcionando como quadra de futebol. Além disso, uma pracinha com brinquedos foi construída. Hoje restam algumas sucatas dos brinquedos estragados, e a pracinha está “parada”, segundo Mônica, pois ninguém se engaja na manutenção, na limpeza, no conserto da cerca, etc.

Em 17 de setembro, gravei uma entrevista junto a Mônica, Rosângela, Dona Célia e Estela. Mônica, a irmã mais nova de Rosângela, convocou as outras para uma pequena reunião comigo, na sede da Cooperativa. Desde o primeiro encontro, ela se mostrou muito disposta a colaborar com a pesquisa, e também mostrou muito interesse em “cavoucar” arqueologicamente na memória do lugar. Foi Mônica quem alguma vez me disse que veio de Alegrete para Porto Alegre com o sonho de estudar, quem aquela tarde de setembro buscou as poucas fotos da trajetória comunitária guardadas na cooperativa (Ver imagem 5).

Começamos a olhar fotos. Elas iam reconhecendo: a filha de fulana, o filinho de beltrano, isso aqui era na escolinha, isso aqui foi um amigo secreto. Dessa forma, aquele espaço construído acima do antigo campo de futebol se tornou foto após foto um espaço cheio de crianças. A sede da Cooperativa é uma construção de alvenaria, na frente, onde eu encontrava as mulheres, mais uma construção de madeira nos fundos, onde funciona o jogo de sinuca e o bar, onde se realizam bailes e festas. Sob a lógica do “puxadinho”, como uma vez me explicou Rosângela, uma construção adiciona-se à outra na medida da disponibilidade de recursos ou da necessidade de espaço.

Nas fotografias, pude ver cenas tanto do interior desse espaço quanto do pátio. A maioria remetia para o funcionamento no local de uma escolinha na qual se realizavam tarefas de alfabetização das crianças antes do ingresso à escola. Segundo Rosângela, as crianças “quando entravam no colégio já sabiam ler e escrever, fazer contas”. Ela participava desse trabalho, mas tinha uma professora, também moradora da vila, que depois soube que era filha de Estela. A escolinha deixou de funcionar. Eu pergunto quando isso aconteceu, e elas contam que até pessoas de fora da vila sentem falta dela:

Eu: Ta, e isso aí, quando deixou de ter a escolinha?

Mônica: A escolinha... Até agora as pessoas reclamam: “Por que...?”. O outro dia (me lembraram) da rua B “Ta, mas por que...?”, “Que pena, meu sobrinho...” ou “meu filho”, não sei quem era que estudou aqui...

Rosângela: Porque os pais agradeciam porque eles entravam na escola já sabendo, entendeu?

Mônica: Eu acho que todos os que saíram daqui quase ninguém repetiu, n’ é Rosângela?

Rosângela: Não.

Mônica: Todos passaram na primeira série.

A recordação dos tempos da escolinha envolve fortemente as três mulheres mais jovens porque diz respeito à sua própria biografia. Já Dona Célia, com 62 anos, tinha filhos adultos quando chegou à vila e não participou dessa atividade coletiva. A filha de Rosângela e o neto mais velho de Estela foram alunos da escolinha. E Mônica, que não tem filhos, parece ter participado muito ativamente das atividades com as crianças. É ela que nos interrompe a cada momento para nos mostrar uma foto: “A festa de carnaval que fizemos!”; “Aqui era um dia das mães que eles fizeram uma homenagem pra mãe...”; “Isso aí é da festa das crianças. Eles tinham ensaiado, e a gente sempre inventava uma musiquinha, uma dança...”. Dentre as fotos, aparecem as bonecas que elas faziam na cooperativa de geração de renda que também funciona ali.

Atualmente, não há um funcionamento regular desta, embora algumas vezes encontrei Mônica ou Rosângela costurando nas máquinas que continuam ali. Mesmo assim, elas narram sua vida nesse espaço e em relação às atividades coletivas, como

“uma vida muito agitada”, na qual “acontece muita coisa”. Os relatos das maiores “correrias” dizem respeito a eventos extraordinários como a organização de festas. Aparece uma foto de uma fogueira: é uma festa junina (São João). São as festas de dia das crianças as que têm maior destaque nas narrativas das mulheres. No entanto, em 2008, não teve nem festa junina nem de dia das crianças, por causa da chuva, dizem:

R: Aqui tem muita coisa. Quando chegar na época, se tu estiver por aí ainda, nós...

Eu: Acho que vou estar aqui. Tomara!

R: Eu vou te chamar. Olha, Mabel! (esse ano) não vamos fazer mais dia da criança, a gente cansou. Todos os dias da criança chove!

E: (...), eu te falei (todo... do bolo)

R: todos os dias da criança chove. Quê é que acontece? Botamos tudo lona no fundo, tudo, tudo. Tu não tem noção do quê é que é. Aí a gente coloca palhaços, que são uns quantos moradores de aqui que se vestem de palhaço.

E: Não, a noção que ela não tem é das crianças, assim! Parece que nunca comeram na vida. Ai, se botam... tu corre para separar um, tu corre para... E eles querem mais e mais e mais [bolo]. E vêm uns com uns potinhos, com umas panelinhas para levar um pouco pra casa. Olha, se não po...!

Nas fotografias assinalam as filas de crianças no pátio da Cooperativa esperando para pegar um pedaço de bolo, que elas mesmas preparam. Estimam que no Elo Dourado deva ter em torno de 400 crianças, mas explicam, crianças de outros lugares também chegam nos dias de festa. Eu tive oportunidade de acompanhar outra festa de crianças junto a Estela. Esta, organizada pela sua irmã, entre os vizinhos da vila São Francisco. Certamente envolve um trabalho importante nos dias prévios e no dia do evento, e o bolo, os cachorros quentes e os presentes atraem as crianças da vizinhança e dos arredores.

Como elas contam, embora seja cansativo, elas desfrutam desse trabalho. Inclusive quando pequenos conflitos podem surgir em meio à agitação do momento, essas ações coletivas contribuem para estreitar os laços entre elas:

Mônica: Que é um cansaço, mas depois a gente se sente...

Célia: Realizada.

Mônica: ...realizada.

Estela: Não, é que dentro dessa correria toda (às vezes ...), se embravece...

Eu: Ah, é?

Estela: Alguém [ela está brincando com Rosângela] incomoda um pouco mais...

Eu: ...que outros

Estela: ... e deixa a cabeça desse tamanho!

Eu: Ah, é?

Estela: Sim. Porque se agita demais e acaba encrencando com a vida da gente.

Mas é tudo... é tudo coisa do momento. É stress do momento.

Eu: Depois passa?

Estela: Não, passa em seguidinha!

Como pude observar em ocasião da festa na vila São Francisco, esse dia não é apenas um dia de festa e encontro para as crianças. Os adultos, especialmente as mulheres, participam muito ativamente não apenas trabalhando para fazer o evento acontecer, mas também aproveitam o evento para se reunir e partilhar do ambiente de festa.

No Elo Dourado, acabou não tendo festa de dia de crianças, e pude entrever nos relatos das minhas interlocutoras que há certa baixa na participação em atividades coletivas no espaço da Cooperativa. Ou poderíamos dizer que nas ondulações temporais próprias da cidade, esse espaço talvez esteja mudando de centro ou seus moradores estão se deslocando para outros pontos de interesse. No final da pesquisa, soube que a Cooperativa de moradia está desaparecendo e que a área voltaria à situação prévia à sua criação: cada unidade doméstica deverá negociar individualmente a compra da terra com quem seria o seu legítimo dono, o filho de Seu Osmar Remião. A Cooperativa apenas permaneceria sob a forma de uma associação comunitária para acolher o tipo de atividades aqui descrito.³¹

Do ponto de vista material, o abandono da pracinha atrás da sede da Cooperativa dá conta dessa alternância entre construção e destruição que caracteriza a cidade (Cf. Eckert e Rocha, 2005). Quando pergunto pelo fim da pracinha, Mônica, que lamenta o fim da escolinha e sente falta dessa vida comunitária, explica:

Porque foram estragando os materiais e a gente tem que tirar daqui pra manutenção e não tem pra manter. Não tem ninguém que... cuide, que ajude, n'ê? Se estraga, se quebra, se estraga e... ta ali parada. [tom de voz: muito baixo. Ao final faz uma pausa, e continua olhando fotografias:] Essa aqui era a festa da... da () que a gente estava na escolinha?

Longe de se tratar de um grupo de pessoas que desconhece a história do local onde mora, os moradores do Elo mantém viva uma memória do local forjada no encontro de suas trajetórias a partir da experiência comum de ter “conquistado” esse espaço para morar e da partilha de um *ethos* derivado de sua posição compartilhada na sociedade mais ampla.

Há quase duas décadas que essas pessoas começaram a construir esse espaço da cidade, desmatando árvores que “que iam saber que eram árvores ecológicas”, segundo depoimento de uma mulher da rede aqui apresentada. Todos eles chegaram de outros

³¹ Os moradores que conformam outra associação da que darei conta no Capítulo 5 me informaram outra versão: o herdeiro de Osmar Remião teria entrado na justiça contra os moradores associados na Cooperativa. Isto diz respeito a uma divisão no território do Elo que apenas conheci na etapa final da pesquisa. Ver Cap. 5.

cantos da cidade ou do interior do Estado, muitos das fronteiras com Uruguai ou Argentina. Alguns contam histórias de sucessivas tentativas de ocupação e de despejo. Estes, que se autodefinem como invasores, contam uma história de conquista da terra em prol da moradia própria na qual criaram filhos e construíram uma casa indo buscar água em baldes até uma torneira comunitária ou até a casa de outros parentes na vila vizinha (Vila MAPA).

Estas pessoas lembram que não tinham eletricidade e que foi um longo processo de aquisição de serviços, ligado ao reconhecimento do Estado do fato de que aquelas terras, antigamente rurais, tinham sido loteadas e alugadas (de forma informal), ou diretamente invadidas. Aplicando uma lógica astuta, tal como De Certeau (1994) entende as formas de fazer dos consumidores das classes populares, eles aproveitaram uma série de ocasiões sucessivas: o descuido das terras por parte do proprietário, a própria vontade de lucro do proprietário que habilitava a ocupação de pequenos lotes em troca de um pagamento mensal e com condição de não fazer construções de alvenaria.

Com lances que foram tendo lugar em meses e anos, várias redes de parentes foram se estabelecendo no local –a irmã de uma mulher que casou e foi morar ali, veio ela também para a nova vila. Tal o caso de Mônica e Rosângela. O marido por sua vez puxou outro irmão, quem sabe um sobrinho, os pais. Atualmente, depois de quase vinte anos, os filhos começaram a casar, formar seus núcleos familiares e se for possível eles também vão morar na vila. Tal o caso dos dois filhos de Estela.

Enquanto os moradores mais antigos participaram do desbravamento do mato, do primeiro traçado de ruas, dos mutirões para construir a casa de todo mundo, os moradores mais recentes já compraram a terra com pelo menos uma mínima construção de outros que foram embora. Mostrarei no Capítulo 5 algumas das formas de agência dos meus interlocutores diante da desigualdade no acesso ao solo urbano, para a concretização dos seus projetos de construção de um lar para suas famílias. Isto envolve mais do que a construção da casa própria. Implica na construção do tipo de vizinhança desejada, em meio às possibilidades disponíveis.

4.3. O espaço do Brilho: Etnografia das trocas em um micromundo

Como já relatado, o dono da loja de usados foi um dos primeiros moradores do Elo com os quais tive contato. Na sua loja, pude observar práticas cotidianas de trocas que ao mesmo tempo envolvem práticas de reciclagem e reemprego de objetos. A economia fundada nesse tipo de troca diz respeito a formas de consumo baseadas na escassez de recursos monetários para a compra de objetos novos. Mas também são práticas que precisam ser interpretadas para além de uma lógica economicista.

Desde os ensinamentos clássicos de Marcel Mauss (1971) sobre o dom, sua teoria sobre a troca e a reciprocidade abriu o espaço para interpretar práticas de “comércio e consumo” (circulação de mercadorias) no mundo contemporâneo à luz de sistemas de reciprocidades. Entre as derivações desta obra, grande número de autores discutiu a polarização entre sociedades da dádiva, arcaicas ou primitivas, e sociedades regidas exclusivamente pela lógica da mercadoria, as modernas. Particularmente, uma série de autores constituídos como MAUSS colocam a questão das trocas na ordem do simbólico e argumentam em favor da importância da dádiva nas sociedades modernas – importância quantitativa, devido a sua frequência cotidiana; e qualitativa, devido a sua significação.

Como revelou Bronislaw Malinowski (1976), em seu estudo sobre o sistema Kula junto aos habitantes das Ilhas Trobriand, as trocas de objetos, mesmo sendo objetos que possam servir à subsistência do grupo, como os alimentos, não podem ser analisadas como práticas puramente econômicas. Segundo os autores do MAUSS, esse é o reducionismo próprio de um pensamento utilitarista que tem dificuldades para compreender as práticas de troca no interior das relações entre atores sociais. Para Jacques Godbout, se considerarmos a dádiva como uma prestação sem garantia de retorno, com vias a criar ou alimentar vínculos sociais entre pessoas, volta-se compreensível a dificuldade utilitarista para lidar com a dádiva. As explicações utilitaristas das práticas humanas enxergam a ação do indivíduo isolado, não podendo fazer outra coisa que omitir a dádiva (Godbout, 1989: 25-26).

Também no comércio da parada 6 acontecem lógicas simbólicas nas trocas além das trocas racionalizadas de cunho comercial. Essas trocas têm a ver com a transmissão de informação significativa para a vida no local e com a constituição contínua de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006).

As características do local, relativamente afastado do centro administrativo e comercial da cidade e povoado por pessoas que em sua maioria dependem do transporte público para os seus deslocamentos, fazem com que as lojas do bairro adquiram uma importância particular na satisfação de muitas das necessidades de consumo cotidiano. Além disso, elas são lugar de outras atividades sociais, entre elas a troca de histórias e a transmissão de esquemas de valores e ação próprios do local. Isto é, palco de uma série de práticas de apropriação da cidade.

Assim, enfoco o “brik do Brilho” como lugar de memória (Halbwachs, 2006) e como lugar de “conveniência” (Certeau, 1996) tal como o faz Laura Gomes (2002) para o caso do bairro de Belleville em Paris, onde ela realizou pesquisa etnográfica no contexto das lojas dos imigrantes que desenvolvem ali não apenas práticas comerciais mas também toda uma “pedagogia” voltada a inserir os recém-chegados na comunidade e configurar continuamente um *ethos* do local.

As lojas de eletrodomésticos usados, ou “briques”, como são chamadas em Porto Alegre (às vezes escrito “brik” como no caso analisado) são um tipo peculiar de comércio. Vou propor que seja um caso paradigmático de “trabalho com sucata” (Certeau, 1994).

O que De Certeau chama de “trabalho com sucata” são práticas de operários no espaço e horário da fábrica, através das quais reempregam restos materiais para fins não lucrativos, mas criativos. São práticas microscópicas que subvertem a ordem do tempo industrial de exploração e dominação, no coração mesmo da economia moderna: a fábrica (1994: 87-88).

Meu argumento é que o uso de eletrodomésticos, móveis, roupa e outros objetos trocados nas lojas de usados é uma forma de reemprego deste tipo. As lojas de usados são a meu ver um circuito de comércio que, se usando da lógica da mercadoria, estabelece no entanto uma lógica paralela de troca de objetos que saíram do circuito dos “estabelecidos”³². O que outros não querem mais, o que outros consideram inútil, é resgatado do lixo, ao que talvez nunca chegou, e inserido em um circuito comercial particular: “briques”, “brechós”, margens das feiras livres nas cidades onde eles ocorrem.

Existem consumidores para esses produtos. E existem lojistas dedicados a trocá-los. Trocá-los: eles os compram, investem seu capital neles e dispõem de uma coleção

³² Jogo com o par estabelecidos x *outsiders* (Elias & Scotson, 2001).

mais ou menos diversa para os clientes que deles necessitarem e puderem pagar o preço por eles fixado, inferior claro ao dos produtos novos e baseado em outros critérios.

Na parada 6 da estrada Remião e na vila Elo Dourado, existem alguns destes comércios. Minha entrada em campo começou por um deles. Seu dono, Brilho, é um grande narrador. Consegue dar conta diante da *audiência* do modo em que desenvolve a comunicação, além do conteúdo referencial desta, e consegue que ela fique presa à sua conversa, que pode ser “enquadrada” (Bauman, 2002: 123) com um “Fica aí, deixa só contar esta história”. O próprio espaço da loja conta com cadeiras suficientes para improvisar uma roda de conversa a qualquer momento.

De um lado, Brilho conta histórias que se aproximam das histórias de milagres nas quais, segundo De Certeau, os dominados introduzem o protesto e exploram a incongruência entre fatos e sentidos (1994: 77).

Do lado das histórias fantásticas, há outra fala na qual Brilho entra com seus interlocutores de forma diversa, dependendo quem estes sejam. Trata-se do que Michel De Certeau chama de “espaço polemológico” constituído na linguagem da ordem dominante, onde os dominados só falam a verdade em voz baixa. É nesse reemprego da linguagem hegemônica através de uma *performance* particular que me vou focar.

4.3.1 Evento performativo no Brik: “bom para trocar”³³

Numa manhã de fevereiro (2008), estava eu no Brik junto a Brilho, sua esposa e sua filha, presenças excepcionais na loja devidas à minha visita. Estávamos conversando ao ritmo da entrada e saída de clientes quando em algum momento chegou um homem jovem oferecendo alguns objetos para a venda: resistências para chuveiro e fita isolante, nos pacotes de fábrica.

Brilho fez algumas perguntas depois de olhar para onde nós estávamos (as mulheres): “Tu ganhou? Tu comprou?...”. Não ouvi a resposta final do jovem que suava muito, mas Brilho não comprou, embora o jovem tivesse pedido “... para me ajudar...”. O implícito que pairava no ar era que objetos empacotados, e vários do mesmo tipo, não são usados, não provêm do descarte feito por uma família, e podem ser o produto de um roubo.

³³ Jogo com a frase de Lévi-Strauss (1964) sobre os sistemas de classificação totêmicos como “bons para pensar”; e também com o parafraseado feito por Peraino (2000: 11): ritos são “bons para pensar e bons para agir”. É neste último sentido que penso o evento performativo analisado.

Brilho falou para ele: - “Tu sabe qual é minha situação [pausa]. Eu sou cristão [é Testemunha de Jeová] e não posso te comprar coisas que chegam assim, desse jeito.”. Eu vejo nessa enunciação o que Giesen (2006: 350) chama de “drama moral”: uma *performance* onde o estado interior do ator e sua autenticidade contam para a eficácia desta.

O jovem foi embora, nossas conversas continuaram, outros clientes chegaram. Perto do meio-dia, teve lugar o que eu descrevi no meu diário como “A cena do segundo cara das resistências”. “A cena” é a negociação entre o vendedor e o dono da loja. O homem apareceu segurando os pacotes de resistências para chuveiro na mão, os mesmos que tinham sido rejeitados por Brilho um par de horas antes. Levava na mão também um objeto pelo menos desorientador: um protetor auricular desses que se usam na construção junto ao martelo pneumático. Brilho aderiu-se quase de imediato àquele objeto, “inútil” se olhado por uma perspectiva utilitária ou puramente mercantil, transformado, no entanto, em “eficaz” recurso comunicativo por Brilho.

Brilho começou por mostrar sua eficácia para isolar do barulho. Experimentou nos seus ouvidos e logo nos obrigou, sua esposa e eu, a sentir também o isolamento do barulho exterior que o objeto fornecia. Finalmente, colocou de novo o protetor auricular e fingia não ouvir sua mulher nem o homem. Esse foi o ponto alto do evento aqui apenas resumido. O homem não teve como esconder o riso. Todos rimos.

Estava apontando uma regra do local: “sou eu quem decide o que escutar e quando”. Assim, desatendeu os oferecimentos e pedidos do vendedor de resistências, anulou por um breve momento o diálogo e conseguiu congelar um pouco a negociação: uma torneira ficou fora do trato, o protetor auricular em primeiro lugar e as resistências com “resistência” (permitindo-me um jogo) ficaram. Brilho fixou o preço. O outro queria “7 pila”, ou seja R\$ 7. Ele deu R\$ 5.

Por que interessou o protetor auricular a Brilho? Por que o vendedor apresentou as resistências junto a ele?

Entre os princípios éticos de Brilho, eu tinha descoberto, no enquadre do exercício junto aos colegas de Antropologia Visual, que ele negocia com objetos velhos mais do que com novos. E isso está ligado ao princípio de não comprar produtos de roubos. No entanto: “Têm objetos tão velhos e estragados que quem os rouba lhe faz um favor ao dono!”. Isso não seja interpretado como ele comprar objetos roubados se forem velhos, mas que, se por acaso ele comprasse um objeto velho sem saber que era roubado e

afinal o era, ele estaria desculpado por lidar só com sucata e liberar do lixo os antigos donos.

O protetor auricular era velho, usado, seu antigo dono estaria usando um novo agora. Aliás, esses objetos em geral, não pertencem a um indivíduo, mas a uma empresa, talvez uma empresa pública, estatal. Então, é um fazer com sucata (Certeau, 1994), uma pequena subtração a um sistema de emprego que paga mal e que deixa fora uma grande massa de pessoas.

O drama moral (Giesen, 2006) performatizado por Brilho tem a ver com o cruzamento de dois valores, ambos de sinal positivo (no sentido de serem considerados desejáveis, bons) na sociedade em geral. No entanto, na situação concreta, pareciam entrar em conflito, ou indicar prescrições de ação contraditórias. Aliás, tendo em mente o par “estabelecidos x *outsiders*” (Elias & Scotson, 2001), cada um desses valores pode ter uma importância desigual para uns e outros nas “hierarquias” ou “escalas” de valores próprias de cada grupo.³⁴

Interpreto a *performance* de Brilho como a legitimação da concessão: um pouco de honestidade, se olhado da perspectiva dos “estabelecidos” (não se deve negociar com objetos roubados), em troca de um gesto solidário com alguém que precisa e está claramente do lado dos *outsiders* (“Eu vejo... que tu é uma pessoa humilde.”). Ou seja, um reemprego da linguagem dominante que oscila entre o direito à propriedade privada e uma espécie de solidariedade dos oprimidos que bem pode ir contra aquele direito. Uma *performance* que consiste, como diz De Certeau, na construção de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos, um ato que “instaura um presente relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um contrato com o outro (o interlocutor) em uma rede de lugares e de relações” (1994: 40).

A operação foi uma espécie de transitiva, mas somente dos objetos. A “aura” (Benjamin, 1975) de objetos roubados perdeu-se na operação. Como? Através da palavra. O segundo vendedor parece ter achado as “boas respostas” sobre a origem dos objetos: ele os comprou. E Brilho fez sua parte: comprou objetos que alguém comprou de alguém, o que veio antes pode ser momentaneamente omitido no relato e assim a

³⁴ Não estou postulando uma divisão rígida da sociedade em grupos fechados com valores incommensuráveis. Pelo contrário, minha pesquisa baseia-se na ideia de que a sociedade moderna define formas sociais específicas mais ou menos compartilhadas por seus membros e assumo como parte dessas configurações a desigualdade e a geração de estilos de vida diferentes, porém sempre relativos uns aos outros. Como o próprio Elias (2001) indica, a demarcação do adentro e do fora são construções dinâmicas feitas na interação.

nova narrativa aí produzida, acima da prática, comunica e constitui uma memória sobre as regras do local.

O comentário, a metanarrativa (Bauman, 1986: 98), veio quando o homem saiu da loja e foi sobre as resistências: “Eu acabei ficando com as coisas [e algo assim como], esses dois me tontearam”. Disse “eles”, quer dizer, ele tinha plena consciência da transitiva desde o primeiro vendedor até ele, mas mesmo assim ficou com os objetos indesejados. Outros comentários fecharam a *performance*: “Eu pegaria um gravador e gravaria todas as histórias que eu ouço estando aqui”. Estava informando: histórias comovedoras de necessidade e de obrigação de ajudar o próximo.

A “atuação” de Brilho mobilizou diversos recursos verbais e gestuais, culturalmente eficazes para a comunicação desejada no contexto da loja e da negociação particular. O pretense vendedor tinha que sair da cena informando sobre algumas regras de adequação do local (Certeau, 1996; Gomes, 2002), os princípios de ação “certos” dentro do Brik e, provavelmente, na vila e no bairro todo.

Alguma versão dessas regras devia ficar clara para mim. Digo alguma versão porque provavelmente Brilho tenta se comunicar comigo enquanto membro da sociedade dos “estabelecidos”, falando a linguagem mentirosa do espaço polemológico (Certeau, 1994) e não me considerando parte de sua comunidade linguística (Sherzer e Bauman, 1989). E, finalmente, a sua filha adolescente estava também sendo informada sobre os comportamentos aceitos no local e no grupo familiar, ou pelo menos, sobre a *performance* a mostrar em presença de estranhos (no caso, eu).

Faço estas afirmações a partir do papel atribuído por Gomes (2002) ao comércio étnico de Belleville como espaço de socialização dos imigrantes para sua nova vida em Paris. No Brik acontece algo semelhante, é um espaço social onde as próprias práticas são informativas, contrastadas o tempo todo com o olhar da audiência, dos clientes, vizinhos, parentes.

Aliás, a audiência deve funcionar como um amplificador dos “ensinamentos” que aí têm lugar, o “lance” será contado de novo e assim as regras serão afirmadas mais uma vez, como acontece com os relatos de partidas de jogo. Assim, tanto o jogo, neste caso a *performance* da negociação, como as narrações que faremos os testemunhas e/ou participantes, constituem uma forma de memória, seguindo Michel De Certeau (1994: 84): “Memorizadas bem como memorizáveis, são *repertórios de esquemas de ação*

entre parceiros. Com a sedução aí introduzida pelo elemento surpresa, esses memorandos ensinam as táticas possíveis em um sistema (social) dado.”

Mas não apenas neste sentido considero a *performance* de Brilho como constitutiva de memória. As histórias mais ou menos fantásticas por ele narradas carregam também imagens da cidade e da Lomba em relação ao resto da cidade, que na troca e na partilha com seus interlocutores constituem uma memória das suas experiências urbanas; enfim fazem parte da memória coletiva da cidade (Cf. Eckert e Rocha, 2005).

Essas histórias remetem para suas paisagens portoalegrenses, habitadas por ele e seus parceiros de juventude ou por personagens mais ou menos legendários da cidade. Através de um relato de uma noite indo em busca de “um som para dançar”, ele não apenas conta a si próprio como o moço negro cultor da *black music* que ainda longe das responsabilidades da vida adulta gastava o tempo nas ruas da cidade. Ele narra essas ruas tal como elas se constituem na sua Porto Alegre imaginada, lembrada, sonhada. No que diz respeito à Lomba do Pinheiro, Brilho soube nos contar (ainda no enquadre do exercício de Antropologia Visual) eventos que dizem respeito à ruralidade do passado do local, à falta de iluminação elétrica nas ruas, à falta de ônibus e daí a necessidade de se deslocar a pé, especialmente à noite. Assim, por exemplo, uma excursão noturna pode surpreender os caminhantes com “um ataque a pedrejadas” em uma estrada Remião que ainda não era asfaltada, em cuja beira havia uma exuberante vegetação. E antes de se descobrir a origem do ataque, a história pode ter uma reviravolta: um carro que passa e os ocupantes deste que acreditam serem os rapazes caminhantes quem realizam o ataque. A tensão não pode durar muito, e enquanto a *audiência* se mostra presa da intriga, Brilho conta: não eram pedras, eram morcegos voando muito rápido na escuridão, saindo do mato e atravessando a estrada, batendo contra as pessoas e os carros que eventualmente passassem por ali.

Na evocação dos gestos de apropriação da cidade, as caminhadas por excelência, essas paisagens e personagens se perpetuam na memória, enquanto espaço fantástico (Cf. Eckert e Rocha, 2005), para além dos efeitos do tempo sobre a materialidade da cidade. O papel do narrador (Benjamin, 1993) como perpetuador dessa memória vem à tona. Brilho domina essa “arte de dizer” (De Certeau, 1994) que conta os lances, as astúcias e os milagres e mistérios de uma cultura popular. E ele faz questão de executar essas *performances*.

Em uma ocasião, junto aos colegas Anna, Guilherme e Rafael, quando o uso de aparelhos de gravação de som e vídeo havia se tornado um estímulo para Brilho performatizar suas histórias, ele chegou a enquadrar uma narrativa da seguinte forma:

Brilho: Toca música de fundo, aí.

Outra voz: Ta-ta-tam...

Brilho: Agora a voz fica um pouco mais grave, um tom mais grave. [pausa] Lomba do Pinheiro. [pausa]1985.

[intervém a esposa, é ignorado seu mínimo comentário]

Brilho: Eu Fulano de Tal e Tal, (Hugo) Brilho...

Esposa: Hugo! [Ele não se chama Hugo]

Brilho: ...conheci na Goiás, o Gilberto. Falava-se que era um daqueles personagens históricos da Lomba do Pinheiro. Sabe? Um... um... com'ê que se diz... uma pessoa que... que... que nasce e vive... com'ê que o nome?

Eu: Eeee... é um... nativo!

Brilho: É um nativo, isto! Da Lomba do Pinheiro. E esse homem, cara...

(Som gravado em 16 outubro 2007)

E contou para nós um evento que ele teria vivido na parada 11 da Lomba, trazendo assim referências à paisagem do local antes das transformações recentes. Dessa vez, ele estava esperando um ônibus e não era à noite. Eram oito da manhã e mesmo assim um personagem fantástico apareceu, o tal Gilberto, um ex-reservista ou ex-soldado (há lugar para algumas ambiguidades no relato) da Segunda Guerra Mundial:

[...] Só que de repente, de manhã, umas oito horas da manhã, eu tou na parada do ônibus, na parada 11. E daqui a pouco, cara, eu nunca tinha visto aquilo, passa um cavaleiro, com cavalo, (...) espada, com uma capa do Zorro [ele próprio ríe], uma espada atravessada, gritando – com'ê?- “Ahhh, aiiuu Silver!”. Digo: olha lá, é o Gilberto, cara. O Gilberto louco, doidinho (da Silva). Voando naquele cavalo, com a capa do Zorro. Voando naquele cavalo pela faixa [estrada Remião]. (Som gravado em 16 outubro 2007)

Desta forma, ele conta uma história de velhice e de loucura e insiste que o Gilberto morreu de velho e era muito saudável. De alguma forma, Gilberto é um herói de guerra, embora não fique claro se lutou na guerra ou se nunca saiu da Lomba. Mas o que conta é que tem honra e conserva o poder das armas, embora transfigurado pela loucura:

E ele morava alí (...) ali naquelas terras, na nove, naquele pedaço dele ali. [12.56] Então tu chegava na casa dele, ele conversava contigo assim, normalmente, como (se fosse) normal. Mas, (...) e ele mostrou pra nós, as armas. Ah... era uma... uma garrucha, três canos [13.11], na parede, assim. E tinha uma espingarda, calibre 20, também. Tudo na parede ele botava, tinha espada, machado e mostrou as medalhas também, que ele lutou (na Segunda) Guerra. Mas, eu acredito que a guerra deve ter deixado ele meio... (Som gravado em 16 outubro 2007)

É parte da narrativa também o contraste entre a antiga e a presente configuração daquele território. Assim conta as transformações na parada 9: “Tem ainda. Aliás, tem mas (...) tem a madeireira agora construída, o barranco não existe mais. Existe um barranco, mas a madeireira em cima”.

Estas e muitas outras histórias foram ouvidas no espaço de Brilho. As visitas que realizava junto aos colegas de Antropologia Visual lhe davam ocasiões especiais para executar suas *performances* narrativas: só a equipe de estudantes constava de quatro pessoas, mais algum frequentador ou *habitué* que chegasse, conformávamos uma audiência relativamente numerosa que ocupava o espaço da loja. Havia que distribuir e arrumar as cadeiras, ficando ele no lugar central de um semicírculo. A porta sempre aberta da loja permitia ao “espetáculo” ser percebido pelos pedestres, além da semelhança do local com um palco, por se encontrar a uma altura superior à da rua.

Não voltei a assistir estas *performances* com tanta audiência. No entanto, Brilho sempre estava disposto a contar alguma coisa e, especialmente, a evocar.



Imagem 5. Memória no pedaço



Imagem 6. Artes de fazer

Capítulo 5

Entre controvérsias de sentido: memórias em conflito

Os relatos relativos à urbanização desse espaço da cidade começam por volta da década de 1960. No ano 1965, foram inauguradas as primeiras moradias da Vila MAPA I, e pelo menos um morador do Elo Dourado disse ter chegado junto com sua família no ano 1963, para ocupar o terreno onde hoje funciona o colégio Villa Lobos, na rua Santos Dias da Silva.

No entanto, os relatos dos pioneiros do que ia ser o Elo com os quais pude interagir não vão mais para trás do início da década de 1990.³⁵ Estes antigos moradores ocuparam áreas próximas das margens do que hoje constitui a vila. Eles alugavam o terreno, não as casas, de Seu Osmar de Oliveira Remião, a princípio o dono da área.

Houve claro, pessoas que moraram ao longo do século XX nessas e em outras terras dos Remião. Os relatos são confusos. Alguns dizem que estes primeiros habitantes estavam autorizados a ocupar essas terras em troca de trabalho ou serviços prestados nas propriedades da família, em uma configuração de tipo rural. Outros falam em contratos mais ou menos informais de arrendamento.

Um desses personagens é “o Charuto”, um homem que já morreu, ou que foi morto, que vendia ferro velho e sucata. Segundo algumas versões, ele havia muito tempo que alugava terras de Seu Osmar e, na época da formação do Elo, ele não estava pagando o aluguel. Alguns dizem que ele continuava morando ali porque cumpria a função de cuidar das terras em face dos potenciais invasores. Outros relatos dizem, por sua vez, que ele teria sido despejado não por ação do Seu Remião, mas por ação da própria Cooperativa, que depois iria aterrar essa área para loteá-la.

O recâmbio populacional deve ter sido completo, a julgar por este tipo de relato, uma vez que a vila foi se conformando como tal, e aquelas terras ainda cobertas de mata nativa saíram da influência direta de Seu Osmar Remião.

Em *Memória dos Bairros. Lomba do Pinheiro* (PM, 2000), lê-se que, em um contexto de política habitacional direcionada para as classes médias e em meio à chegada de contingentes de migrantes rurais de forma massiva às metrópoles brasileiras,

³⁵ Em *Memória dos bairros. Lomba do Pinheiro* é informado que o “Elo Perdido” [Sic] começou a se formar no início da década de oitenta (PM/SMC, 2000: 148).

começaram a engordar os “cinturões de pobreza” urbanos. Isso teria acontecido na Lomba do Pinheiro nos anos de 1960 e 1970, com a chegada de migrantes, cuja origem inicial foi as zonas litorâneas do estado de Santa Catarina para, em seguida, começar a chegada de “gaúchos da fronteira e das zonas coloniais” (PM, 2000: 96). Em continuidade, os autores lamentam as transformações que se seguiram a este processo:

Muitos foram os loteamentos implementados neste decênio. Os loteadores, com a participação do proprietário, promoveram uma ocupação de terrenos que, circunstancialmente, extrapola os limites legais. Enfim, continuamos a ver os casebres e malocas se proliferando e tomando conta das verdes paisagens da Lomba do Pinheiro. Aos poucos, a urbanidade vai invadindo a região, e as tradições do tambo de leite e das chácaras, que produziam alimentos, vai declinando. (PM, 2000: 97).

Lamentações desse tipo encontram-se com outros discursos que vêm nestas transformações do espaço a perda de um tipo de configuração social desejável ou lamentam as perdas em termos ambientais. Aqui, gostaria de sublinhar no trecho supracitado o fato de duas figuras serem indicadas como atuando juntas na implementação de loteamentos que “extrapolam os limites legais”: os loteadores em si, espécie de agentes imobiliários informais, e os proprietários de terra, como Seu Osmar. Agora, quais terras eram loteadas e como? E qual a relação entre loteadores e proprietários?

5.1. Lógicas de chegar, motivações para ficar

Uma vez que tomava contato com moradores do Elo Dourado, tentava saber como chegaram para morar ali. As pessoas que narram sua chegada entre os anos de 1993 e 1998 contam invariavelmente que quando eles chegaram “isso aqui era tudo mato”.

Não consegui reconstruir por meio dos depoimentos dos moradores a diferença estabelecida por Nádia e Cláudia, ex-alunas da escola Rafaela Remião, entre uma primeira ocupação não organizada de terras atrás dessa escola em inícios da década de noventa e uma segunda ocupação coletiva de metade dessa década. Esta segunda teria sido liderada por um homem que seria algo como um vendedor encoberto de liderança social ou político, e as terras corresponderiam às ocupadas em volta da Cooperativa Elo Dourado. A primeira ocupação, onde fica a casa de Dona Rosana (Cap. 4.1), não pertenceria originalmente ao Elo.

Enquanto tive contato com o projeto de regularização da vila, o qual se encontra na sede da Cooperativa, sob a forma de projeto de urbanização, um plano relativamente simples que vi só uma vez; interpretei que o projeto abrange as terras atrás da escola, ou pelo menos, boa parte delas. Aparece neste plano a rua semicircular que vai desde a Airton Sena até a entrada da vila, ao lado do atual estacionamento da escola, antigo terreno ocupado por uma igreja. A igreja ainda aparece no projeto do Elo.

Esse projeto de urbanização que estaria sendo levado adiante através da Cooperativa Elo Dourado abrange uma porção de terras mais ou menos trapezoidal, que entre as estradas João de Oliveira, Lourenço Mariante, a rua B, aos fundos do Jardim da Lomba, e a Avenida Santos Dias da Silva, estruturam-se ao longo do eixo viário Airton Sena, por enquanto uma rua de chão. Ao final desse eixo (sentido Remião–Dias da Silva), foi-me explicado na Cooperativa que há poucas famílias morando entre os muros do Colégio Villa Lobos ali situado, e um “valão”, ou corrente de água. A área não é habitável, tendo risco de inundação, e seria uma área mínima deixada fora dos limites da escola. Essas poucas casas não pertencem ao projeto do Elo Dourado.

Em uma das primeiras conversações com Rosângela, ela me disse que o Elo começou com uma invasão. Eram meus primeiros passos dentro da vila, e suponho que eu esperava escutar uma versão que contradissesse as ouvidas fora da vila, especialmente as carregadas de valorações negativas que associavam os invasores com o crime e a violência. Ela repetiu: “Uma invasão”. E depois me explicou que outros foram os invasores. Rosângela mora no mesmo terreno, sobre a Afonso Mariante, há mais ou menos 16 anos (desde 1992 aproximadamente). Mas ela não é invasora, declara. Ela alugava do “velho Remião”, que “durou muito”, quase até os 90 anos, e que até os últimos anos morava na casa convertida hoje em Museu, e atendia pela “janelinha”. Nessa janela –contou em outra oportunidade– ela foi bater para conseguir o terreno onde hoje mora. Sua cunhada, que já morava no local, avisou-lhe que as pessoas que ocupavam esse terreno tinham ido embora depois de uma briga:

[...] isso aqui na época quando eu peguei aquilo lá, os que moravam ali dizem que quase se mataram e aí a mulher... o homem se mandou, fugiram de noite, levantaram tudo e ficou o terreno vazio. E bem no dia eu fui bater na janela do veio. (Rosângela, entrevista de 17 de setembro de 2008)

Seu Remião disse então que se ela gostava daquele terreno podia ficar. E assim chegou ao local, para ocupar um terreno que precisou aterrorizar para construir sua casa. Ele

alugava com promessa de venda e entregava recibos para as pessoas. Não permitia construções de alvenaria, apenas de madeira.

Rosângela me conta que depois da morte da esposa ele foi para Tocantins. Tentei conferir se estava compreendendo bem. Perguntei se falávamos de Tocantins, no norte do Brasil, e ela disse que sim, que ele foi morar com “uma namorada que tinha” e “morreu por lá”. Cética, convenci-me um tempo depois, pesquisando na internet, que se tratava da Rua Tocantins, à esquerda da estrada Remião, próximo à Avenida Bento Gonçalves. Outro morador não pertencente à rede de Rosângela confirmou, tempo depois, a versão de Rosângela. A distância explicaria o descuido das propriedades.

Segundo o que comecei a entender por meio de Rosângela, Seu Remião tinha um ou dois capatazes em locais estratégicos do que hoje constitui o Elo, para cuidar das terras. Um deles teria começado a vender lotes clandestinamente, do lado mais baixo (mais perto da Vila MAPA), por ser o menos visível da casa dos Remião. Ao descobri-lo, Seu Remião tentou recuperar as terras, e para tal teve que entrar na justiça.

Por sua vez, um outro grupo de pessoas teria começado a invadir outro setor da propriedade. O juiz teria aconselhado a Seu Remião que negociasse com os moradores a venda das terras. Essa seria a origem da Cooperativa.

Rosângela, não invasora, mas locatária, entrou na Cooperativa vendo a conveniência de se agrupar para conseguir a compra das terras. No início ela não participava, não mais do que qualquer outro morador da dinâmica da Cooperativa. Hoje pertence à rede de moradores que se estrutura em volta desta.

Ao final desses primeiros encontros, fiquei confusa em relação à situação da Vila perante a Prefeitura Municipal. Consegui entender, e esse relato foi recorrente, que os moradores associados à Cooperativa contrataram um engenheiro para relevar a área. Isto seria requisito para avançar com o processo de regularização diante dos órgãos públicos competentes. No entanto, aquele engenheiro não concluiu o trabalho e foi embora deixando apenas aquele primeiro plano que eu pude ver. Segundo esta narrativa, a falta desse requisito faz com que o processo de regularização da Vila esteja parado.

As categorias que apreendi entrando na Vila pela Cooperativa foram duas. Os cooperativistas entre os que, por sua vez, estão “os que pagam e os que não, os que se interessam e os que não”; e os novos invasores, situados “à beira do valão”. Estes últimos, quando a vila for regularizada – que é o objetivo da Cooperativa – seriam removidos.

Na rede de Rosângela conheci Estela, já apresentada. Esta mulher pequenina que ora trabalha como doméstica, ora costura toalhas em casa para vender nas redes de parentes – vizinhos espalhadas pelo Elo e aos arredores situa-se entre os invasores, um dos grupos que chamo de “pioneiros” do Elo. No entanto, quando ouvidas com atenção as próprias palavras de Estela, acontece uma reconfiguração no sentido do significante “invasor”:

Estela: Quando eu vim pra cá era mato fechado. [...] Só tinha casa aqui nas volta, porque aqui o dono daqui botou casas nas voltas, pra pessoas morarem só nas voltas. E daí isto era mato fechado porque aí não tinha como invadirem, n’ê? Mas, daí houve invasão. A gente invadiu lá pela MAPA. Eu fui uma das invasoras.

Eu: Tu te contas como invasora?

Estela: Sim. Porque quando eu vim pra cá era mato fechado. A gente vinha abrindo picada pra entrar.

Entrevista gravada, 17 de setembro de 2008

No início da pesquisa, entendia as narrativas sobre invasores e invasões como implicando na entrada à força em local alheio, que são algumas das acepções do termo na língua castelhana. Ao longo da pesquisa, construí um par antitético formado por “legal” x “invasão”. E interpretei o segundo termo como carregado de um sentido negativo, que faria envergonhar a quem se lhe aplicasse e que pode ser proferido para ofender alguém. A narrativa de Estela, e a partir dali muitas outras, inclusive vistas em retrospectiva, contribuíram na tarefa de relativizar minha interpretação.

Eis mais um jogo da memória: e se os “pioneiros” se orgulham da invasão e conquista do mato? Se a domesticação da flora é mais importante na definição de “invasor” do que o estatuto jurídico da relação? Porque há uma, ou melhor, múltiplas relações entre indivíduos diferentes, socialmente desiguais, operando na definição dessa categoria nativa. Ainda mais, há várias definições entre os próprios moradores da vila. Entendo, e tentarei mostrar que essas definições inventadas no minúsculo do cotidiano, parafraseando De Certeau (1994), se espalham através de e em meio a redes de indivíduos. Como já mostrei, Rosângela e Estela partilham algumas redes. Portanto, apresento a perspectiva de ambas.

As palavras de Estela, e as minhas, mostram como na interlocução etnográfica tive que ir entrando nos universos de significação destas e de outros moradores do Elo. O percurso está cheio de perguntas “descabidas” e dos esforços das outras pessoas para me ajudar a entender, cada um em sua perspectiva. Assim, Estela narrou sua experiência de invasão como duas tentativas de tomar o terreno marcado por outros, e acaba contratando um aluguel diretamente com o dono das terras:

Estela: [...] A gente vinha abrindo picada pra entrar. E aí o pessoal foi invadindo, foi entrando, foi entrando... Eu perdi três lugares. Entrei num, me tiraram. Depois entrei noutra, me tiraram. [ri]

Eu: Como é que é? A polícia vinha tirar vocês?

Estela: Não, não, não. As próprias pessoas que moravam, que estavam. Quando dá uma invasão, tu vem e tu marca um terreno. [...] Mas, tu tem que ficar ali. [...] Daí vem outro e pega. Aí eu vim e entrei num terreno que já tinha gente. Aí eu fui expulsa. Foi o terreno dos índios... ali onde moram os índios, ali. Tava naquele terreno e me tiraram. Aí eu vim mais pra cima e fiquei no terreno onde hoje mora o alemão, ali a... do lado daquele que se matou. Aí eu perdi também. Aí eu fui lá e falei com o dono. Aí já estavam invadindo tudo, né? Já tinham vindo pra cima. Aí quando eu falei com ele ali ele me botou naquele ali. Onde moro até hoje.

Eu: Te botou o dono?

Estela: Ele me deixou entrar. E que quando cheguei, nessa época, ele já estava alugando os terrenos... [...]Aí já entrou um aluguel. Entendeu?

Eu: Ahá. Quando ele te deixou, ele te cobrava aluguel?

Estela: Aí eu já fiz contrato de aluguel e tudo. Porque até... nessa parte aí já estava tudo invadido.

Além de assinalar que não há índios morando dentro do Elo, apenas nas proximidades, gostaria de sublinhar que Estela, mesmo tendo alugado diretamente do dono, se diz invasora. Quando tento confirmar essa qualificação, responde que é invasora: “Porque quando eu vim pra cá era mato fechado”, usando o causativo “porque” como nexos. E, finalmente, ela disse que o dono a “deixou entrar” porque nessa época, 1993 aproximadamente, “ele já estava alugando os terrenos” e “aí já estavam invadindo tudo”. Não ficando clara, mais uma vez, a relação entre aluguel e invasão.

Outros teriam invadido o mato e a propriedade do Remião, ela teria invadido o mato; quanto à propriedade, o dono “deixou” ela usufruir. Não há uma valoração do fato de “invadir” nas palavras de Estela. Ela conta os lances que lhe permitiram chegar a obter o lugar para construir sua casa e abrigar sua família. Penso em termos de “lances” tal como o faz De Certeau (1994), como uma ação que aproveita a ocasião, um golpe não planejado, de tipo tático e não estratégico. Isto não supõe uma falta de orientação, razão pela qual penso as práticas cotidianas como parte das formas de agência (Ortner, 2006), no caso, o agenciamento do projeto da moradia própria.

Estela e sua família, como outros moradores do Elo, saíram de uma localidade fronteira com o Uruguai e vieram para a capital do estado em busca de uma vida melhor. Morara um tempo em casa de parentes, na Vila MAPA e, como ela conta, sonhava com a casa própria:

Aí quando começaram a invadir, que eu soube que estavam entrando lá por baixo, aí eu também vim, n' é? Eu vinha do interior, morava na casa dos outros, queria meu espaço. Eu vim também.

Outros invasores pioneiros não permaneceram no Elo. Segundo as minhas interlocutoras, algumas pessoas invadiam visando a venda e o lucro posterior. Dona Célia, quem também conta haver participado do que me parece a “conquista do mato”, narra que ela comprou sua terra de um invasor que foi embora. Ela narra também que seu genro “pegou (...) de alguém que tinha invadido, mas que deixou o terreno e foi embora”.

Entre as explicações para o abandono dos terrenos por alguns pioneiros, estas mulheres contam o sucesso que elas percebem nessa conquista da natureza e na conformação de uma moradia digna de pessoas honestas, que domesticaram esse espaço para abrigar suas famílias:

Célia: [...] Todo mundo tinha vontade de ter o seu pedaço de terra, de ter sua casa. E foram construindo na sua... muitos se uniram, muitos não, claro. Porque eles acharam que não valia a pena se unir com outros. Mas, quem se uniu, quem lutou e conseguiu... isso aí, n'ê? Eu acho que...

Estela: Que na realidade muitos assim, quando existem as invasões, eles vem, eles invadem, eles não tem aquela necessidade, sabe? Eles invadem pra revender, para vender pra outros... [...] Outros vem, invadem, porque acham que o lugar não vai crescer, que não vai desenvolver e ali é um ponto bom pra maconha, pra briga, pra droga, pra tudo. Então eles vêm aqui e ficam. Aí quando eles vêm que a coisa começa a melhorar, que as pessoas começam a se acomodar, que eles vêm que tem um... que vai se transformar, ali eles caem fora porque não é o espaço deles. Não tem como eles ficarem até porque se melhora mesmo aí já tem mais movimento, polícia... Vendem, vão embora...

Entrevista gravada, 17 de setembro de 2008

Percebi várias vezes entre pessoas de fora a associação entre “morar na vila” e “estar fora da lei” ou “ser criminoso”. Uma vez, depois de uma atividade no Museu, fui convencida de não ir “me enfiar ali”, na Vila, pois era o final da tarde e poderia ser perigoso. Como escreve Maria Carman (2008), embora o medo seja uma experiência frequente e até cotidiana nas cidades modernas, e os cidadãos podem se sentir ameaçados em qualquer lugar da urbe, há uma tendência a reificar os enclaves populares como fábricas ou “usinas de medo”.

Diante dessa atribuição de identidade, os moradores recorrem insistentemente a se diferenciar, como nos depoimentos anteriormente citados. Assim, quando eu tentava colher narrativas sobre a conformação da vila, frequentemente ouvia relatos sobre um tempo já extinto, onde o crime, os criminosos, a marginalidade ou a violência teriam imperado no Elo. Estes relatos de alguma forma enquadram os olhares externos que “ainda hoje” vêm no Elo um reduto de traficantes, um local marginalizado, uma “usina de medo”. Enquanto entre atores externos pude ouvir que o Elo é lugar de moradia de

traficantes ou ladrões que ali se escondem, entre os moradores os verbos são conjugados no pretérito:

Mônica: Não, porque isso aqui é um exemplo. Do início... do que era isso aqui.

Estela: [tinha só casa] de papelão.

Mônica: Porque tu entrava aqui adentro... a pessoa que não conhecesse e entrasse aqui [pensaria:] “Ah, é um vilão bravo”.

Estela: Era um vilão...

Mônica: Eram umas pessoas assim... do pior... que possa imaginar. Tinha de tudo um pouco. Tinha pessoas descentes. Quê que aconteceu com o tempo? As coisas foram mudando, foi melhorando...

Estela: ...eles foram ficando...

Mônica: ...eles foram e foram dando lugar pra outras pessoas descentes que queriam ter uma vida... n'ê?

Entrevista gravada, 17 de setembro de 2008

Chamo atenção aqui, como o faz Maria Carman (2008), sobre o fato de não apenas os cidadãos das camadas médias encerrados em bairros privados, casas gradeadas, estacionamentos vigiados, etc., terem medo. Como propõe Cornelia Eckert (2007: 63):

Neste processo a pesquisa antropológica coloca a preocupação de desdramatizar as disposições morais desta cultura do medo que propaga limites de sociabilidades, engodos do mercado de segurança, segregação espacial, discriminação e desconfiança do outro.

Os moradores das vilas, ou melhor, alguns moradores das vilas e de outros enclaves populares também estão expostos às ameaças do crime e da violência urbana, tal o caso de Dona Rosana, referido anteriormente (Cap. 4.1). E isso sem contar o medo de serem despejados em meio a longos processos pela regularização jurídica da ocupação e do uso da terra. Mas há que se estar atento às discursividades que reproduzem esta cultura do medo pelos meios de comunicação de massa e por entidades oficiais e interiorizadas pelos habitantes. Nesse ínterim, os estudos antropológicos brasileiros como de Alba Zaluar (1994), para o caso do Rio de Janeiro, Teresa Caldeira (2000), no caso de São Paulo, e o de Maria Cristina Giacomazzi (1997), para o caso de uma vila em Porto Alegre, são significativos em apontar os processos de construção de narrativas sobre a criminalidade e a discriminação, bem como as lógicas de resistência e crítica dos grupos estigmatizados em suas formas de expressão. No caso de minha pesquisa, o medo em face do despejo, por exemplo, os fez organizarem-se na forma de uma cooperativa, uma ação plena de agência, se bem que não isenta de paradoxos e conflitos, como veremos a seguir.

5.2. “Chico pedalada” e Seu Osmar

Na maior parte do tempo de pesquisa, percebi o Elo Dourado como uma unidade fundiária, antiga propriedade de Seu Osmar Remião. As diferenças internas a essa unidade viriam dadas pela forma de chegada dos diversos moradores. Sendo basicamente duas. Para os “pioneiros”, a invasão ou o aluguel do solo, com trato direto ou mediado com Seu Osmar Remião. Os outros moradores teriam chegado em tempos mais recentes, através da compra da casa de alguns dos que denomino “pioneiros”.

Quanto ao mediador entre Seu Remião e os primeiros locatários, havia poucas informações. As primeiras versões diziam que ele começou negociar as terras do “velho”, como é chamado por muitos, sem o conhecimento deste. Este loteador duplamente ilegal teria aproveitado sua condição de capataz ou vigilante da parte baixa das terras (sobre a Dias da Silva), e o descuido no qual Seu Remião teria deixado cair essas terras, para tirar lucro pessoal. A princípio entendi que ele vendia os lotes. Depois fui compreendendo que ele alugava o solo, do mesmo modo que outros relatos me indicavam que Seu Remião fazia na parte alta das terras (sobre a Mariante): as pessoas podiam apenas construir casas de madeira. Todas as versões continuavam sendo consistentes: em terras rurais, apenas se arrendava o solo e era preciso não fazer construções demasiado sólidas nem duradouras. Mas as reviravoltas da pesquisa me levaram a encontrar um grupo de moradores, da dita parte baixa da vila, que teria descoberto que aquelas terras não pertenciam a Seu Osmar Remião. E, além disso, que aquele loteador quase mítico do qual só tinha pistas teria atuado não apenas com conhecimento do Seu Osmar, mas sob suas ordens. Ele era o tal “Chico pedalada”, de nome Hamilton e sobrenome nunca mencionado por nenhum interlocutor.

Em um sábado à saída do curso pré-vestibular no qual eu participava como voluntária no Museu, Cláudia passou-me o contato de uma mulher que seria liderança de uma associação de moradores do Elo Dourado, paralela à Cooperativa. Eu estava tentando fechar o trabalho de campo, enfrentando o trabalho da escrita etnográfica e o processo de seleção para doutorado no PPGAS, UFRGS. Guardei o telefone que Cláudia escreveu para mim em um papelzinho. No verso, o convite para a estréia da segunda peça do grupo de teatro do IPDAE, “Angélica”, que iria ser dia 28 de novembro, na parada 7.

Ao ligar, expliquei para ela que eu era a estudante de antropologia que pesquisava ali na parada 6 e no Elo, que a gente se conhecia de vista do Museu. mas que eu não

sabia que ela fazia parte de uma associação. Disse que estava interessada em falar com ela e ouvir sua versão sobre o Elo. Expliquei que não sabia que existia uma associação paralela à Cooperativa e pedi para me encontrar com ela na sua casa ou no Museu. Combinamos um dia, às seis da tarde. Ela disse que me pegaria no Museu, ao descer do ônibus, voltando do trabalho, e que já iríamos vendo vizinhos “trabalhadores” com os quais eu deveria falar para meu trabalho ser completo.

Naquela tarde, cheguei por volta das 5 horas ao Museu. Ali fiquei conversando com Cláudia e Rafa, o menino morador da Vila MAPA que trabalha na biblioteca desde que comecei a frequentá-la. Às 18 horas eles fecharam a biblioteca e o Museu e eu saí com Rafa, que atravessava o Elo Dourado para chegar à MAPA. Descendo pela Airton Sena, encontramos Cristina e sua filha. Ela pediu para a filha ir até a escola olhar os resultados de uma prova e comentou comigo que sua filha terminara o ensino médio e que estava certa de ela ter passado. Eu me despedi do Rafa e continuei a conversar com Cristina.

Ali mesmo, na rua, ela me perguntou o que exatamente eu queria para o meu trabalho. Expliquei que meu objetivo não era a questão jurídica, mas compreender as peculiaridades da vida no Elo, sem deixar de levar em conta que se trata de uma vila “irregular” e que há a questão da regularização fundiária. Nesse sentido é que entrei em contato com a Cooperativa, e até onde eu sabia essa era a forma em que os moradores estavam organizados na tentativa de obter a propriedade legal das terras que ocupam. Cristina decidiu apresentar-me um casal de vizinhos. Estávamos quase na porta da casa deles. Chamamos e entramos. Assim conheci Eduardo e Rosário.

Desde a primeira conversa telefônica, Cristina disse que “a cooperativa visa lucro”. Minha versão dos fatos, e fui obrigada a expô-la, era que a cooperativa é intermediária no pagamento dos lotes de terra ao seu Edemar Remião, filho de seu Osmar. Sabia que uma quantia mensal era cobrada dos moradores, e devia ser repassada a seu Edemar. Comentei que a versão me pareceu razoável.

Segundo estes interlocutores, a cooperativa pressiona alguns moradores a pagar sob ameaça de serem despejados: têm os que pagam sob pressão e têm os que não se deixam pressionar. Têm outros que pagaram grande parte do preço originalmente fixado e que, faltando pouco para “quitar”, lhes foi negado o seu direito de propriedade. Para representar o pessoal da cooperativa, haveria segundo eles o envolvimento de um advogado, sendo este vinculado à antiga vereadora Maristela Maffei. Ainda segundo os

dados obtidos nas últimas entrevistas, há moradores que usam o espaço da cooperativa em benefício próprio, têm arrumado suas próprias casas com o dinheiro dos moradores, e acabaram com o espaço dedicado ao lazer que é a área onde não somente construíram a sede da cooperativa, mas, também, venderam lotes para a construção de casas. Também acusam moradores de terem aterrado uma área que “era tudo mato” para vender lotes de terra em benefício próprio.

Outro ponto dessa conversa diz respeito ao nome da associação, o mesmo da rua principal da vila. Cláudia havia comentado sobre a “associação de moradores do Elo”, sendo o nome jurídico Associação Comunitária Airton Sena. Imediatamente perguntei quem tinha nomeado então a rua principal da vila como Airton Sena. Cristina foi enfática: “Nós, os moradores, muito tempo antes da Cooperativa existir”. Também disse que na mesma época se nomeou a vila como Elo Dourado, pois era conhecida como Elo Perdido. Junto a outros interlocutores, ouvi relatos segundo os quais este nome referia ao fato do Elo ser um reduto de criminosos que ali se escondiam da lei.

Há então uma complexidade de atores cujas ações e áreas de influência se superpõem, se contrapõem, e às vezes correm paralelas. Em todo caso, a única que não compreendia todas as posições dos atores em seus papéis sociais era eu. Entre eles há domínio razoável das posições e opiniões de cada um em uma rede que corresponde a uns quinze anos de inter-relação.

Cristina chegou ao Elo há quinze anos, o que daria o ano de 1993 como data de chegada. No entanto, ela é moradora da Lomba do Pinheiro desde antes de mudar para o Elo. Como ela própria explicou, muitos dos moradores do Elo eram moradores das proximidades e, quando foram criando novos núcleos familiares, começaram a construir, comprar ou alugar moradias perto dos seus núcleos familiares de origem, expandindo-se entretanto em novas ruas e entradas. Ela morava na parada 2.

No encontro com Cristina e os outros, ouvi pela primeira vez uma narrativa da conformação do Elo segundo a qual essas terras não seriam todas de propriedade do Seu Osmar e, portanto, do único herdeiro vivo que é Seu Edemar. Segundo eles relatam, eles descobriram indo nos cartórios pesquisar que a parte onde eles moram era propriedade de dois irmãos do Seu Osmar –Hélio e Alípio.

Já tinha ouvido relatos sobre a existência de um capataz do seu Osmar que estava ocupado de cuidar as terras “do velho” no que, olhado desde a estrada Remião, seria os fundos do Elo. Além de Cristina, outro interlocutor tocou no tema. Seu Eduardo morava

na Vila Mapa e, segundo ele próprio, veio morar ali antes da própria Vila Mapa existir como tal. Sua mãe mora na casa do lado, e eles conhecem bem os personagens da Lomba como o seu Osmar. Também Rosário, a esposa de Eduardo, toca no assunto. Ela é originária de Bento Gonçalves, no interior gaúcho, e veio para Porto Alegre em 1993. Desde 1994 mora com Eduardo na casa que eu conheci, na rua Airton Sena.

Havia obtido informação sobre a existência de um capataz do Seu Osmar que estava ocupado de cuidar as terras “do velho” no que, visto desde a estrada Remião, seria os fundos do Elo. Isto é, as terras que têm limite com a Vila Mapa e com a Rua B. Segundo aqueles primeiros relatos ouvidos, esse capataz começou o loteio das terras que tinha sob seus cuidados, e, depois, as pessoas começaram a invadir, dando continuidade ao processo de ocupação iniciado pelos fundos pelo capataz e, pela frente, pelo próprio seu Osmar, quem alugava lotes do lado da Mariante.

Na versão dos novos interlocutores, Cristina, Eduardo e Rosário, as terras “dos fundos” não pertenciam ao seu Osmar, e o loteio clandestino feito pelo seu capataz não lhe era alheio. O capataz era “Chico pedalada”.

Cristina, Eduardo e Rosário, moradores da parte baixa do Elo, terras mais próximas à Avenida Dias da Silva, chegaram ali por meio do “Chico”. Cristina, em 1993, e Eduardo e Rosário, em 1994. Isto é, na mesma época em que Rosângela e Estela alugaram diretamente de Seu Osmar, na parte alta da vila:

Cristina: Chico Pedalada. O Hamilton, ele foi... o Osmar deu uma procuração pra ele colocar o pessoal aqui nestes terrenos, n'ê? Aí, ele marcava 10 x 30 o terreno, a pessoa alcançava um valor de 70 reais pra ele, pra ele...

Elisa: No meu 30.

Eu: Por que tu pagou 30? Tu chegou depois e pagou menos. Mas, pra mesma pessoa?

Elisa: Paguei menos...

Eu: Era o mesmo cara na tua época?

Eduardo: ... se não tivesse...

Cristina: Isso aí era para as despesas dele de casa, então. A princípio estabeleceu um valor, mas, se a pessoa não podia negociava.

Eduardo: Sim, mas depois já foi pra 250, até 300...

Cristina: ...dependendo da necessidade dele... [risos]

O diálogo supracitado teve lugar na casa de Eduardo e Rosário. Desta vez, Cristina convidou uma outra vizinha, Elisa, que chegou ao Elo em 1997-98 e pagou menos para obter um lote marcado pelo capataz de Osmar Remião. Diante de minha pergunta, eles explicaram que o preço era fixado pelo próprio Chico Pedalada e, como começa a dizer Eduardo, “com o tempo foi aumentando”. O freio para continuar loteando teria provindo do próprio Remião. O limite para o loteamento a cargo do capataz foi o limite entre as terras de propriedade do Seu Osmar e as dos seus irmãos:

Eduardo: Depois já foi aumentando... Aquele já pegou um bom dinheiro aqui em cima.

Rosário: Mas o velho já estava trancando. Quando passou na terra do velho ali, ele já estava trancando junto com velho.

[...]

Eduardo: Aí quando ele não quis botar mais ninguém, o pessoal invadiram. [...] invadiu tudo. Aí não teve como segurar mais, n'ê? Depois que invadiram...

Para estes interlocutores, a invasão teria acontecido nas terras altas ou médias como consequência do freio no processo de loteamento iniciado por Chico Pedalada.

5.2.1. Seu Osmar em cena

Neste ponto, gostaria de introduzir de novo a figura de Seu Osmar Remião tal como ele aparece nas narrativas dos moradores da parte baixa da vila que, buscando um caminho alternativo aos procedimentos da Cooperativa Elo Dourado, acabaram descobrindo que “o velho” não era dono legítimo de todas as terras que ocupa a vila.

Esta figura em todas as narrativas colhidas é quem “deixa as pessoas morar” ou quem “dá terras” para as pessoas morarem, mas, ao mesmo tempo, obtém lucro cobrando aluguel. No entanto, para os moradores da Associação Airton Sena, é preciso considerar igualmente as ações do “Chico pedalada” neste processo.

Certo, outros depoimentos falaram de um capataz que marcava lotes na parte baixa da vila, mas apenas meus novos interlocutores dizem que o capataz é Chico pedalada e que este atuava com uma procuração de Seu Osmar “assinada em cartório”. Uma vez que é descoberto que as terras da parte baixa e média da vila não lhe pertenciam, o procedimento de Seu Osmar entra também na ilegalidade. Ou pelo menos, possibilita a ação de usucapião por parte dos moradores.

Rosário diz que uma sobrinha do seu Osmar considerava o seu tio um falcatrú por ter feito isto e muitas outras coisas. Segundo Rosário, uma vez que a própria sobrinha o considera um sem-vergonha, eles não podem fazer menos, levando em consideração todas as histórias que dele sabem por terem as experimentado ou por terem as ouvidos. No caso de Rosário, a fonte dessas histórias é seu marido, Eduardo, e particularmente sua sogra. Seja assinalado: ela valoriza a sogra como guardiã da memória do local. Embora assinala que o próprio Eduardo é também um portador de memória do grupo, valoriza a sogra pelo fato de ser mais velha e conhecer o local desde há mais tempo. Suspeito que ela também deva ser uma boa contadora de histórias.

No caso deste tema, os personagens constroem-se de forma tal que validam certas práticas. Há uma série de mecanismos simbólicos que se ativam: “o velho” é ruim, até os parentes acham isso. As terras não são dele, e isto os habilita, junto com a total omissão do “verdadeiro” proprietário, a apresentar o recurso de usucapião.

Quem mais sabe é quem mais sabe por tê-lo vivido, é portador de um prestígio maior e torna-se uma voz a ser especialmente escutada, tendo inclusive influência sobre o comportamento dos outros. No caso, conhecer a história do passado, como é o caso da mãe do Eduardo, a torna forte em sua fonte de memória, para apresentar recursos diante da Justiça, favorecendo uma mudança estrutural: as terras estão sendo outorgadas aos ocupantes.

Para além da eficácia destas narrativas para a concretização do projeto dos moradores de obter a regularização de sua situação jurídica, elas dizem respeito a uma memória na qual Seu Osmar Remião é um personagem de destaque. Poderia se dizer que ele ocupa metaforicamente o lugar dos poderosos nessa memória. E segundo esta “arte de dizer” popular, os embates contra ele parecem contar outras numerosas “lutas” marcadas pela desigualdade.

Nas fotos expostas no Memorial da família Remião–Museu Comunitário, aparecem os pais e dois filhos de Seu Osmar, o casal Osmar e Marieta e Afonso Mariante, pai adotivo da mãe de Osmar. Não há ali nenhuma referência aos irmãos. Foi em entrevista com Dona Fátima, a diretora do IPDAE, que escutei uma primeira referência aos irmãos de Osmar de Oliveira Remião:

Fátima: O Afonso deixou em herança para Rafaela toda aquela propriedade. Rafaela casou com João de Oliveira Remião, e tiveram o Osmar de filho. O Osmar, dos cinco irmãos, era o mais inteligente, o mais... que soube conservar a terra, os restantes perderam.

Eu: Perderam, que? Venderam?

Fátima: Venderam, bebiam, não sabiam administrar.

Referia-me às terras em frente o Museu, as terras do Elo. Tentava confirmar mais uma vez o processo de herança através do qual Osmar Remião acabaria administrando as terras herdadas por sua mãe de Afonso Mariante. Foi então que descobri que essas terras deveriam ter sido herdadas por cinco pessoas e não apenas por Osmar Remião. Sabendo que as propriedades de Afonso Mariante se estendiam entre a parada 4 e a 8, ou entre a 5 e a 9, segundo diversos relatos, não pensei naquela hora que houvesse alguma disputa dentro da família pela pequena área, em termos relativos, do Elo Dourado.

A partir do meu encontro com as descobertas dos moradores agrupados na Associação Airton Sena, comecei a interpretar o depoimento de Dona Fátima de outra forma. A “inteligência” do Seu Osmar seria a astúcia de ter aproveitado a provável falta de cuidado dos irmãos e/ou dos seus herdeiros em relação àquelas terras. Segundo meus interlocutores, haveria uma área dentro do Elo que o próprio Osmar ganhou por meio do recurso de usucapião. Também é verdade que os relatos são ambíguos, pois, nessa área, morava “o Charuto”, um homem que teria sido deslocado pela Cooperativa Elo Dourado que depois teria loteado esta, obtendo lucro e desmatando vegetação nativa. De qualquer forma, a possibilidade do próprio Osmar ganhar terras por usucapião fala nessa “inteligência” ou astúcia e abre espaço para ação dos moradores associados:

Elisa: [...] E aquela área ali diz que não era do Remião. Aquela área ele ganhou por “usucapião” por cuidar. Aquela área ali do Charuto.

Cristina: Também ele iria fazer a mesma coisa com a área de baixo, daqui.

Elisa: Ele ganhou aquela área ali de “usucapião”.

Cristina: Faria a mesma coisa com área de baixo aqui. Ele entraria com usucapião, ele ganharia, e aí, sim, a gente ia estar pagando aluguel o resto da vida para ele.

Eduardo: Ah, com certeza...

Cristina: Para ele fazer usucapião e nos repassar a área, a gente faz por nós mesmos...

Nas minhas caminhadas e conversas junto aos moradores e a outros atores locais, fui compondo uma imagem daquela área nos tempos em que “era tudo mato”, segundo a qual os limites e a vigilância dos limites da propriedade fundiária eram frouxos. Ou, pelo menos, não todos os proprietários faziam produzir esse solo, o que fica expresso pelo fato dessa área ter conservado sua vegetação original até os tempos da urbanização massiva apenas depois da década de oitenta e mais certamente nos anos de 1990. Voltando para o depoimento de Dona Fátima, faz sentido então que os irmãos de Osmar tenham “abandonado” essas terras cobertas de mato e, em consistência com os depoimentos dos moradores, é claro que o único que ao menos “botava” pessoas para morar ali, e cuidar das terras, era Seu Osmar. Talvez, a invasão dos novos moradores haja estimulado Seu Osmar não apenas a pedir a restituição de posse das áreas que havia herdado de sua mãe, Dona Rafaela, mas também a encaminhar o recurso de usucapião sobre as outras terras. Diante das novas circunstâncias, transformação do território, demanda de solo para moradia e ausência ou descuido dos outros proprietários, Seu Osmar teria jogado um lance tático: uma jogada com o tempo, o aproveitamento da oportunidade não buscada, uma prática e não um discurso (Certeau, 1994).

Podemos pensar, no entanto, que Seu Osmar fizesse questão de monopolizar o controle dessas terras. E, ainda, que esse controle junto ao controle do comércio na

região, do poder policial e do poder de mediação com políticos e funcionários do governo, fosse usado em favor próprio como forma de controlar a força de trabalho, de obter lucro e de manter uma posição hierárquica que redundasse em autoridade. Nesta hipótese, poderíamos identificar na sua atuação traços do que Carvalho (1997) distingue como “mandonismo”. Segundo o autor, este conceito refere-se:

[...] à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.

Carvalho, 1997: 2

Há certos indícios da conduta do Seu Osmar enquadrar-se neste conceito. É claro que na década de 1930 o processo de “formação de cidadania” estava marcando o declínio das formas da “política tradicional”. É preciso considerar, além disso, que o cenário aqui analisado pode ser um cenário rural, mas trata-se de uma região rural na periferia de uma cidade, capital de Estado. Se bem que os deslocamentos para o Centro eram raros, e eram os proprietários e comerciantes que monopolizavam o traslado de mercadorias e correspondência; não era impossível para as pessoas que ali moravam sair da esfera de “domínio” destes poderosos. De qualquer forma, parece-me interessante assinalar que outros atores contemporâneos de Seu Osmar teriam atuado orientados pelo mesmo *ethos*.

Por exemplo, como parte do meu acompanhamento das atividades do Museu Comunitário e Memorial da família junto a professores de escolas do bairro, tive oportunidade de ouvir um depoimento de uma professora e moradora da Lomba sobre o Seu Chiká. Há na Lomba do Pinheiro uma escola pública chamada de Maria Chiká. O terreno para a construção desta teria sido doado por Seu Chiká, outro proprietário da região, mais ou menos contemporâneo de Seu Osmar. O relato da professora contava como nos últimos anos Seu Chiká era chamado para formalizar a doação. Ele se apresentava, mas pegava a caneta e fingia que dormia. Depois de um tempo dormindo, acordava e ia embora.

Longe de tentar demonizar estes personagens, tento trazer a ambiguidade com a qual eles são lembrados. Em particular, Seu Osmar Remião desdobra-se na memória local ora como o bem-feitor que deixava os pobres morarem nas suas terras e além disso dava trabalho para eles, ora como o “pistolão” que intimidava as pessoas quando não

queria que estas invadissem suas terras ou quando lhes queria impor o pagamento de rendas ou aluguéis.

Segundo Eduardo, lembra de Seu Osmar como o dono das terras: “ele gostava de brigadianos”. Esta narrativa diz respeito aos seus contatos com funcionários e a como ele acionava esses contatos para impor sua autoridade. Em alguns casos, ele se fazia acompanhar de brigadianos. Trata-se, pois, de pensar a fundação do local levando em consideração os traços de violência simbólica, para parafrasear Pierre Bourdieu, que carregam muitas das relações envolvidas nesse processo ou seja, os jogos de poder e persuasão que aparecem relatados pelos moradores locais em seus esforços de reconhecer a trajetória do lugar.

5.3 Interregno: uma festa junina

Em 2008 não teve festa de dia das crianças nem festa junina na Cooperativa. No entanto, consegui participar tanto de uma festa de dia das crianças em uma vila vizinha do Elo, convidada por Estela e acompanhada por parentes e vizinhas do Elo, quanto de uma festa junina que se realizou no Museu.

Festa “junina” fora de data. “Festa julina”, brincou Cláudia no telefone quando eu liguei para confirmar a festa junina para a qual tinha sido convidada; marcada para 28 de junho, a festa foi adiada para 5 de julho por causa das chuvas. Nessa manhã, comprei na feira os doces para levar. Como me foi indicado por Cláudia, procurei os doces que são tradicionalmente consumidos nas festas de São João no Brasil: pé de moleque, paçoquinha, bolo de milho, etc. Como não sei distinguir praticamente nenhum deles, comprei um doce redondo e duro com amendoim e melado e umas rapaduras de coco. A festa começava à uma da tarde e tinha hora de finalização (às 6). Cheguei perto das 15hs. A festa ainda não tinha começado. As pessoas já estavam lá, mas não tinha acontecido a atividade central da festa que era um “casamento na roça”, representado pelo grupo de teatro que estava funcionando havia um tempo no Museu. Como já havia acontecido em outras oportunidades, Cláudia deixou sua câmera fotográfica comigo e tirei algumas fotos do evento. Enquanto a peça não começava a ser encenada, algumas brincadeiras iam acontecendo e alguns se mantinham em pequenos grupos. A maioria dos presentes eram membros da orquestra do IPDAE, na parada 18, ou membros do grupo de teatro, na 6. Havia alguns pais, mães e irmãos pequenos como espectadores.

Rafa estava fantasiado de Cupido, o Anjo do amor. O motivo era a festa do casamento na roça, que evoca uma prática do nordeste (ou do norte) brasileiro. Os personagens são os “caipira”, camponeses pobres e na maior parte analfabetos. É claro que esse é um estereótipo. A peça toda parece uma brincadeira ritual sobre as formas em que se tecem relações no “interior profundo” do Brasil, ou pelo menos, como são significadas certas relações em um Brasil tal como é imaginado e narrado coletivamente. Uma jovem grávida casa na igreja, e um homem armado, aqui chamado de *sheriff*, junto aos seus ajudantes, garantem que ninguém entre os que assistem à cerimônia se oponha nem que o noivo tente fugir ao compromisso. Segundo o próprio pessoal do teatro me explicou (tive oportunidade de conhecer a professora de teatro), o que eu ia assistir era mais de gaúchos do que de caipiras. Mas eles me falaram que o sotaque e as expressões linguísticas que ia ouvir eram características dos caipiras nordestinos. Também me disseram, tudo isto antes da representação ser levada adiante, que eles tinham construído um roteiro onde os personagens estavam um pouco transmutados. Assim, eu ia ver um padre bêbado.

Entre as brincadeiras que aconteciam enquanto a peça não começava, uma chamou particularmente minha atenção, e tempo depois veio ao encontro dos relatos dos meus interlocutores sobre o personagem de Seu Osmar, em tanto “mandão” na Lomba rural. O *sheriff* estava empenhado junto aos seus colaboradores em apresar as pessoas e levá-las para a delegacia (uma salinha atrás do galpão onde acontecem aulas e oficinas, na qual há um acervo de livros que espera ter espaço na biblioteca ou melhores condições de conservação). A brincadeira, que parece ser típica das festas juninas, consiste em pedir resgate ou pagamento de resgate pelas pessoas presas. Pareceu-me uma brincadeira ritual, com algo de carnavalesco, das arbitrariedades das autoridades policiais nesse interior brasileiro profundo. Segundo me foi contado, nessa festa faltaram algumas outras atividades lúdicas próprias das celebrações de São João: corrida de sacos, corrida levando um ovo em uma colher mantido na boca, etc. Depois do casamento na roça, a brincadeira da prisão foi retomada e levada mais a sério: quase todo mundo foi preso.

Por que parece-me uma brincadeira ritual? Eu, enquanto observadora estrangeira, fui informada no próprio evento da natureza da festa. Ela própria é um ritual de mudança de estação relativo ao calendário agrícola, própria do meio rural. Por sua vez, é tida como uma festa que recria personagens de um interior rural longínquo: o norte e o

nordeste são frequentemente representados entre os gaúchos, os brasileiros mais sulinos, como o lugar do “outro” menos culto, menos moderno, mais pobre. Nesse contexto, o casamento na roça parece trazer, pelo menos para estes atores, um drama da vida de uma sociedade à qual eles não pertencem. Neste sentido, que os participantes da festa encenem a maior autoridade local e brinquem com seus abusos de poder é uma abertura para um momento de antiestrutura (Turner: 1974). O *sheriff* poderia ser um coronel autoritário relacionado às oligarquias rurais que dominavam o Brasil pré-republicano (Cf. Carvalho, 1997). Se o povo que celebra São João pode durante o tempo extraordinário da festa “imitar” o comportamento de quem os oprime, pode de alguma forma subverter essa ordem, até refletir sobre ela, para depois retornar às relações tal como elas são tecidas no cotidiano, àquela estrutura (Turner: 1974) social da qual eles participam no lugar da opressão.

O grupo de teatro do Museu não abriu esse espaço de reflexão. Eles apenas estavam recriando a festa de São João como uma festa alheia, por serem eles jovens urbanos, mas ao mesmo tempo uma festa própria que se celebra em todo o país, nas escolas, por exemplo; um ritual que foi tirado do seu “cosmos” original. No entanto, poderia se pensar esse ritual de “outros” longínquos no espaço como sendo um ritual de “outros” no tempo, os antigos moradores da Lomba, por exemplo. É quase uma ironia que essa reflexão haja sido provocada no espaço do Museu Comunitário e Memorial da Família Remião, mas a mimese do coronel do Brasil latifundiário disparou na minha imaginação a lembrança dos depoimentos dos meus interlocutores sobre a figura do mandão.

5.4 Os de cima e os de baixo

A partir das descobertas sobre o final da pesquisa, uma nova divisão territorial pôde se estabelecer em relação à constituição do Elo Dourado: as terras da parte “alta”, contíguas às estradas Remião e Mariante, propriedade de Seu Osmar; as “do meio”, propriedade de Alípio de Oliveira Remião; e as terras da parte “baixa”, contíguas à Avenida Santos Dias da Silva, propriedade de Hélio de Oliveira Remião.

As terras altas começaram a ser loteadas pelo próprio Osmar Remião. Por sua vez, nas terras de baixo e nas do meio, o loteamento teria estado a cargo do Chico pedalada, através de procuração dada por Seu Osmar:

Eu: Ta, então, assim: quando tu fala “o Remião deu uma procuração pra esse Chico Pedalada...”

Eduardo: Ele deu um papel.

Cristina: Não. Foi assinado em cartório tudo.

Eduardo: Deu um papel pra ele...

Cristina: ...assentar as famílias...

Eduardo: ...as pessoas que não tivessem onde morar. Pra ele dar pras pessoas. Aí, ele foi dando. Só que o Remião deixou bem claro, que era pra deixar bem claro pras pessoas que era pra fazer uma casa de madeira e um banheirinho. E depois ele ia cobrar aluguel das pessoas. Ele ia começar a cobrar aluguel das pessoas. De tanto que ele (veio). Ele foi até no botequinho da minha irmã, (...) o cara passou: “Ah, já tem um negocinho. Então tá bom...”. Andou visitando aqui as pessoas, n’ê. Mesmo com brigadiano (...)

A invasão teria se registrado nas terras de cima diante da negativa do dono de continuar loteando. Da invasão teria decorrido o pedido de reintegração de posse diante da justiça, e da invalidade dos procedimentos do próprio Remião teria decorrido o “conselho” do juiz de negociar a venda com os ocupantes. Essa seria a origem da Cooperativa. No entanto, uma vez que grande parte das terras não pertence a Seu Osmar Remião, a intermediação da Cooperativa junto a ele só teria validade para as terras “de cima”.

Gostaria de sublinhar no trecho de entrevista citado anteriormente que as pessoas acham o procedimento do Seu Osmar irregular porquanto ele mandou seu capataz lotear terras que não lhe pertenciam e das quais ia cobrar aluguel. No entanto, as mesmas pessoas falam que Osmar Remião fez uma procuração para o capataz “dar [terras] pras pessoas” que não tivessem onde morar, e que então “ele foi dando”.

Quando eu tento saber por que finalmente Seu Osmar acabou não cobrando esse aluguel, meus novos interlocutores respondem que devido à entrada em cena da Cooperativa. Eles falam na Cooperativa em terceira pessoa, pois não se identificam com seus procedimentos, se bem que no início eles participaram nela:

Elisa: [Osmar] Remião entrou com ordem de...

Rosário: ...de despejo.

Elisa: ...de reintegração de posse. Eles montaram a Cooperativa rápido e entraram no... lá no sistema aí de... do governo, pra segurar a ordem de despejo. Aonde [...] montou a tal de Cooperativa essa. Aí montou, fez uma reunião, todo mundo foi. Todo mundo foi aprovado, 50 real por mês. Todo mundo aprovou dar 50. Todo mundo. Uns queriam dar 30, uns queriam dar 20, aquela coisa toda. Mas, só que ninguém pagou. Ninguém pagava. Uns pagavam. Eu paguei muito.

Eduardo: Eu pagava.

Cristina: Tu pagou.

Estes moradores, da parte baixa do Elo, teriam conseguido desvendar duas situações irregulares: a apropriação indevida de Osmar Remião das terras de dois dos seus irmãos e a tentativa da Cooperativa de cobrar a terra de todos os moradores quando em verdade só as da parte alta entrariam na negociação com Osmar Remião.

Até a entrada em cena da Cooperativa, os moradores da parte baixa da vila, entre os que se contam meus novos interlocutores, acreditavam que todas as terras do Elo pertenciam a Seu Osmar Remião. Segundo Eduardo: “Sim, era dele, nós acreditávamos que era dele. Nós só fomos deixar de acreditar quando foi montada essa Cooperativa”.

Através de pessoas que conheciam em um município vizinho (Canoas), estes moradores ficaram sabendo de agentes que fraudavam associações de moradores irregulares e identificaram o advogado que atuava na Cooperativa Elo Dourado como uma das pessoas denunciadas em Canoas. Rosário guarda cópia do material no qual estas denúncias foram difundidas. Isso junto aos procedimentos em particular desse profissional diante dos questionamentos dos moradores fizeram este pequeno grupo de pessoas acionar outras redes de contatos para reivindicar seus direitos. Rosário conta como foi o seu processo pessoal de afastamento e descrédito na Cooperativa:

Eu paguei. Eu paguei até quando eu cheguei ao seguinte: eu cheguei ali em cima [na Cooperativa] numa reunião e cheguei e perguntei “eu quero saber onde as terras estão registradas”. Foi ali que o Felisberto [o advogado] chegou e [bateu em cima] da mesa e me disse “vai ser a primeira da lista [de despejo]”. “Pois então...” -bati de volta, tava com ele [o filho hoje adolescente de 13 anos] no colo- “Pois então, eu quero ver se eu vou ser a primeira da lista. Eu vou procurar advogado agora!”. Daí eu liguei pra uma advogada, ta, conversei com ela e tudo, e que ele não tinha direito de me despejar. E foi ali que eu comecei a desconfiar até o último fio do cabelo deles.

A atitude intimidatória do advogado não teria sido isolada. Meus interlocutores falaram em moradores que continuam pagando a parcela mensal à Cooperativa “sob pressão de despejo”. Eles narraram também que uma vez que estes moradores desiludidos com a Cooperativa iniciaram processos de usucapião, este advogado tentou desestimulá-los. De um lado, Elisa conta que ela não entrou com pedido de usucapião porque acreditou nas palavras do advogado. De outro, Cristina conta como os vizinhos chegaram a ficar divididos pela alternativa tomada pela minoria desiludida:

Cristina: A princípio eles questionaram nós, não pagantes, (...) que eles tinham que pagar por nós, n'ê? Mas (...), eles querem pagar paguem! A gente chamou eles pra entrar junto com nós com o usucapião, n'ê?

Eu: “Eles”, os outros vizinhos que estão deste lado daqui que é do Alípio, mas que... ninguém sabe?

Cristina: Sim. Sim, sim. Chamamos todo mundo, mas... aí... ninguém quis...

Elisa: Não, mas é que aquilo... Sabe por que é que eu nunca quis entrar com usucapião...

Cristina: Até que (nós queríamos) pegar dinheiro...

Elisa: ...porque na época o Felisberto falou... quando começou surgir o papo de “usucapião”, “usucapião”, eles fizeram uma reunião e foi todo mundo. Eu participava das reunião. Ia em todas! Todos os domingos ia pra ali.

Eu: Na Cooperativa?

Elisa: Era na igreja.

Eu: Ta, mas era o pessoal...

Elisa: ...da Cooperativa, é. Aí quando surgiu esse negócio de “usucapião”, caiu nos ouvidos dele, do advogado. Aí ele fez uma reunião, chamou todo mundo. Aí ele explicou pras pessoas que estava ali, pra todo mundo, que “usucapião” não ia... eles não iam ganhar “usucapião”

aqui, porque “usucapião” tem que ser uma área que nunca tivesse envolvida com justiça e aqui a área tava envolvida com justiça. Então não tem como entrar com “usucapião” que ninguém ia ganhar. [...] Por isso que eu nunca me envolvi com esse negócio de “usucapião”. Mas, se eu soubesse, eu tinha entrado também.

Essa conversa foi muito reveladora da confluência de visões entre os moradores. Elisa é uma vizinha que em princípio questionou as ações dos seus vizinhos da parte baixa, que não apenas deixaram de participar e de pagar a parcela para a Cooperativa, mas que, além disso, buscaram eles próprios formas de acesso à justiça e terminaram criando uma associação de moradores. A associação foi criada pela necessidade de ter uma pessoa jurídica que permitisse aos dissidentes agir diante dos órgãos municipais e federais. Isto aconteceu em 2001. Dessa forma, conseguiram o acesso a documentos que provariam que a terra que eles ocupam não pertence ao seu Osmar e que, portanto, eles não ficam compreendidos na ação de intermediação da Cooperativa.

O irmão de uma moradora era vereador, e ele teria ajudado o grupo a levar adiante as primeiras ações. Particularmente, esta ajuda é narrada como oferecimento “dessa força pra gente buscar”, como a transmissão de informação e de alguns saberes que orientaram essa busca:

Eu: Vocês tiveram um apoio de pessoas que estavam...

Cristina: Com certeza. Se não nós estávamos perdidos. Nós não sabíamos por onde começar. Então [precisávamos] de alguém que realmente entendesse...

A capacidade de ação fica ligada neste depoimento à posse de um capital: o conhecimento de como o sistema jurídico e o aparato do Estado funcionam, provavelmente também o capital social, ou seja, a possibilidade de influir em uma rede de atores especialmente posicionados na arena política ou na burocracia estatal. Isto contrasta com o depoimento de Elisa citado anteriormente. Ela não possuía nem uma rede social onde obter outra informação nem o saber que lhe permitisse contestar o que advogado da Cooperativa tinha dito para os moradores. Então, ela acreditou. Atualmente, ela também diz estar desiludida com a atuação da Cooperativa. Mas, ao longo da conversa com seus vizinhos e comigo, ela várias vezes mostrou não estar completamente informada sobre os processos iniciados pelos vizinhos ou sobre a validade dos procedimentos da Cooperativa. Este contraste é expressivo da falta de escolha à qual muitas vezes os pobres urbanos ficam presos. Como assinala Maria Carman (2008), seguindo Pierre Bourdieu, os moradores de vilas e outros enclaves irregulares podem ficar “atados” ao local, mesmo sofrendo situações de violência,

insegurança ou fraude, pela falta de capitais que lhes permitam se movimentar para outros espaços da cidade.

O caso da Associação Comunitária Airton Sena parece-me um exemplo de uma forma de agência para além do campo de possibilidades (Velho: 1994) da maioria. Neste sentido, tentei saber se as trajetórias das escassas famílias envolvidas apresentavam alguma peculiaridade. Eduardo é um trabalhador do transporte coletivo urbano atualmente aposentado. Ele participou de uma cooperativa de trabalhadores rodoviários e ali teve uma experiência de desvio de dinheiro dos associados por parte de um diretor. Eduardo era, portanto, cético desde os primeiros tempos a respeito da palavra de advogados e outros funcionários investidos de um poder que, parafraseando mais uma vez Caldeira (1984), é visto muitas vezes pelos moradores da vila como “o poder dos outros”. Há uma vizinha, que não conheci, cujo irmão foi o vereador que os ajudou, e Cristina também estava vinculada a alguém que atuava politicamente na municipalidade de Canoas; isto é, capital social através do qual obtiveram uma cota de influência no campo político e no aparato do Estado. Finalmente, Rosário diz ter sido “uma aventureira”, pois ela não tinha nenhuma experiência de militância social nem política. Cristina também se identifica como aventureira e atribui o sucesso do empreendimento à ajuda recebida:

Eu: Não, ia só te perguntar... porque ele tem a experiência anterior da Cooperativa dos rodoviários, tu já tinha experiência assim de...

Cristina: De trabalho comunitário, não.

[...]

Cristina: Não, na verdade, não. Não tinha nenhuma experiência com relação a isso, mas, o pessoal todo ajudou e...

Rosário: Eu sim. Eu fui uma aventureira. Não entendia de nada...

Cristina: É, não. Eu também fui aventureira. Eu também fui aventureira, eu também não conhecia nada! Mas, cada vez que a gente tinha uma dúvida, tinha alguma coisa que nos trancava, a gente ia na Câmara. O pessoal ali na Câmara nos arrumava uma força e... predispor a pessoas pra vir pra cá e tudo pra nos (...). Então, é aquilo. O que aconteceu? A gente não esmoreceu, n'ê? Mas a gente teve bastante ajuda, tipo “Vai, vai, que dá certo. Vai que dá certo. Já nos mostraram outras comunidades que tinham conquistas, por quê que nós não?”.

Vale assinalar que a Cooperativa Elo Dourado também teve vínculos com políticos da esfera municipal e, igual à Associação Airton Sena, a princípio eram políticos do PT (Partido dos Trabalhadores). Isto tem a ver com uma forma de ação política exercida por vereadores que parece ser comum nas cidades brasileiras.³⁶ Segundo Delaine Costa (2006), há um modelo de mediação entre eleitores e governo

³⁶ Sobre o tema da ação política de vereadores no Rio de Janeiro, sugiro o trabalho de Karina Kuschnir, intitulado “Eleições e Representação no Rio de Janeiro”. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 2000. v. 1. 95 p.

executivo municipal próprio de vereadores que incorporam à sua prática os termos “participação popular”. Costa realizou uma etnografia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde identificou algumas formas de ação próprias destes vereadores, os quais não pertencem a um único partido. No caso do Elo Dourado, é significativo os políticos atuantes como mediadores das duas ações coletivas que conheci serem do PT. É importante assinalar que esse partido alcançou o governo municipal em Porto Alegre no ano 1989, e sua gestão é lembrada nesta cidade como uma gestão com alta participação popular. Uma dessas formas de atuação identificadas por Delaine Costa para o Rio de Janeiro é a pressão sobre o executivo municipal, encaminhando-lhe demandas dos atores sociais. Tanto neste caso como quando o vereador passa ele próprio a implementar serviços que são demandados pela população, as “lideranças comunitárias” e “associações” locais são tidas pelos políticos como os interlocutores válidos em uma tentativa de institucionalização do “nós”. Isto em contextos urbanos onde diferentes agentes disputam a autoridade, o controle e o domínio dentro das “comunidades” locais (Costa, 2006: 85). Assim, no Elo Dourado, há também uma disputa no encaminhamento da demanda de regularização fundiária que encontra pelo menos dois atores coletivos enfrentados e que dialogam com atores políticos diferentes. Do ponto de vista dos vereadores, e também seguindo Costa (2006) na sua retomada da formulação de Moacir Palmeira, segundo a qual a política é o lugar da palavra investida de autoridade, eles são detentores de um saber que os autoriza a falar em nome da comunidade (Costa, 2006: 85). Do ponto de vista dos moradores do Elo Dourado, parece-me não haver uma ênfase, ao menos discursiva, na constituição de um “nós” e, portanto, a visualização dos políticos como representantes autorizados a falar por eles. Pelo contrário, parece-me existir, especialmente no caso da Cooperativa, uma agência mais voltada à obtenção da reivindicação concreta da regularização da propriedade da terra, vista como dependendo mais da negociação com um particular, o dono das terras, do que com o Estado.

No caso da Associação Airton Sena, há um discurso mais legalista e uma percepção de uma clara interlocução com o Estado. No entanto, tampouco há uma vontade de representação e inclusive os recursos de usucapião foram apresentados de modo individual pela incapacidade de se articular como ator coletivo percebida na vizinhança. Na conversa, este ponto é esclarecido ao mesmo tempo para mim e para Elisa, que pergunta se uma vez que alguns vizinhos ganhem o recurso, não ficaria toda a vizinhança incluída nele. Cristina, Rosário e Eduardo explicam então que já estão sendo

chamados, depois de sete anos, para as audiências resolutivas, mas que os recursos são individuais:

Cristina: De nosso grupo foi a T, a S e estou...

Elisa: ...que ganhou “usucapião” também?

Cristina: Não entrou. Está pra sair, como nós estamos na espera. O juiz vai decidir as datas... da audiência. Na audiência vai bater o martelo. A favor ou contra.

Elisa: Ta, mas, se ele bater a favor de vocês, não entra todo mundo com “usucapião”?

Cristina: Não, não. Nós fizemos individual. Só quem entrou. Se bater a favor dele ele ganha (...). E a gente pode fazer coletivo, o quê que aconteceria? Se tu não fosse atrás das tuas papeladas, tu trancaria as minhas. Aí, jamais o nosso processo ia pra frente, porque todo mundo...

Elisa: Por isso é individual...

Cristina: Por isso é individual.

Por sua vez, a diretoria da Cooperativa haveria recusado tomar esse caminho. O advogado que assessorou este grupo de moradores convidou uma ex-presidenta da Cooperativa Elo Dourado e explicou que todos os vizinhos podiam entrar com recurso de usucapião, mas deviam entrar de forma coletiva:

Rosário: [...] o Hélio pediu para levar ela lá e ele disse que ela tinha três caminhos pra seguir. Só que não me lembro... era de “usucapião”, ou fazer usucapião individual...

Cristina: Ou coletivo...

Rosário: ...ou coletivo. Mas aí tinham que entrar todos os associados, ta? Ela não aceitou nem de um jeito nem do outro. O quê ela queria, então?

Estes moradores personalizam a atuação da cooperativa nos nomes das pessoas que integraram a diretoria ao longo do tempo. Eu evitei na minha descrição esse nível de identificação por duas razões: em primeiro lugar, por se tratar de uma vizinhança pequena, os atores podem igualmente resultar identificáveis através dos papéis que lhes são atribuídos nas narrativas. Em segundo lugar, porque eu não tenho elementos suficientes para colocar no mesmo patamar de responsabilidade atores com capitais desiguais, como o são os moradores associados da forma que for, e profissionais como advogados, engenheiros e políticos que têm acesso a recursos, conhecimentos, etc., como ficou expresso pelos atores que ajudaram a conformação da Associação Airton Sena.

De minha parte, neste exercício etnográfico, só posso concluir sobre as dinâmicas no cotidiano desse lugar, na cidade em suas lógicas solidárias e cúmplices, de reconhecimento, tanto quanto em suas lógicas de conflitos e desavenças, marcando as diferenças de pontos de vista e projetos. Os habitantes certamente lutam no meio destes jogos de diferenças de interesses e de projetos por uma continuidade do coletivo, e, neste âmbito, cada um luta por um sentido de ser no lugar. Esta tessitura de sentidos faz do Elo Dourado um lugar singular, em que os habitantes enraízam na interpretação de

suas trajetórias e na acomodação de suas memórias as razões práticas e simbólicas para permanecer ou para partir.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POURTO ALEGRE
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 3ª ZONA

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que revendo os Registros lançados neste Ofício, destacando-se o disposto no art. 188 da Lei dos Registros Públicos, deles verifiquei que às fls. 038, do Livro 3-E, sob nº 5.492, foi registrada em 02/06/1964, a certidão de divisão geodésica extraída dos autos de sobrepartilha que se procedeu por falecimento de Rafaela Serpa Grohmann, em 24/10/1962, do 2º Cartório de Família e Sucessões d/C, certidão de retificação extraída dos mesmos autos em 29/04/1964, Certidão Narrativa extraída dos mesmos autos, em 12/12/1963 e formal de partilha extraído dos autos de inventário de Rafaela Serpa Grohmann, em 12/06/46, do 1º Cartório do Cível e Comércio desta Capital, e referente ao terreno de forma levemente irregular que a leste se apresenta mais largo, enquanto que se vai estreitando ao oeste, e com uma área superficial de 70.330,00m², confronta-se ao norte, numa linha reta extensa de 420,00m, ao sudoeste, numa extensão de 137,00m, com terras de propriedade do herdeiro Osmar de Oliveira Remião, ao sudoeste, numa dimensão em linha reta de 297,00m, ainda com terras de Osmar de Oliveira Remião, ao leste, margeando em linha curva, em toda sua extensão de 258,00m, com a Estrada João de Oliveira Remião, e ao oeste, em linha reta de apenas 56,00m, com terras do herdeiro Afonso de Oliveira Remião.

ADQUIRENTE: ALIPIO DE OLIVEIRA REMIÃO, casado, comerciante, residente no 5º Distrito deste Município.

TRANSMITENTE: O CONDOMÍNIO DO ADQUIRENTE e AFONSO DE OLIVEIRA REMIÃO, agricultor, e OUTROS.

VALOR: Sem valor declarado.

PROCEDÊNCIA: Livro 3-U, fls. 030, nº 27.838 a 27.843; Livro 3-AT, fls. 087, 52.586, ambos da 2ª Zona, Livro 3, fls. 294, nº 1.160; Livro 3-D, fls. 136 a 137, nºs 4.805 a 4.810, e fls. 255, nº 5.216, da 3ª Zona.

CERTIFICO MAIS: Vendido Livro 3-L, fls. 263, nº 13.023.

Eu *[assinatura]* digitei, e eu Ajudante do Registrador conferi e subscrevo.
Certifico e dou fé.

REGISTRO DE IMÓVEIS - 3ª ZONA	
<input type="checkbox"/>	Tania Dias Matual - Ajudante do Registrador
<input type="checkbox"/>	Maria Clotilde Frani - Ajudante do Registrador
<input checked="" type="checkbox"/>	Carlos Antônio Laguarda - Ajudante do Registrador
Porto Alegre, 02/09/2002 Custas R\$ 8,00	

Imagem 7. Agencia e memória

CONCLUSÃO

Iniciei esta pesquisa movida por perguntas relativas às formas diferentes, desiguais, em que os habitantes da cidade se apropriam do seu território. Recentemente chegada a Porto Alegre, vi-me diante de um desafio comparativo que me levaria ao esforço de compreender interpretativamente a forma de seus habitantes viver na cidade, em um duplo jogo de familiaridade-estranhamento.

No percurso de uma série de marcantes deslocamentos, comecei a compreender a cidade enquanto objeto temporal, pulsando ao ritmo de atos perpétuos de construção e destruição; os indivíduos nas suas redes sociais lidando em formas diferentes com o tempo, através de processos simbólicos singulares e, ao mesmo tempo, expressados em linguagens mais ou menos compartilhadas.

Assim dei início à pesquisa na qual se baseia esta dissertação. Descobrimo Porto Alegre através da sua periferia, realizei etnografia junto aos moradores da Vila Elo Dourado, na Lomba do Pinheiro. Tive de traduzir minhas perguntas iniciais, no percurso de inserção nos grupos nativos, não apenas à sua linguagem, mas às suas próprias questões. Cada um desses grupos, ou melhor, redes, nos seus espaços de referência, tece formas de sociabilidade, relações de reciprocidade e uma memória em comum. No cotidiano, nas práticas minúsculas, nas narrativas respeito delas, estes habitantes da cidade dão sentido à sua experiência nela, delimitando os contornos do grupo e as paisagens de suas pertencas.

O Elo Dourado é uma ocupação urbana expressiva de processos de segregação dos pobres dos lugares centrais da cidade. De um lado, envolve processos de apropriação irregulares do solo urbano. De outro, diz respeito à degradação do ambiente natural ou físico diante do crescimento dos espaços construídos nas sociedades modernas.

Os moradores do Elo chegaram há menos de 20 anos ao local. Na região da Lomba de Pinheiro, multiplica-se este tipo de ocupação. Isto significa uma dramática destruição de antigas configurações de paisagem e a transformação das formas sociais pré-existentes. Havendo permanecido como um território escassamente povoado, marcado por formas rurais de uso do espaço e por outras formas sociais, apenas depois

da década de 1960 se iniciam estas transformações. Isto faz com que ainda convivam gerações diversas de moradores cujas trajetórias não se aproximam.

Vê-se na Lomba do Pinheiro o impacto da chegada dos “novos” na forma das complexas negociações de memória envolvidas, por exemplo, no desafio de levar adiante uma “atividade de educação patrimonial” no contexto de um “museu comunitário”. Do mesmo modo, as narrativas performatizadas pelos moradores trazem à tona essa complexidade: os personagens adquirem diversos contornos segundo o lugar a partir do qual têm origem as narrativas. Certamente, do lado dos “novos”, as imagens dos antigos têm que se acomodar nos seus relatos de modo a dar conta de maneira eficaz das suas novas formas de uso desse espaço e de uma relação sempre ameaçada pela fraqueza das pontes de uma memória comum. Uma memória na qual as trajetórias de ambos os grupos se encontram, tendo como âncora a trajetória desse local da cidade, não se narra sem sobressaltos. As discontinuidades próprias dos fenômenos temporais fazem-se visíveis no espaço: há um desencontro entre os ritmos dos novos e dos antigos.

Além disso, quem são os “novos” e quem são os “antigos”? O acompanhamento cotidiano da vida no local, dos seus diferentes atores, nos seus diferentes espaços, fez explodir uma e outra vez as categorias classificatórias deste tipo. Assim, enquanto descobria o Elo Dourado, acreditei que se podia pensar nesses termos. Enquanto permanecia no Museu, descobria que ali não apenas se elaborava uma memória “oficial” do local. Pelo contrário, encontrava ali uma tentativa dupla de registrar “a matéria do tempo” e de se abrir para as práticas dos habitantes, com a sua qualidade fugidia. Enquanto acessei esse espaço como espaço social de alguns moradores da parada 6 e do Elo Dourado, uma encruzilhada parecia evidenciar-se.

E esta não seria a única, pois nas figurações da memória de cada pequeno grupo de moradores, em meio a redes de vizinhança, às vezes de parentesco e até de religião, as encruzilhadas iriam multiplicar-se. Embora nunca haja acreditado na homogeneidade do universo estudado, sua heterogeneidade só pode ser desvendada através de um olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002). Assim, o espaço da vila passou a ter outros significados, tornou-se minha paisagem de pesquisa, começando a compartilhar com meus interlocutores suas “práticas de espaço” (De Certeau, 1994), suas “enunciações” e suas apropriações do espaço da cidade.

Desta forma, os limites da pesquisa se estreitaram, como se a vila se tivesse encurtado. As fragmentações apareceram, e o mapa evidenciou outras divisões regidas

por outras lógicas classificatórias que não as de “os de fora”. Terminei a pesquisa havendo conseguido apenas delimitar alguns desses fragmentos, sendo a classificação entre os moradores “de cima” e os “de baixo” uma precária adoção de categorias nativas como recurso de construção da narrativa etnográfica.

Preocupada com as formas da memória coletiva da cidade, foquei nas práticas cotidianas dos moradores do Elo Dourado na medida em que elas revelam estilos de vida, formas de estar na cidade e também de lidar com o tempo, “tempo do desgaste e do desaparecimento de seus referentes materiais” (Eckert e Rocha, 2005: 85).

Por meio da etnografia desse cotidiano, deparei-me com a diversidade temporal que constitui a cidade. Diante das transformações do território, em meio às mudanças nas formas em que os diversos grupos estruturam suas relações, esse cotidiano abre-se para algumas encruzilhadas, e os “usuários” da cidade as significam em função de suas experiências peculiares. No Elo Dourado, isto habilita diferentes formas de agência que dizem respeito à concretização de projetos socialmente moldados. Alguns constroem uma memória compartilhada, centrada na pertença a um “pedaço” (Magnani, 2002), marcado por relações de reciprocidade onde se superpõe vizinhança e parentesco. Estes moradores levantam nas suas narrativas imagens de ações coletivas de construção desse local como o local não apenas de moradia, mas como o lugar desejado e sonhado. A “luta” pela regularização fundiária da vila aparece nas origens desse grupo como o motivo fundacional. No entanto, esta reivindicação não ocupa um lugar de destaque na sua perspectiva presente. Outros moradores se vinculam em volta da obtenção da regularização fundiária, desenvolvendo outras lógicas de agenciar esta demanda e introduzindo variações nos relatos da memória do local. Há também os que não participam destas redes.

A perspectiva da pesquisa não impede, por outro lado, de lançar uma olhada mais distanciada para estes conflitos de memória e insistir mais uma vez na denúncia dos discursos que demonizam os pobres urbanos, os moradores das periferias, quando não convertendo-os nos “germes” da violência urbana, acusando-os da degradação do ambiente. É preciso, nesse nível mesoético (Oliveira, 1996) que o etnógrafo pode ocupar (Cf. Devos, 2007), pelo menos esboçar uma análise que relativize esse tipo de discursos. A abordagem etnográfica, através da apreensão das lógicas, das “artes de fazer” (Certeau, 1994) dos pobres urbanos em meio ao seu próprio cotidiano é ferramenta adequada para tal. Se alguma ponte nesse sentido consegui estabelecer, o

trabalho terá valido a pena. Se os próprios sujeitos de estudo se identificam na descrição aqui apresentada, o principal objetivo haverá se cumprido.

Inúmeras questões desdobram-se desta descrição, abrindo a possibilidade de novas pesquisas e reflexões mais aprofundadas a partir do material coletado nesta. Acredito que entre as mais interessantes dessas questões se destacam as relativas às imagens da memória dos atores aqui apresentados, assim como de outros presentes nos diversos espaços transitados durante o trabalho etnográfico.

Neste sentido, uma nova abordagem poderia focar nas imagens produzidas pelos próprios interlocutores da pesquisa. Tanto imagens gráficas, como desenhos e fotografias, cartografia, etc., quanto as imagens narradas por meio da palavra. Isto não é apenas consistente no enquadre da etnografia da duração à qual tentei aderir, mas, também, constitui uma forma dialógica capaz de enriquecer e potencializar a interlocução etnográfica. As qualidades de comunicação simbólica das imagens que são ressaltadas por tal enquadre, no trabalho empírico, ficam expressas quando usadas na troca com os sujeitos de estudo, viabilizando, por exemplo, a devolução do trabalho etnográfico para esses sujeitos, de modo constante, durante e depois da pesquisa ser encerrada.

Por sua vez, o Museu Comunitário conta com um acervo imagético que não foi praticamente explorado e que poderia também vir a ser uma excelente ferramenta na interpretação e compreensão do universo imaginário dessa parte da cidade. Questões como as levantadas na pesquisa sobre a relação complexa entre as representações de memória no espaço do Museu e as práticas sociais locais poderiam ser pensadas à luz de um manejo desse acervo imagético preocupado com tais questões.

Em sentido diverso, um trabalho de comparação com outros espaços urbanos de características semelhantes no que diz respeito a processos de segregação e patrimonialização, tanto em cidades brasileiras como em outras cidades do Cone Sul, poderia trazer maiores rendimentos sobre o material aqui apresentado. Como um dos desdobramentos deste trabalho, proponho-me a futuras abordagens a respeito, tentando um olhar mais distanciado do local que o pense em relação aos diversos esquemas éticos que atravessam seus contornos. Como adiantado aqui, esses esquemas podem ser pensados em termos de níveis que vão desde os diretamente relacionados com as práticas sociais cotidianas no local até outros de caráter global, tais como os discursos e

as práticas de preservação e conservação do ambiente físico e os constrangimentos que geram sobre os outros níveis de ação.

Enfim, todo um outro trabalho poderia ser feito sobre os silêncios da memória que ao longo desta descrição etnográfica podem ser descobertos e que merecem ser interpretados. Esses silêncios só podem ser desvendados através do adensamento do material apresentado. Um retorno ao campo com novas perguntas e, particularmente, a escuta das reverberações que o trabalho possa ter entre os sujeitos envolvidos seriam chaves neste percurso. Afinal de contas, a possibilidade de a história ser contada de novo é o que faz da escrita etnográfica uma escrita compreensiva e interpretativa, aberta para o mundo, passível de ser retomada pelos leitores em formas diferentes, sugerindo novas possibilidades de escrita e de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Carlos. “El territorio metropolitano: entre la glotonería y la anorexia espacial”. In: **Vivienda popular**, Farq-Udelar, Montevideo, 12, pp. 17-22, agosto 2003
- ALFONSIN, Betania de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre-século XX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2000
- ARTIGAS et al. “Transformaciones socio-territoriales del Área Metropolitana de Montevideo”, **Eure**, Santiago, vol.28, no.85, dic. 2002
- BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**, São Paulo, Ática, 1994
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**, São Paulo, Martins Fontes, 1993
- BAUMAN, Richard. “Arte verbal como ejecución”. In: GOLLUSCIO, Lucia (org), 2002: **Etnografía del habla**, Buenos Aires, Eudeba, (1975) 2002
- BAUMAN, Richard. **Story, performance, and event: contextual studies of oral narrative**, Cambridge, University Press, 1986
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”. In: BENJAMIN, W. **Textos escolhidos**, São Paulo, Abril, 1975, p. 9-34
- BENJAMIN, Walter. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas vol. 1. Magia e técnica, arte e política**, São Paulo, Brasiliense, 1993
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**, Rio de Janeiro, F. Alves, 1976
- BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción**, Barcelona, Anagrama, 1997
- CAILLÉ, Alain. **Critique de la raison utilitaire. Manifeste du Mauss**, Paris, La Découverte, 1989
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A Política dos Outros. O cotidiano de moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**, São Paulo, SP. Brasiliense, 1984
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**, São Paulo, Ed. 34/Edusp, 2000

CARMAN, Maria. “‘Usinas de medo’ y esquizopolíticas en Buenos Aires”. In: **AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, vol. 3, n. 3. Septiembre-Diciembre 2008. pp. 398-418. Disponível em: www.aibr.org

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. In: **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 40 no. 2, 1997. Disponível em: www.scielo.br Acesso: 11 novembro de 2008

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**, Petrópolis, Vozes, 1994

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**, Petrópolis, Vozes, 1996

COSTA, Delaine Martins. “Das múltiplas possibilidades de *participação popular*: considerações a partir de uma etnografia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro – 1997/2000”. In: BRITES, J. e C. FONSECA (org.). **Etnografias da participação**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006. pp. 80-108

DESCOLA, Philippe. “Le grand partage”. In: DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**, Paris, Gallimard, 2005, p. 91-131

DEVOS, Rafael. **A “questão ambiental” sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos**, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2007

DI PAULA, J. e G. LAMOGLIE. “Asentamientos irregulares en Montevideo. El descubrimiento de nuevas tierras, su conquista e independencia”. In: **Vivienda popular**, Farq-Udelar, Montevideo, 5, pp. 3-11, julio 1999

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência. Gangues, galeras e o movimento Hip Hop**, São Paulo, Annablume; Fortaleza, Secretaria da Cultura e Desporto, 1998

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**, Rio de Janeiro, Zahar, 1986

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus. Ensayo sobre el sistema de castas**, Madrid, Aguilar, 1970

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**, Lisboa, Edições 70, 1993

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**, São Paulo, Martins Fontes, 2002

DURAND, Gilbert. **Ciência do homem e tradição. O novo espírito antropológico**, São Paulo, Triom, 2008

ECKERT, Cornelia. “A cidade ‘com qualidade’. Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre”. In: **Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais**, Universidade Federal de Goiás, vol. 10, n. 1, jan/jun 2007. p. 61 a 80

ECKERT, Cornelia. “Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica”. In: **Revista Humanas**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, nº 19, 1998

ECKERT, Cornelia. Relato de uma pesquisa etnográfica na França. In: **REVISTA Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, vol. 15, p 9-30, 1992

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Os jogos da memória e seus espaços fantásticos”. In: **Revista Iluminuras**, n. 02, Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.iluminuras.ufrgs.br/apresenta-revista.php?cod_rev=26

ECKERT, Cornelia; ROCHA, A.L. da. **O Tempo e a Cidade**. Porto Alegre, UFRGS, 2005

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**, Rio de Janeiro, Zahar, 2001

ELIAS, Norbert. “O rei prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio”. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 132-159

FOLGAR, Leticia. “Crónica de una urbanización decretada”. In: ROMERO, S. (comp.). **Anuario de Antropología Social y Cultural en Uruguay**, Montevideo, Nordan, FHCE, UDELAR, 2004

FONSECA, Cláudia Lee W. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

FONSECA, Cláudia. “Classe e a recusa etnográfica”. In: BRITES, Jurema e C. FONSECA (org.). **Etnografias da participação**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006. pp. 13-34

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**, Porto Alegre, UFRGS, 2004

FOSTIK, Pablo Cruz. **Estado y segregación territorial**. El suelo urbano y las acciones habitacionales en Montevideo (1984-2004). Tesis (Maestría en Estudios Urbanos) - Colegio de México, Centro de Estudios demográficos, Urbanos y Ambientales. México, Julio de 2005

FREITAS, de Castro Ana Elisa. **Mrür Jykre - a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2008

GIACOMAZZI, Maria Cristina. **O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias narrativas biográficas e sociabilidade**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1997

GIESEN, Bernhard. "Performing the sacred: a Durkheimian perspective on the performative turn in the social sciences". In: ALEXANDER, GIESEN & MAST (eds.). **Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual**, Cambridge, University Press, 2006, p. 325-367

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999

GOMES, Laura Graziela. "'Comércio étnico' em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência". In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, São Paulo, Centauro, 2006

KATZMAN et al. "La ciudad fragmentada. Respuesta de los sectores populares urbanos a las transformaciones del mercado y del territorio en Montevideo". In: **Center for Migration and Development, Working Paper #04-04b**, Princeton University, Julio 2004

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 2000

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Olhar escutar ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

LÉVI-STRAUSS, Claude. **El pensamiento salvaje**, México, FCE, 1964

LOPES, L. "Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre os dilemas da participação". In: ECKERT, C., A. L. ROCHA e I. C. M. CARVALHO (org). **Horizontes antropológicos**, n. 25, Porto Alegre, 2006

MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese. O povo das comunidades eclesiais de base**, São Paulo, Brasiliense, 1986

MAGNANI, J. Guilherme. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, n. 49, junho/2002. pp. 11-29

MAGNANI, J. Guilherme. **Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade**, São Paulo, Brasiliense, 1984

MAGNANI, J. Guilherme. "Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na metrópole". In: MAGNANI, J. G. e Lilian L. TORRES (orgs.). **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**, São Paulo, Edusp – Fapesp, 1996, pp. 12-53

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural, 1976

MARTÍNEZ, E. “Modos de gestión y producción del territorio metropolitano de Montevideo”, ITU-FARQ, 2000. Disponível em:
http://www.farq.edu.uy/estructura/servicios_docentes/institutos/itu/InvAplicada/Gestion/introduccion.htm

MARTÍNEZ, E. “Urbanización precaria del suelo metropolitano en Montevideo. Revisión y Replanteo de Modalidades del Acondicionamiento del Suelo en Áreas de reciente Expansión y Densificación”. ITU-FARQ, agosto 2003. In: **Mundo urbano**, 26, Junho – Agosto 2005. Disponível em:
http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=182&Itemid=50

MAUSS, Marcel. *Sociologia y antropologia*. Madrid, Tecnos, 1971

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. “O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus”. 2007. Disponível em:
<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>

OLIVEIRA, R. C. e L. R. C. OLIVEIRA. **Ensaio antropológico sobre moral e ética**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**, Brasília, Paralelo 15; São Paulo, UNESP, 2000. pp. 17-35

ORTNER, Sherry. **Anthropology and social theory. Culture, power and the acting subject**, Durham, Duke University Press, 2006

PEIRANO, Mariza. “A análise antropológica de rituais”. In: **Série Antropologia**, n. 270, UNB, Brasília, 2000. Disponível em:
<http://www.unb.br/ics/dan/Serie270empdf.pdf>

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. “Situação Demográfica de Porto Alegre - Censos 1980/1991/2000”. Consultado em:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/censos_de_80_90_e_2000.pdf

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL, SMC. **Memória dos Bairros. Lomba do Pinheiro**, Porto Alegre, PM-SMC/Unidade Editorial, 2000

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. **Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro. Construindo a Lomba do Futuro**. Porto Alegre, Julho 2003

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999

RIBEIRO, Gustavo Lins. “A condição de transnacionalidade”. In: **Série Antropologia**, n. 223, UNB, 1997. Consultado em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie223empdf.pdf>

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Campinas, Papirus, 1994

ROMERO, S. y M. FIGUEIRAS. “Aproximación antropológica a tres zonas del noroeste montevideano”. In: **Vivienda popular**, Farq-Udelar, Montevideo, 11, nov. 2002

SALEM, Tânia. “A ‘despossessão subjetiva’: dos paradoxos do individualismo”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, pp. 62-77, fevereiro 1992

SANT'ANA, Maria Helena. **Vila cai-cai: a lógica da habitação reciclável: estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre-RS**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1997

SANTOS, Myrian. “O pesadelo da amnésia coletiva”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 23, pp. 70-84, outubro de 1993

SEWELL, William H. Jr. “A theory of structure: Duality, agency and transformation”. In: **American Journal of Sociology**, 98 (1), p. 1-29

SHERZER, J. & R. BAUMAN. **Explorations in the ethnography of speaking. Studies in the social and cultural foundations of language**, Cambridge, University Press, (1974) 1989

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e exclusão. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre**, Porto Alegre, Editora UFRGS, 2002

SILVA, Roberto Antonio Capiotti. **Sobre lotes, lares e sonhos**. Estudo Antropológico sobre cotidiano, trajetória social e ação política de moradores da Vila Batista Flores em Porto Alegre – RS. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2007

SIMMEL, Georg. “A filosofia da paisagem”. In: **Política e trabalho**, 12, setembro 1996. p. 15-24

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro, Zahar, 1967. pp. 13-28

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO (org.). **Georg Simmel. Sociologia**, São Paulo, Ática, 1983. pp. 122-34

SIMMEL, Georg. “Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX”. In: SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. pp. 83-118

SOUSA, Rosinaldo Silva de. "Direitos Humanos através da História Recente em uma Perspectiva Antropológica". In NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant de (orgs). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 47-79.

TAMBIAH, Stanley. "A performative approach to ritual". In: TAMBIAH, S. **Culture, Thought and Social Action**, Cambridge, Harvard University Press, 1985, p. 123-66

TAROT, Camille. "L'économique et le social ou l'utopie". In : **Sociologie et anthropologie de Marcel Mauss**, Paris, La Découverte, 2003

THOMASZ, Ana Gretel. "El 'patrimonio' y la 'memoria' barrial: relaciones de hegemonía y subalternidad en tres barrios porteños". In: **Terceras Jornadas de Investigación en Antropología Social**, Buenos Aires, 3-5 agosto de 2005, pp. 918-928

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petropolis, Vozes, 1974

URBANIZADOR SOCIAL. **Da informalidade à parceria**, Autores vários, Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2006

VEIGA y RIVOIR. "Desigualdades sociales y pobreza urbana: asentamientos precarios en Montevideo". In: **Vivienda popular**, Farq-Udelar, Montevideo, 11, pp. 5-12, nov. 2002

VEIGA y RIVOIR. **Desigualdades sociales y segregación en Montevideo**, Montevideo, FCS-Udelar, 2001

VELHO, Gilberto. "Ciências sociais e biografia individual". In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro de 2006

VELHO, Gilberto. "Trajetória individual e campo de possibilidades". In: VELHO, G. **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994

ZALUAR, Alba e Marcos ALVITO (orgs.). **Um século de favela**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999

ZALUAR, Alba. **Medo do crime, medo do diabo**, Campinas: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 1994